



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA

VANESSA DA COSTA SILVA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
NO NORDESTE PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO DE SANTA LUZIA DO PARÁ

MARABÁ

2018

VANESSA DA COSTA SILVA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
NO NORDESTE PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO DE SANTA LUZIA DO PARÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de bacharel e licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rego Miranda

Coorientador: Prof. Msc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva

MARABÁ

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA DA COSTA SILVA

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO NORDESTE PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO DE SANTA LUZIA DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em Geografia.

Conceito: _____

Data de aprovação: _____

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Rogério Rego Miranda

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Examinador 1:

Prof. MSc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Examinador 2:

Prof. MSc. Fernando Michelotti

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

MARABÁ

2018

Dedico este trabalho aos meus avós, José Alves da Silva (in memoriam) e Teresinha Tabosa da Costa (in memoriam). Que vibraram de alegria comigo na aprovação do vestibular. Mas, não estão presentes na concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e motivação que encontrei em suas palavras nos momentos mais difíceis desta jornada.

À minha família, pelo apoio e incentivo. Em especial ao meu pai Evanderli Silva, que apesar de nunca ter frequentado a escola, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À minha mãe Marinete Silva, pois seu cuidado e dedicação me deram, em muitos momentos, a esperança para seguir e crer que não estava sozinha nessa caminhada.

Aos meus irmãos, Antônio Wagner e Pedro Henrique. E em especial Raquel Silva que compartilhou comigo da tristeza de ter que permanecer longe da família em busca da concretização de um sonho.

Agradeço a meu parceiro José Marcos, pela carinho, incentivo e cuidado com que me tratou todos esses dias de entrega total a pesquisa.

Aos meus professores, pois reconheço o esforço, paciência e sabedoria. Foram eles que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias. Em especial, agradeço ao professor Marcos Alexandre, pelo convívio ao longo dos anos da graduação como bolsista, e também, pelas orientações iniciais da pesquisa que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

E ao professor Rogerio Miranda, pela orientação, apoio e confiança, e pelas sábias palavras que tornaram possíveis chegar ao final deste trabalho.

A meus amigos, Rafaelly, Hinckley, Cleyton e Thiago que me incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades. Obrigada pelo companheirismo durante essa jornada.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Os livros da Lei, os livros dos Profetas e os livros que foram escritos depois nos deixaram muitos ensinamentos de valor [...]. Porém não basta que os que leem esses ensinamentos se tornem sábios. As pessoas que dão valor à sabedoria devem também ser capazes de ajudar os que não são instruídos, tanto por meio do que dizem como por meio daquilo que escrevem [...].

(Eclesiástico)

RESUMO

A avaliação de políticas públicas de desenvolvimento territoriais no Brasil ainda representa um campo novo de estudo. Nesse sentido, as pesquisas na área de avaliação são essenciais para o desenvolvimento e efetividade do ciclo das políticas públicas. Por isso, propomos avaliar quais foram os impactos das políticas de desenvolvimento territorial direcionadas ao Nordeste Paraense, tendo por objetivo geral realizar uma avaliação dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento territoriais destinadas a Santa Luzia do Pará, no período de 2004 a 2016, e por objetivos específicos avaliar o Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) do ponto de vista de sua eficácia, eficiência e efetividade no espaço agrário do município, além de identificar e analisar se o Proinf está auxiliando ou incentivando a produção dos agricultores familiares de Santa Luzia do Pará – PA. Com isso, a justificativa deste trabalho se dá pela experiência de três anos de acompanhamento, assessoramento e monitoramento das políticas públicas voltadas aos Territórios da Cidadania (TC), como integrante do Nedeter, atuando no Território da Cidadania do Nordeste Paraense. Dessa maneira, a metodologia que adotamos consistiu, inicialmente, em análise bibliográfica referente ao tema avaliação de políticas públicas. Em seguida foi realizado o levantamento e análise documental de projetos encaminhados pelo Codeter, e também, de documentos elaboradas pelo colegiado em reuniões e plenárias realizadas no território entre 2004 a 2016. Após os levantamentos se fez necessário a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com o Secretário do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter do Nordeste Paraense, e com o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santa Luzia do Pará. Posteriormente, foi elaborado a produção de uma cartografia temática e, por fim, realizado a sistematização dos dados coletados. Visamos a partir deste trabalho realizar um diagnóstico da espacialização das políticas públicas de desenvolvimento territorial no município de Santa Luzia do Pará, compreendendo, assim, de que forma os agricultores familiares estão sendo assistidos pelo Estado.

Palavras-Chave: Avaliação. Política Pública. Desenvolvimento Territorial. Proinf.

ABSTRACT

The evaluation of territorial development public policies in Brazil still represents a new field of study. In this sense, research in the area of evaluation is essential for the development and effectiveness of the public policy cycle. Therefore, we propose to evaluate the impacts of territorial development policies directed to the Northeast of Paraense, with the general objective of evaluating the impacts of territorial development policies for Santa Luzia of Pará, with the specific objective of evaluating the Infrastructure and Services in Rural Territories (Proinf) from the point of view of its effectiveness, efficiency and effectiveness in the agrarian space of the municipality, in addition to identifying and analyzing whether Proinf is assisting or encouraging the production of family farmers in Santa Luzia of Pará – PA. Therefore, the justification for this work is the experience of three years of monitoring, advising and monitoring public policies aimed at the Territories of Citizenship (TC), as a member of NEDETER, acting in the Citizenship Territory of the Northeast of Paraense. Thus, the methodology that we adopted consisted, initially, in a bibliographical analysis related to the evaluation of public policies. Then, the documentary survey and analysis of projects submitted by CODETER, as well as documents prepared by the collegiate in meetings and plenary sessions held in the territory between 2004 and 2016, were carried out. After the surveys, it was necessary to apply half structured interviews with the Secretary of the Colegiado of Territorial Development - CODETER the Northeast of Paraense, and with the Coordinator of the Union of Workers and farm worker (STTR) of Santa Luzia of Pará. Subsequently, the production of a thematic cartography was elaborated and, finally, the systematization of the data collected. Aiming at this work, we intend to make a diagnosis of the spatialisation of public policies for territorial development in the municipality of Santa Luzia of Pará, thus understanding how family farmers are being assisted by the State.

Keywords: Evaluation, Public Policy, Territorial Development, Proinf.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE PARAENSE.	16
1.1 Uma Proposta de Periodização da Formação Territorial do Nordeste Paraense com base nas políticas públicas.	16
1.1.2. Características gerais da formação territorial do município de Santa Luzia do Pará.....	23
1.2 Distribuição atual das políticas públicas no Nordeste Paraense e Santa Luzia do Pará.....	24
CAPÍTULO 2: OS PROGRAMAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.	38
2.1 O ciclo das políticas públicas e a importância do processo avaliativo.	38
2.2 Proposta de desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial e o surgimento do Programa Território da Cidadania – PTC.....	44
2.3 Desenvolvimento territorial como nova estratégia de desenvolver o meio rural brasileiro.	48
2.4 O desmonte do desenvolvimento territorial frente a nova configuração política do Brasil.	50
CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, AVALIAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	53
3.1 A produção social do espaço e o papel do Estado.	53
3.2 Avaliação de políticas públicas.....	58
3.3 Avaliação do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) no Nordeste Paraense e Santa Luzia do Pará.....	70
3.1.1. Avaliação do Proinf no Território da Cidadania do Nordeste Paraense.	73
3.1.2. Avaliação do Proinf no município de Santa Luzia do Pará.....	99
CONCLUSÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS I	110
ANEXO II	118
ANEXO III	121
ANEXO IV	139

INTRODUÇÃO

As atividades de avaliação em políticas públicas ainda representam um campo novo no Brasil, apesar de estarem conquistando uma grande notoriedade nos últimos anos. Como afirma Giovanni (2015), as pesquisas de avaliação têm se expandido nesse campo e se valorizado nas sociedades contemporâneas. Seja em instituições públicas ou privadas, nos processos avaliativos vêm-se colocando, cada vez mais, exigências à qualidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade da avaliação.

Porém, apoiando-se em Melo (1999) e Arretche (2003), Trevisan e Bellen (2008) confirmam que a área de políticas públicas no Brasil é caracterizada por uma baixa acumulação de conhecimento. E isso ocorre em função da proliferação de estudos de caso e, ainda, a ausência de pesquisa na área. O que significa um problema que deve ser superado na área das avaliações, visto que a avaliação é indispensável no ciclo das políticas públicas abordado por Secchi (2014). Para o autor, o processo de elaboração de políticas públicas, também conhecidas como ciclo de políticas públicas, é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Secchi (2014) aponta sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense (Codeter) vinha desenvolvendo este ciclo desde a sua criação em 2003, como parte da iniciativa do Programa Territórios da Cidadania (PTC) que tinha por objetivo a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O PTC buscava alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que viviam em territórios rurais de todo o país através dos colegiados (MDA, 2013).

Após alguns anos de participação nas reuniões e plenárias do Codeter do Nordeste Paraense, foi possível observar, a partir de diálogos, que até 2010 o colegiado vinha funcionando bem. No entanto, ele passou por um período de três anos de desmobilização e desarticulação (2010 a 2012), assim como os demais colegiados integrantes da política do PTC e foi neste contexto de desmobilização que surgiu, em 2013, a iniciativa dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) no Brasil, que tinha como principal objetivo produzir informação, assessorar, acompanhar e monitorar os colegiados de

desenvolvimento territorial, isto é, procurava-se pensar, elaborar e realizar ações de extensão voltadas para a rearticulação dos Codeters nos territórios da cidadania.

Apesar da desmobilização e das adversidades internas aos colegiados, a partir de 2013 foi retomado o processo de mobilização e de rearticulação dos atores sociais que constituíam o Codeter do Nordeste Paraense. Até o final do segundo semestre de 2015, o colegiado do território vinha funcionando bem. No entanto, após a atual conjuntura política passou por uma nova desarticulação no início de 2016.

Fato este que acaba acarretando no acúmulo de políticas públicas não efetivadas e, conseqüentemente, implicando na demora ou até mesmo na não resolução de demandas importantes do território. E, se essas políticas não conseguem ser discutidas e aprovadas no colegiado, logo não chegam aos municípios que carecem delas, como é o caso do município de Santa Luzia do Pará, que assim como muitos necessitam de incentivo ao meio rural.

A partir disso, levantamos a seguinte questão de pesquisa: qual o impacto das políticas do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) destinados ao espaço agrário de Santa Luzia do Pará - PA quando consideramos o Programa Territórios da Cidadania (PTC)? Desdobrada nas seguintes questões específicas: o Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) foi eficaz, eficiente e efetivo no espaço agrário de Santa Luzia do Pará – PA? E ainda, o Proinf auxiliou ou incentivou a produção dos agricultores familiares de Santa Luzia do Pará – PA?

Nesse sentido, propomos desenvolver uma avaliação das políticas públicas de desenvolvimento territorial voltadas para o Nordeste Paraense, tendo por objetivo geral realizar uma avaliação dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento territorial destinadas à Santa Luzia do Pará no período de 2004 a 2016. Como objetivo específico, avaliar o Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) considerando a sua eficácia, eficiência e efetividade no espaço agrário de Santa Luzia do Pará – PA, além de identificar e analisar se o Proinf auxiliou ou incentivou a produção dos agricultores familiares de Santa Luzia do Pará – PA.

A partir disto, a justificativa deste trabalho parte do fato de que o Governo Federal lançou em 2013 uma estratégia de retomada da política dos Territórios da Cidadania (TCs) no Brasil, criando os Nedets, que surgem com a estratégia de produzir informação, assessorar, acompanhar e monitorar os colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeters). No Pará, entre os Nedets que passaram a atuar no acompanhamento, assessoramento e monitoramento das políticas públicas voltadas territórios, destaca-se o “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e

Sudeste do Pará (Nedeter)¹, do qual fiz parte, atuando no território do Nordeste Paraense. No entanto, com a atual conjuntura política do Brasil, o colegiado do Nordeste Paraense foi desarticulado, fato este que afetou diretamente a realização do ciclo das políticas públicas abordado por Secchi (2014). Visto que a etapa de avaliação ocorreria após a implantação das políticas públicas, porém, com a última desmobilização dos colegiados, não houve esse momento. Nesse sentido, esse trabalho se justifica pela importância da continuidade da pesquisa e o cumprimento do ciclo de políticas públicas defendido por Secchi (2014).

Como referencial teórico será utilizado o aporte da produção social do espaço, já que esta teoria compreende de forma mais ampla como a sociedade produz espaço. Uma vez que, nem todos os grupos sociais produzem espaço da mesma maneira e no mesmo espaço-tempo, Lefebvre (2006) afirma que o espaço implica, contém e dissimula relações sociais, as quais não podem ser denominadas apenas como uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas. Ou seja, além do espaço ser produzido pela sociedade, essa produção é diversa.

Com o objetivo de sustentar a teoria da produção social do espaço, base que estrutura nossa pesquisa, trazemos, David Harvey (2006) como fonte adicional e complementar ao trabalho de Lefebvre. Harvey (2006), afirma que compreender o sentido do que é o espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam, é crucial para a construção de uma imaginação geográfica diferente. De acordo com o autor, o espaço revela-se uma palavra-chave extraordinariamente complicada. No entanto, é esta complexidade que faz deste termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades.

Com isso, como geógrafa, minha leitura vem a partir da teoria social do espaço, onde o Estado entra como agente produtor do espaço, isto é, o Estado produz o espaço através de políticas públicas. Dessa forma, surge meu interesse em avaliar as políticas públicas de desenvolvimento territoriais.

¹ O Nedeter (núcleo que integrei durante três anos como bolsista de pesquisa e extensão) tinha como estratégia produzir informação, assessorar, acompanhar e monitorar os Codeters. Voltando-se às experiências dos Territórios da Cidadania (TCs) do Nordeste I, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sul do Pará/Alto Xingu. O projeto teve início em 2013, como parte de uma estratégia do Governo Federal para retomar a política dos TCs, e teve por coordenador geral o Prof. Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva, o projeto contava ainda com um coordenador em cada colegiado, além de dois assessores e um bolsista.

Esta estrutura montada pelo grupo de pesquisa vinha funcionando bem e, apesar das diversidades interna do colegiado, a partir de 2013 foi possível perceber a realização de encontros e reuniões que caracterizam uma busca por mobilizar e rearticular os TCs. O que exigiu um conjunto de esforços, incluindo a participação da universidade, na forma de projeto de extensão direcionados ao acompanhamento e assessoramento dos colegiados. Porém, a partir de 2016 o Codeter foi perdendo força por conta do cenário político que o País se encontrava, chegando em 2017 totalmente desarticulado.

Entendemos que a política pública é uma diretriz elaborada pelo Estado para enfrentar um problema público. Segundo Secchi (2014) na ciência política o termo “política” pode assumir duas conotações principais: *politic* e *policy*. O primeiro refere-se à atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem, e o segundo sentido da palavra é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação. Por isso, para o autor, o termo “política pública” (public policy) está vinculado ao segundo sentido da palavra “política”, já que políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Secchi (2014) afirma que a razão para o estabelecimento de uma política é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. No entanto, o autor alerta que qualquer definição de política pública é arbitrária, pois, na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública por conta da disparidade de respostas para alguns questionamentos básicos.

É importante ressaltar que visamos com este trabalho avaliar se as políticas públicas de desenvolvimento territorial destinadas ao espaço agrário de Santa Luzia do Pará chegam até os agricultores familiares do município.

Considera-se por agricultor familiar, segundo o artigo 3º da Lei n. 11.326, de 24 de junho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, isto é, que não detém uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família em suas atividades, que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Todavia, é importante salientar que assumimos criticamente o conceito de agricultor familiar do Estado, visto que estamos investigando uma política pública definida pelo mesmo. No entanto, ao longo do trabalho faremos as devidas críticas quando necessárias, uma vez que não estamos compreendendo este sujeito apenas como uma dimensão econômica, mas sim como uma dimensão social, com o objetivo de mostrar a complexidade desse sujeito, entendendo-o como aquele que produz espaço e é capaz de repensar a própria política pública.

Dessa maneira, a metodologia adotada consistiu, inicialmente, na análise bibliográfica referente ao tema avaliação de políticas públicas. De acordo com Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já

tornada pública em relação ao tema de estudo, isto é, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, etc. E, também em meios de comunicações oral, ou seja, rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão. Para as autoras, a pesquisa bibliográfica tem por objetivo colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Marconi e Lakatos (2010) ressaltam que esse tipo de pesquisa não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A etapa seguinte foi o levantamento e análise documental de projetos encaminhados pelo Codeter, e ainda, de atas elaboradas pelo colegiado em reuniões e plenárias realizadas no território entre 2005 a 2016. Essa análise documental é indispensável, visto que se refere aos registros escritos acerca das discussões sobre políticas públicas realizadas no colegiado. Para Marconi e Lakatos (2010), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. No entanto, as autoras alertam que o investigador deve conhecer meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações coletadas.

Em seguida, a metodologia adotada envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas com o Secretário do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter do Nordeste Paraense, e com o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Luzia do Pará. A importância de uma entrevista semi-estruturada ocorre por ser uma ferramenta de coleta onde o questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando o entrevistado e o entrevistador a um relacionamento recíproco, e muitas vezes de confiabilidade (ROSA, 2008). Para Rosa (2008), na entrevista semi-estruturada as questões deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre o tema a ser abordado. Segundo a autora, as questões semi-estruturadas seguem uma formulação flexível, e a sequência e minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica da entrevista.

Posteriormente, foi elaborado a produção de uma cartografia temática e, por fim, será realizado a sistematização dos dados coletados.

Com isso, o presente trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo busca-se descrever o percurso das políticas públicas na formação territorial do nordeste paraense, através de uma proposta de periodização de sua formação territorial, mostrando ao final a distribuição atual das políticas públicas no Nordeste Paraense e em Santa Luzia do Pará. Já no segundo capítulo, procura-se apresentar o Programa Território da Cidadania (PTC), além de evidenciar as políticas públicas de desenvolvimento territorial que estão sendo

afetadas frente as novas configurações políticas no Brasil. Por fim, no terceiro capítulo planeja-se realizar uma discussão acerca da produção social do espaço expondo o papel do Estado, e ainda, executar uma análise sobre avaliações de políticas públicas propondo uma avaliação da territorialização das políticas públicas em Santa Luzia do Pará. Busca-se, no ultimo capítulo deste trabalho realizar a avaliação do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) em Santa Luzia do Pará, e também espacializar as políticas públicas implantadas no Nordeste Paraense e em Santa Luzia do Pará via Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).

CAPÍTULO 1: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE PARAENSE.

Busca-se neste primeiro capítulo realizar uma retomada do processo histórico de formação territorial do Nordeste Paraense. Essa retomada será exposta a partir de um processo de periodização, com o objetivo de compreender as transformações ocorridas no ramo da política pública ao longo dos processos e eventos históricos que marcaram a produção social do espaço deste território. Desta forma, busca-se compreender como foi a história da espacialização das políticas públicas no Nordeste Paraense na atualidade.

1.1. Uma proposta de periodização da formação territorial do Nordeste Paraense com base nas políticas públicas.

As políticas públicas executadas na Amazônia, seja para colonizar; seja para “desenvolver” o território, apesar de serem insuficientes, mudou a estrutura econômica, demográfica e espacial da região. Por isso, a proposta de periodização faz-se necessário, visto que buscamos compreender o processo histórico das políticas públicas no Nordeste Paraense. Isto é, procuramos entender a formação histórica do Nordeste Paraense e, particularmente, de Santa Luzia do Pará, a partir das políticas públicas implantadas.

O primeiro estímulo para a produção no meio rural, no Nordeste Paraense, ainda no período colonial (1500-1822), surgiu através dos títulos de sesmarias², concedido por doações, geralmente a pessoas ilustres e à Igreja através de cartas de sesmarias. A partir deste estímulo surgiu no Pará a Gleba Cidapar, cinco fazendas situadas no município de Viseu, concedida através de títulos. Tais títulos explicitavam que os objetivos eram criação de gado, desenvolvimento da agricultura, fundação de comunidades e abertura de caminhos para fixar populações (LOUREIRO, 2001).

Essas doações representaram a construção da sociedade da Amazônia, diga-se de passagem, de forma dramática. Visto que, essas terras foram palco de inúmeros conflitos, no entanto, essenciais para a construção do território.

De acordo com Loureiro (2001), após as terras serem concedidas por cartas de sesmarias, a concessão deveria ser confirmada por outro ato legal, tempos depois. O

² Grandes porções de terras doadas através de cartas de sesmarias. Essa doação era feita, geralmente, a pessoas importantes e à Igreja. Perdurou durante todo o período colonial e mesmo na fase da Brasil independência até o ano de 1850, quando entra em vigor a Lei de Terras (LOUREIRO, 2001).

proprietário deveria cumprir algumas condições fundamentais para obter a terra permanentemente, a primeira delas seria ocupar a terra produtivamente, e em seguida medi-la e demarca-la. No entanto, apenas uma das cinco fazendas cumpriu os requisitos. Porém, mesmo assim, as terras foram sendo vendidas a terceiros.

A Cidapar foi à falência em 1970, e o Banco Denasa de Investimentos – BDI assumiu o controle das terras, por conta de empréstimos que havia feito à Cidapar, a qual permanece com uma parcela reduzida de terras, mas toda a área continuou conhecida como Gleba Cidapar (LOUREIRO, 2001).

Buscava-se, com as doações de terras, incentivar a vinda de migrantes para a região, com o objetivo de colonizar as terras do Nordeste Paraense, e ainda, incentivar a agricultura. Já que uma das concessões para ter direito à terra era ocupá-la produtivamente.

Loureiro (2001) apresenta o relato de um líder rural que veio do Ceará no início dos anos 60, e narra que:

Lá no Ceará a gente ouvia falar muito do Pará, levando boas notícias, falando de terras e de estradas. Em 1961 eu vim para o Km-47³ da Pará-Maranhão encontrar alguns parentes que eu já tinha lá. Nessa época já tinha muita gente que estava entrando nestas terras, que depois se chamou de Gleba Cidapar (LOUREIRO, 2001, p. 65).

Loureiro (2001) afirma que todos os colonos tinham a informação de que a Cidapar era terra grilada, os que eram mais antigos na região iniciaram a luta pela terra, e os que começaram a saber da grilagem começaram a entrar também. Foi então, que a luta contra a Gleba Cidapar se iniciou. E quando a luta se intensificou surgiu a figura de Quintino Lira da Silva lutando pela conquista da terra para defender os colonos (Box 01).

BOX 01 – QUINTINO O REPARADOR DE ERROS DO NORDESTE PARAENSE	
Informações gerais de Quintino	<ul style="list-style-type: none"> - Nasceu no município de Augusto Corrêa, em 1947, mas muda-se para a localidade do Broca, próximo do Km 47 da Pará-Maranhão (neste momento ainda município de Ourém), onde começou a cultivar um lote de terra. - Teve sua plantação de banana totalmente devastada por um cidadão chamado Paraná, que foi morto por Quintino após tentar resolver a questão por vias judiciais. A partir de então, Quintino se auto intitulou de “gatilheiro” e passa a ser um reparador de erros e defensor das causas dos colonos. - No dia 4 de janeiro de 1985 cerca de 30 policiais da Polícia Militar do Estado cercam a casa onde se encontrava Quintino e o matam no local.
	- Quintino foi injustiçado pelos fazendeiros e pela justiça no período em que morou nas proximidades do

³ Torna-se cidade em 13 de dezembro de 1991 quando passa a ser conhecida como Santa Luzia do Pará.

Visão dos colonos a respeito de Quintino	Km 47. - Quintino nunca teve uma pose de valentão, mas era um trabalhador que de repente foi visto nos jornais destacado como se fosse um fora da lei.
As ações de Quintino se dirigiam para dois alvos	- Pistoleiros pagos por fazendeiros para matar ou amedrontar os colonos; - Fazendeiros grileiros envolvidos na expulsão dos colonos da terra.
objetivo das lutas de Quintino	- Conquista da terra, e conseqüentemente a paz para os colonos. O gatilheiro se utiliza da violência para restaurar a justiça, visto que, o Estado parecia não se preocupar com o sofrimento e as mortes dos colonos neste período.

FONTE: Adaptado de LOUREIRO (2001).

Outra política que buscava povoar e também modernizar a região Amazônica, veio em 1852, quando o governo autorizou a construção da estrada de ferro no Brasil. No Pará, a estrada-de-ferro tinha por objetivo ligar as áreas agrícolas de forma que proporcionasse o escoamento da produção, imprimindo por onde passava um processo de valorização das terras (MIRANDA, 2009).

Segundo Penteado (1972), conforme citado por Miranda (2009) a construção da Estrada de Ferro Bragança – EFB iniciou-se em 1883 no Pará. Mas em função de situações financeiras pouco favoráveis ao Governo, a construção da via férrea ocorreu de forma lenta, chegando à Bragança apenas em 1908.

A estrada de ferro ao logo da região Bragantina trazia como meta principal ocupar as terras entre Belém e Bragança trazendo consigo o desenvolvimento da agricultura para essa região ainda pouco habitada.

De acordo com Miranda (2009), o projeto de colonização da Bragantina surgiu no mesmo período em que a Amazônia vivencia a economia da borracha que ganhava grande valorização no mercado internacional. O látex era retirado da árvore de seringueira, uma prática que já era comum entre os nativos, e em seguida transformando em borracha. Para realizar este processo de retirada do látex se utilizou, principalmente, a mão de obra nordestina que migrava de sua região em direção à Amazônia em função da grande seca que se propagava no Nordeste, além da ampla propaganda realizada pelo Governo acerca da borracha, considerada como “ouro branco”.

Com a criação da estrada de ferro e a inserção de nordestinos em busca de trabalho nos seringais, o Pará começa a ser colonizado. No entanto, neste momento, a falta de produtos agrícolas passa a ser um problema para a região.

Havia, no Pará, a necessidade da criação de áreas agrícolas, o que já era presente nos relatórios de província, onde os governadores explicavam que era inconcebível que o Pará

mesmo com solos tão férteis, ainda carecia de produtos agrícolas. Por isso, havia uma intenção política em sanar o problema no abastecimento de produtos de primeira necessidade em Belém e a solução mais viável encontrada foi a colonização da Bragantina. Para que essa colonização ocorresse foram fundamentais os financiamentos advindos da borracha, a imigração e a construção da via férrea (MIRANDA, 2009).

A colonização pretendida entre Belém e Bragança buscava “povoar” e “civilizar” essa área, que até o momento ainda se encontrava pouco habitada. Segundo Miranda (2009) não foi por acaso que essa colonização ocorreu no mesmo período de maior desenvolvimento comercial do extrativismo da borracha.

No entanto, após a década de 1960, se consolida no Nordeste Paraense o padrão de organização pautado nas rodovias. As quais surgem como outra tentativa de povoar a região Amazônica, através das aberturas de estradas, que tinham por intuito adentrar a região amazônica povoando as margens das rodovias.

Loureiro (2001) aborda esta tentativa de polarização da região Amazônica através dos relatos de antigos habitantes de vilarejos da Gleba Cidapar.

A rodovia Pará-Maranhão ou BR-316 foi aberta como estrada, por volta de 1973. Foram interesses econômicos e políticos que levaram o governo federal a abrir a Pará-Maranhão. Antes disso, a grande via de transporte para toda essa zona era o rio Gurupi. [...] Depois da abertura da Pará-Maranhão, o garimpo de Cachoeira voltou a ser explorado. E começou a entrar gente pela estrada, gente que vinha de todos os lados do Nordeste, mas também de outras partes do Pará (LOUREIRO, 2001, p. 48).

Após a abertura da rodovia Pará-Maranhão muitos povoados e vilas surgiram ao longo de toda estrada. Porém, esse povoamento aconteceu de forma desordenada devido à falta de planejamento. “Sempre houve uma ausência completa do poder público federal e estadual, na área. O poder municipal, que é irrisório, era praticamente um nada para solucionar os problemas que começavam a acontecer. Os problemas eram enormes e aconteciam com grande velocidade” (LOUREIRO, 2001, p.49). A autora apresenta a fala de um colono sobre a estrada BR-316;

Então, pra nós essa estrada não favorece nada, ela foi prejudicial. Porque antes, a gente transportava a produção em lombo de burro, pelo caminho que estava aberto. Quando abriram a estrada, nós fomos empurrados pra dentro, pro meio do mato, pros confins do mato. [...] porque antes, quando ainda não tinha estrada a terra não era cobiçada, era livre. [...] Então, pra nós, essa estrada ela foi, bem dizer, inútil; é difícil dizer, mas essa é a pura verdade. Eu moro numa parte do Cristal e de lá pra Pará-Maranhão são 52 Km. Foi pra dentro desse mato, que hoje nós transformamos em um lugar um pouco melhorado, graças ao nosso trabalho, foi pra dentro desses matos que nós fomos jogados, na hora que a estrada ficou pronta. [...] Então, quando o

governo fala no progresso da estrada, ele está falando mas é no progresso dos fazendeiros e dos grileiros, que ficaram bem servidos, na beira da estrada asfaltada e que mesmo assim não produzem nada (LOUREIRO, 2001, p. 79-80).

Na fala do colono, evidenciado por Loureiro (2001), fica evidente que nos anos 1960 as políticas voltadas para o campo se direcionavam para os grandes proprietários de terra, ficando o pequeno agricultor em segundo plano para o Estado. O que fica evidente nos depoimentos do delegado sindical da localidade do Cristal:

Nós como colonos, a nossa sobrevivência está na terra. Nós não temos nenhum apoio do governo. Eu digo isso porque eu nunca vi o governo ter com o colono a mesma dor de cabeça que ele tem pra cuidar das terras dos empresários. [...] A produção do campo vem caindo cada vez mais. E o governo ainda quer tomar o pouco que o colono tem, que é a terra, então isso revolta qualquer ser humano. [...] o governo nunca fez nada por nós: tudo o que existe no Cristal foi feito por nós, desde a estrada, até o resto (LOUREIRO, 2001, p. 83).

Vemos, então, neste período, uma política voltada para a acumulação do capital, e ainda, um esquecimento e/ou abandono dos colonos que chegavam na Amazônia com o objetivo de produzir, no entanto, não encontravam incentivos para tal.

A consciência dos colonos de que o Estado não resolverá seus problemas, já que não resolveu no passado e nem manifesta interesse de fazê-lo no presente, leva-os a resolver os seus problemas através da resistência e da luta. Desta feita, o colono empreende uma ação bilateral: pressionando o Estado a fazer justiça e mobilizando-se contra os que eles identificam como seus adversários (LOUREIRO, 2001).

O Nordeste do Pará foi a primeira zona beneficiada, de forma mais intensa, pelas estradas. Na década de 60 foi atingida pela Belém-Brasília e nos anos 70 pela Pará-Maranhão (BR-316), a partir daí a Amazônia oriental fica ligada ao resto do Brasil. E foi justamente nestas estradas que a pressão sobre a terra também se fez sentir de imediato (LOUREIRO, 2001). Isto é, a abertura das estradas trouxe consigo inúmeros conflitos entre grandes fazendeiros e colonos, ambos buscando à conquista da terra.

Ainda nos anos 70, emergem políticas que buscam ocupar produtivamente a região Amazônica. Definida por dois planos econômicos nacionais: o 1º PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/74 e o 2º PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975/79 (LOUREIRO, 2001).

De acordo com Loureiro (2001) no primeiro Plano, a região Amazônica é considerada uma fronteira de recursos. Por isso, o plano estabelece como prioridade a

integração física da Amazônia ao território nacional, além da ocupação humana nos “espaços vazios”, e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico da região, através da concessão dos incentivos fiscais e outros instrumentos adicionais.

Já no segundo plano, conforme Loureiro (2001) aprofunda-se a noção do primeiro plano de Amazônia como fronteira de recursos, enfatizando a contribuição futura que a região deverá dar para melhorar a balança comercial do país, e por isso, a necessidade de integra-la ao mercado.

Nos dois planos nacionais se refere aos espaços habitados por índios e caboclos como “espaços vazios” ou “vazios demográficos”, ou seja, não se levam em consideração estas populações, pois elas desenvolviam na região atividades tipicamente não capitalistas, isto é, não estavam organizadas sob o sistema de empresas e do assalariamento de empregados. Por isso, esses espaços estariam disponíveis para a reprodução do capital (LOUREIRO, 2001).

A partir dos dois planos nacionais e também de decretos o Estado passa a permitir a compra facilitada da terra, porém, apenas em grandes lotes, o que impede a aquisição de terra para os colonos pobres ou por trabalhadores sem terras. Com essas vantagens, concedidas pelo governo, as possibilidades de acumulação de capitais e de concentração de terras se tornaram gigantescas (LOUREIRO, 2001).

Isto é, até este momento, as políticas públicas voltadas para a região Amazônica se direcionavam para as pessoas com maior poder aquisitivo, sem preocupar-se com os colonos ou sem terras. Observa-se, portanto, que os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento visavam a acumulação e reprodução do capital. Fato evidenciado na fala de um líder rural de uma localidade da gleba.

[...] nós queríamos ganhar a nossa vida, com uma área modesta, pequena, mas suficiente, enquanto que outros [...] queriam muita terra, pra ficarem ricos. Com a madeira que ele vendia, mesmo que fosse da terra dos índios, ele ia comprando tratores e caminhões, tirando madeira todos os dias, derrubando a mata. [...] conseguia os papéis de regularização da terra com facilidade; abria estradas com máquinas do governo, enquanto que nós, nós abríamos tudo no braço, com machado e terçado (LOUREIRO, 2001, p. 197).

Fica evidente na fala do colono que o Estado visava a pratica de favorecer as elites e grupos dominantes, através da transferência do patrimônio coletivo, isto é, somente sobre forte pressão política das classes subordinadas o Estado tem tratado dos interesses dos grupos marginalizados (LOUREIRO, 2001).

Com a chegada contínua de colonos na região do Nordeste Paraense, através de inúmeras políticas, e com o descaso do Estado com as classes subordinadas, verifica-se o crescimento das organizações em defesa dos colonos.

De acordo com Loureiro (2001) os colonos entram nos anos 80 com duas organizações distintas, que buscavam defender a terra dos colonos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viseu, que começou a implantar delegacias sindicais nas vilas e povoados onde houvesse uma população mais numerosa e organizada. E os posseiros criaram o Conselho de Trabalhadores Rurais da Gleba Cidapar (CTRGC), com outro objetivo e com uma forma de participação diferente, como por exemplo, das mulheres nas ações e reuniões do conselho. Isto é, o conselho atuava principalmente junto à comunidade, enquanto que o sindicato procurava fazer isso de forma mais expressiva negociando com a imprensa e com as autoridades.

A partir dos anos 80 os colonos passam a se organizar e lutar pelo seu direito a terra, mesmo com a resistência do Estado. Os colonos sabiam que esta luta era árdua, é que a terra seria conquistada através de muita resistência, fato que se evidencia na fala de um colono, “somos sem dúvida as vítimas fatais desta guerra; mas lutaremos até o fim. Nós sabemos que o pau quebra do lado mais fraco; resta-nos saber quem vai vergar esse pau e veremos como ele vai quebrar” (LOUREIRO, 2001, p. 216). Mesmo com a resistência do Governo perante os grupos subordinados os colonos resistiram e buscaram por seu direito a terra.

Por várias vezes os colonos vão até Belém para reivindicar seus direitos, e a repercussão deste ato é grande nos jornais que publicam suas queixas e reivindicações.

Temos sofrido toda a nossa existência; nossos pais nos ensinaram a trabalhar, a respeitar as autoridades constituídas, a sermos honestos, simples e responsáveis. Poucos dentre nós sabe ler ou escrever, mas todos sabemos defender o que é nosso. Nunca tivemos apoio dos governantes, para estes só existimos nas épocas de eleições [...] Tivemos a coragem de viajar até Belém, aproximadamente 1500 posseiros, para testemunharmos nossa esperança, nossa fé e nossa certeza numa solução pacífica, através da Justiça [...] mas infelizmente isso só serviu para aumentar o nosso sofrimento [...] se for preciso, voltaremos a Belém, talvez em número maior : só que não mais para pedir ajuda, mas sem dúvida para exigirmos a Terra Prometida [...] queremos e exigimos que ele assuma de uma vez por todas as responsabilidades do estado com os posseiros (LOUREIRO, 2001, p. 215-216).

Segundo Loureiro (2001) a partir da fala dos colonos fica evidente a consciência de classe subordinada, e o reconhecimento de tratamentos desiguais concedidos pelos órgãos públicos nas liberações de títulos de terras, e ainda, a desconfiança e o descrédito com relação às instituições públicas.

Diversas políticas públicas implantadas na Amazônia visavam sua colonização e exploração, no entanto, as políticas que se seguiram após a chegada de muitos imigrantes na região beneficiou apenas os grandes proprietários, deixando os colonos na miséria. As políticas públicas implantadas até os anos 80 visavam a acumulação e a reprodução do capital, o que acabou gerando grande pobreza e conflitos no campo, visto que, os colonos foram marginalizados e subordinados pelo Estado, tendo que resistir e lutar pelo seu direito a terra.

O meio rural do Nordeste Paraense foi marcado, neste período, por luta e resistência, isto é, além de lutarem contra os grandes latifundiários, os colonos também precisavam confrontar com o Estado, buscando seus direitos. Uma vez que, o modelo de desenvolvimento implantado pelo Governo era puramente econômico onde não se considerava as diferenças e especificidades da região, o que acabou provocando impactos na vida dos atores locais, em especial dos colonos.

1.1.2. Características gerais da formação territorial do município de Santa Luzia do Pará.

No período das Grandes Navegações uma das características da região amazônica era a presença dos indígenas. Com a exploração desta região e o desenvolvimento da comercialização das “Drogas do Sertão” (cacau, cravo, canela etc.), desenvolve-se ao redor do município de Ourém vários povoados, entre eles a colônia do Jacarequara, local que deu origem ao município de Santa Luzia do Pará (OLIVEIRA, 2016).

Com o “*Boom*” do extrativismo da borracha, na Amazônia, ocorre a criação de uma subprefeitura de segurança na vila do Tentugal, próximo a colônia do Jacarequara, pertencente ao município de Ourém, sendo que, ambas hoje pertencem ao município de Santa Luzia do Pará. Porém, a vila do Jacarequara, antigo nome dado a Santa Luzia do Pará, cria maior dependência em relação à vila do Tentugal, pois passa a expedir documentos como certidão de nascimento (OLIVEIRA, 2016).

Em 1961, ocorre a criação da colônia de Piquiá, onde posteriormente se localizou a sede do município de Santa Luzia do Pará. As políticas territoriais neste momento se voltam para a construção de rodovias a fim de integrar os territórios. E com a criação em 1970 da BR-316, que cortava a colônia de Piquiá, ocorre o desenvolvimento da colônia, e consequentemente, tem-se a emancipação do município de Santa Luzia do Pará em 1991 onde a vila passa para categoria de Município (OLIVEIRA, 2016).

As comunidades existentes no município hoje são: Comunidade dos Pedros, Acampamento Quintino Lira, Pau-de-remo, Bela Vista, Broca, Pitoró, Avelinos km 29, cabeça-de-porco, Caeté, Cantã, Estiva, Fuzil, Jacarequara, km 18, km 25/26, km 37, km 51, km 56, Muruteua, 12ª Travessa do Montenegro, Muruteuazinho, Pau D´arco, Peixe-boi, Pimenteira, Ramal da onça, Tamancuoca, Tentugal, Terra Amarela, Tipitinga, Transcaeté, Três Voltas, Pereira, Guarimanzal, km 15, Piracema, Lindas Palmeiras, e a Comunidade dos Cana (OLIVEIRA, 2016).

Inicialmente, as políticas públicas que incidiam sobre as colônias agrícolas que dariam origem ao município de Santa Luzia do Pará, voltavam-se apenas para a colonização do território. A exemplo, as políticas de sesmarias e de abertura de estradas, que visavam “integrar” e/ou “desenvolver” a região amazônica. Isto é, neste momento essas políticas públicas visavam beneficiar a grande produção e as grandes empresas.

Entretanto, a partir da municipalização do município ocorre um redirecionamento das políticas públicas para Santa Luzia do Pará. Ou seja, a partir deste período as políticas passam a se direcionarem para os pequenos produtores do município.

1.2 Distribuição atual das políticas públicas no Nordeste Paraense e Santa Luzia do Pará.

A segunda metade da década de oitenta foi marcante para as políticas públicas no Brasil e na Região Amazônica, tanto por alguns fatos de grande notoriedade, quanto por acontecimentos menos visíveis, porém de relevância inquestionável (COSTA, 2000 p. 211).

A partir dos anos 90 ocorre um redirecionamento das políticas públicas, isto é, elas deixam de serem concentradas eminentemente nas áreas de fronteiras e se direcionam para as áreas já consolidadas, onde o processo de colonização foi anterior. Neste momento, o Nordeste Paraense volta a ter políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar de forma mais significativa.

Como as políticas públicas voltadas para a fronteira não surtem o efeito esperado do ponto de vista do desenvolvimento econômico, começa-se a pensar em políticas não mais voltadas apenas para a grande produção e as grandes empresas, mas também, volta-se a pensar e elaborar políticas públicas destinadas para a pequena produção.

O redirecionamento das políticas públicas ocorre a partir da democratização do Brasil, em que se começa a elaborar políticas no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária

– PNRA. O qual, reiterava, segundo Medeiros (1993), o vínculo entre reforma agrária e democracia, considerando que o acesso à terra é a primeira condição para superar a exclusão dos trabalhadores do campo.

De acordo com Medeiros (1993), o anúncio da Proposta do PNRA aparece como crucial no cenário Brasileiro. Visto que, esse documento, cuja elaboração ocorreu logo no início da Nova República, em 1985, contou com a ativa participação dos defensores da reforma agrária. No entanto, a autora chama atenção para a derrota do PNRA, quer dizer, com as sucessivas alterações pelas quais o plano passou, e ainda, com a derrota das reivindicações dos trabalhadores na Constituição de 1988, isso implicou no que a autora denomina de refluxo do movimento de ocupações de terra, ou seja, foram praticamente desmontadas as bases legais das desapropriações das áreas de tensões.

É neste contexto de redirecionamento das políticas públicas e da elaboração do PNRA, que surge o fundo de recursos públicos para o desenvolvimento da região Norte (FNO). De acordo com Costa (2000), a primeira metade dos anos noventa foi marcada pela convergência de importantes inovações, das quais o autor destaca a inovação institucional do FNO, o referido autor destaca que:

Foi promulgada a nova carta magna da República, a “Constituição Cidadã”, que estabelecia fundos de recursos públicos para o desenvolvimento das regiões Norte (FNO), nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) vinculados à receita fiscal. Tais fundos, [...] constituíram a base de empréstimos necessariamente resgatáveis, por regra, todavia, que comportavam a adoção de critérios próprios a cada região (COSTA, 2000, p. 211).

No Norte o FNO constitui uma inovação, já que proporciona fundos com autonomia suficiente para permitir a sua mobilização, a partir de critérios orientados por projetos de desenvolvimento estritamente regionais. Na medida em que dispõe de flexibilidade suficiente para atender quaisquer dos atores sociais que fazem parte das bases locais de desenvolvimento (COSTA, 2000).

No Brasil, passa-se a priorizar as áreas conflituosas, no sentido de alocar recursos para as políticas públicas. E é diante deste cenário que se cria o FNO, visto que, a Amazônia é esse locus de grandes conflitos, e também, é a principal área de pobreza e desigualdade social, por isso, a necessidade de se criar o Fundo Constitucional do Norte.

De acordo com dados apresentados por Costa (2000), o FNO financiou até 1992, no estado do Pará, poucas safras de culturas temporárias. Em 1993, iniciou o financiamento de áreas mais extensas para este tipo de lavoura, totalizando 3,9 mil hectares, já em 1994 foram 10,3 mil hectares e em 1995 e 1996 foram 5,4 e 4,7 mil hectares, respectivamente. Isto é, as

culturas temporárias tiveram papel intercalar para a implantação de culturas permanentes, pois, as áreas financiadas pelo FNO não atingiram 1% do total plantado em 1995.

Já os financiamentos para as culturas permanentes, a realidade foi bem diferente. Em 1993, a área financiada correspondia a 3,6% e no ano seguinte, a 9,3%. Em 1995 e 1996, o percentual chegou próximo dos 5%, ou seja, as áreas financiadas de 1960 a 1996 totalizam cerca de 25% do total da área colhida com culturas permanentes. No entanto, o autor esclarece que há uma diferença considerável entre os ritmos de crescimento das áreas plantadas com culturas permanentes e o crescimento da renda esperada deste tipo de cultura. (COSTA, 2000).

Para Costa (2000), se considerarmos a soma dos valores dos plantios, pastos e rebanhos, financiados e não financiados pelo FNO, observaremos que 28% da capacidade instalada da unidade familiar média pesquisada sofre influência com o Fundo Constitucional. Sendo que, o primeiro impacto, está relacionado a uma mudança na composição da base produtiva da unidade financiada. Porém, estes impactos, foram diferenciados de município para município. O autor acrescenta que:

O crédito do FNO incorporou-se como um condicionante a mais da realidade camponesa, imiscuindo-se das mais diversas maneiras na vida econômica das famílias, ensejando decisões e provocando tensões, cujo resultados estão além do que se pode antever (COSTA, 2000, p. 270).

Com a criação dos Fundos Institucionais, grande parte das políticas públicas começam a se voltar para os agricultores familiares. O que não significa que os grandes produtores deixam de ser assistidos. Ocorre apenas um incentivo maior para a pequena produção, e ainda, uma reorientação do local onde essa produção vai ser alocada, isto é, nas áreas de grandes conflitos e desigualdades sociais.

É neste momento, portanto, que os agricultores do Nordeste Paraense passam a ser alvos de políticas públicas. Isto é, a partir das políticas de incentivos fiscais, começa-se a apresentar duas novidades. A primeira, é que a clientela passa a ser nitidamente regional, e a segunda, é que o tamanho médio dos projetos e das propriedades beneficiadas se reduz. O que indica que os fazendeiros se tornaram seus principais beneficiários (COSTA, 2000).

Se antes, em um primeiro momento, as grandes empresas de fora da região foram privilegiadas, a partir de 1982 tem-se um redirecionamento para as elites locais. Costa (2000) afirma que em 1982, o número de projetos aprovados para a agropecuária triplicou em relação a 1981, e cresceu 10% ao ano nos dois anos seguintes.

A política dos fundos institucionais deu um novo rumo para as políticas públicas no Brasil, em especial para a Amazônia, área em que os conflitos e desigualdades sociais eram muito presentes. As políticas de incentivos fiscais foram essenciais para garantir que as áreas de fronteiras não se tornassem mais as únicas privilegiadas. O FNO se tornou responsável também por subsidiar outros programas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, que é uma extensão do FNO, isto é, muitos recursos que vem do Pronaf são advindos do FNO.

Após as políticas de incentivos fiscais do FNO e suas ramificações, é criado no Brasil, em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Como parte da estratégica do Governo Federal para reduzir a pobreza, combater a exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto é, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário implementar novas estratégias e critérios para a intervenção pública em busca do desenvolvimento sustentável nos espaços rurais com maior desigualdade social. O objetivo do MDA foi o de concentrar esforços em três áreas principais: ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário; promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (Brasil, 2005). Para atingir seus objetivos, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT definiu como sua missão:

Apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas (Brasil, 2005 p. 03)

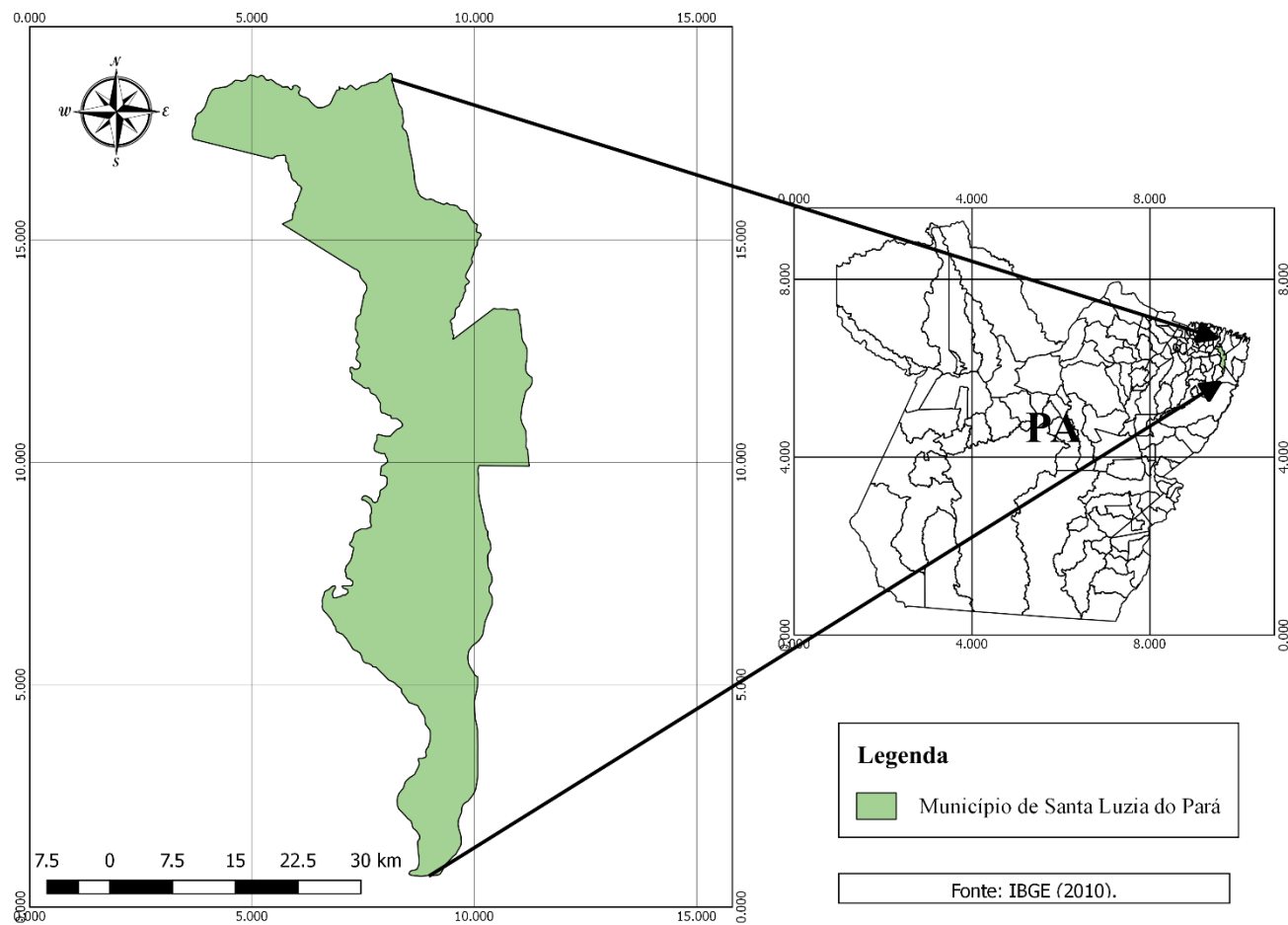
O Governo Federal lançou uma estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais desde 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desde então se buscava desenhar um conjunto de ações, com o objetivo de “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (Brasil, 2005 p. 07).

No entanto, a rede articulada de ministérios foi “desmontada” após a deflagração do golpe político de 2016 e da consequente extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste sentido, as políticas públicas de desenvolvimento territoriais são lançadas novamente em um contexto de incertezas (SILVA, 2017).

Por essas razões, novamente, nos parece que o campo brasileiro luta mais uma vez para reduzir as desigualdades regionais e combater a pobreza no meio rural. Porém, com o golpe político deflagrado no ano de 2016, a população rural se encontra, mais uma vez, sem

esperança que, finalmente, as políticas públicas de desenvolvimento territoriais sejam enfim consolidadas.

Assim como todo o país vem sendo alvo da não consolidação das políticas públicas de desenvolvimento territorial, o município deste estudo de caso também se torna alvo do desmonte do desenvolvimento territorial a partir das novas configurações políticas do Brasil (ver Mapa 01).

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ.

FONTE: A autora (2018).

QUADRO 01 - UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE PARAENSE E SANTA LUZIA DO PARÁ.				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	NORDESTE PARAENSE	SANTA LUZIA DO PARÁ
1616-1655	<ul style="list-style-type: none"> -Período das Grandes Navegações; -Anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista; -Criação de núcleos urbanos para a defesa, ocupação e penetração do território. -As políticas territoriais visavam a expansão do mercantilismo e nesse primeiro momento estavam direcionadas à apropriação e conquista do território. 	<ul style="list-style-type: none"> -Fundação pelos portugueses do Forte do Presépio em 1616 (atual Forte do Castelo), a partir do qual se desenvolveu a cidade de Belém. - Expedições militares que expulsaram os estrangeiros e fundaram outros núcleos de povoamento no litoral e no vale baixo amazônico, como Cametá, em 1635 (antiga Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá). 	<ul style="list-style-type: none"> -Criação do povoado de Sousa do Caeté, fundado em 1634, que deu origem a Bragança (1753). 	<ul style="list-style-type: none"> -Nesse território tinham muitos indígenas, e esses na visão dos colonizadores, eram para servir como mão-de-obra a ser explorada, de alguns produtos do local, cabe destacar que era uma política de proteção do território.
1655-1755	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento do comércio das “Drogas do Sertão” (cacau, cravo, canela etc.); -Organização econômica apoiada em fortins, aldeias missionárias e mão-de-obra indígena. 	<ul style="list-style-type: none"> -Criação de aldeias missionárias e fortins, para controle dos indígenas e da economia extrativista, localizadas nas margens do Rio Amazonas, a exemplo de Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá); -Fundação do Forte de São José do Rio Negro em 1669, sob a proteção dos Carmelitas, desenvolveu-se a aldeia de Manaus (rio Negro); -Desenvolvimento embrionário da rede urbana do tipo dendrítico, pois havia articulação das aldeias; -O sistema de abastecimento era realizado mediante a circulação de mercadorias, organizado pelas ordens religiosas; -A cidade de Belém exercendo 	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento do povoado de Souza do Caeté. -Política de expansão territorial visando à ocupação e exploração da sub-região através da construção de fortins a partir do século XVIII. -Criação da Casa Forte próximo à sede Luís de Moura em 1727, que deu origem a Ourém em 1762. 	<ul style="list-style-type: none"> -Ao redor do município de Ourém desenvolveram-se vários povoados, entre eles a colônia do Jacarequara.

		o papel de cidade primaz neste tipo rede urbana.		
1755 – 1785	<p>-Ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (fundada em 1755, sob os interesses do Marquês de Pombal), que representou a criação de uma companhia comercial monopolista de produtos tropicais (algodão, arroz e cacau) no mercado europeu;</p> <p>-Expansão das atividades produtivas nos núcleos preexistentes;</p> <p>-Reforço da rede urbana dendrítica.</p>	<p>-Nesse período a rede urbana da Amazônia passa por um relativo desenvolvimento, com políticas territoriais entre elas a procura de mercados internacionais para exportação de produtos tropicais, propiciando a expansão das atividades produtivas;</p> <p>-Transferência, em 1751, da capital do Grão Pará e Maranhão de São Luiz para Belém (os quais se separam em 1772);</p> <p>- Fim do poder eclesiástico e expulsão dos jesuítas e confisco dos seus bens;</p> <p>- Introdução da mão-de-obra escrava a partir de 1756;</p> <p>-Expansão da agricultura comercial e da pecuária (Rio Branco, baixo Amazonas e ilha do Marajó);</p> <p>-Observa-se que essas políticas territoriais já tem a presença do Estado com mais especificidades em algumas áreas, com doações de áreas para colonos a fim de fazer o povoamento e aumentar a economia, para garantir a soberania do território.</p> <p>-Ampliação das importações de produtos manufaturados e ratificação do “sistema de aviamento”;</p> <p>-Criação e fortalecimento de</p>	<p>-Criação da Vila de Bragança, em 1753, local que era ponto de comunicação entre o Grão-Pará e o Maranhão. Nesta vila se desenvolveu uma relativa ocupação com o cultivo de café, arroz e mandioca, além da pecuária, utilizando-se de mão-de-obra escrava.</p> <p>-As políticas territoriais aconteceram principalmente com a Companhia Pombalina a fim de aumentar as exportações dos produtos tropicais como arroz, cacau e algodão para os mercados europeus.</p> <p>- Elevação de antigas aldeias missionárias à categoria de vilas, como, por exemplo, a vila Souza do Caeté (1753) localizada no NE Paraense.</p> <p>-Doação de grandes porções de terras através de cartas de sesmarias. Em geral feitas a pessoas ilustres e à Igreja. Perdurou durante todo o período colonial e mesmo na fase da Brasil independência até o ano de 1850.</p> <p>-Surgimento da área conhecida como Gleba Cidapar, localizada no Nordeste Paraense, através das certidões nº 0017/85, nº 0018/85, nº 0019/85, nº 0020/85, nº 0021/85, nº 0022/85. Porém das cinco áreas apenas a concessão da</p>	<p>-Presença de comunidade quilombola (Jacarequara) no local que deu origem ao município de Santa Luzia do Pará.</p>

		Fortes para proteção da Amazônia, a exemplo de Belém e Macapá; -Elevação de antigas aldeias missionárias à categoria de vilas; -Criação da capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), surgindo na Amazônia duas Capitânicas, ambas subordinadas a Belém.	Fazenda Macaco, correspondente à certidão nº 0022/85, foi confirmada.	
-Final do século XVIII e primeira metade do Século XIX	-Extinção, em 1778, da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão; -Diminuição da competitividade de Portugal junto ao comércio internacional por conta da queda dos preços dos produtos tropicais. -Estagnação econômica e urbana da Amazônia.	-Diminuição do crescimento urbano devido à perda da população urbana e da arrecadação de tributos; -A política territorial deste período foi à internacionalização das navegações, e o liberalismo econômico, onde as empresas deixam de ser protegidas pelo Estado. - A rede urbana caracteriza-se, neste período, pela permanência da primazia de Belém e pelo padrão de organização espacial ribeirinho, com poucos núcleos urbanos ao longo do litoral.	-Não havia ainda valorização econômica do NE Paraense, não sendo alvo, desse modo, de implantações urbanas. -As políticas territoriais de melhoramento dos padrões de urbanização se encontram em crise porque há uma diminuição na arrecadação tributária, ocasionando um desleixo na administração pública.	- O estímulo para a produção no meio rural, nas mediações de Santa Luzia do Pará, ocorria através de títulos de sesmarias, concedido por doações, geralmente a pessoas ilustres e à Igreja através de cartas de sesmarias.
1850 a 1920	-“ <i>Boom</i> ” do extrativismo da borracha revigora a vida econômica amazônica a sua rede urbana, devido: 1) à acentuada e crescente demanda da borracha no mercado internacional; 2) à criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que introduz a navegação a vapor, escoando	-As políticas territoriais estavam voltadas para a valorização da borracha com a modernização no sistema de transporte e investimentos em obras na rede urbana de Belém e Manaus; -Expansão da rede urbana e crescimento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes. Desenvolvimento do sistema de	-As políticas territoriais nesse período foram colonizar áreas para fazer o abastecimento da capital paraense. -Na tentativa de criar áreas agrícolas que abastecessem Belém, o governo paraense colonizou a Bragantina, a partir de colonos estrangeiros e, principalmente, nordestinos, assim, no final do século XIX a	-Criação de uma Subprefeitura de segurança na vila do Tentugal, próximo a colônia do Jacarequara, pertencente ao município de Ourém, sendo que ambas hoje pertencem ao município de Santa Luzia do Pará.

	<p>mais rápido a produção regional, abrindo caminho para o desenvolvimento do transporte fluvial;</p> <p>3) aumento vertiginoso de mão-de-obra nordestina a partir de 1877;</p> <p>4) significativa injeção de capital (essencialmente mercantil) nacional e internacional na produção gomífera.</p> <p>-A produção da borracha torna-se tão importante que chega a eclipsar a produção de subsistência no mercado interno.</p>	<p>aviamento;</p> <p>-Surgimento de novos núcleos urbanos atrelados à dinâmica da borracha (Rio Branco, Xapuri, Boca do Acre, etc.);</p> <p>-Revigoração dos antigos núcleos (Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, por exemplo);</p> <p>-Crescimento econômico de Manaus, tornando-se a cidade mais importante da Amazônia Ocidental, competindo com Belém;</p> <p>-Belém torna-se o ponto de articulação entre a hinterlândia amazônica e o mundo exterior, concorrendo para seu crescimento urbano, concentrando serviços e pessoas, mas, perdendo a sua primazia, devido ao crescimento de Manaus, modificando a rede urbana;</p> <p>-O <i>boom</i> da borracha provoca o declínio da agricultura, afetando o abastecimento da capital paraense.</p>	<p>primeira década do século XX, surgem diversas colônias, cujas sedes se transformaram em núcleos urbanos, como Ananindeua, Benevides, Castanhal, Inhangapí, Igarapé-Açu e Capanema, induzindo ao revigoração do antigo centro urbano de Bragança que se transformou em ponta de trilhos;</p> <p>-Para articular os núcleos e escoar a produção da Bragantina se construiu de 1883 até 1908 a Estrada de Ferro Bragança (EFB), em cujas margens foram se desenvolvendo as áreas agrícolas da colonização.</p> <p>-Até este período as políticas públicas eram voltadas para os grandes proprietários de terra, e para a acumulação do capital.</p>	
1920 a 1960	<p>-Crise da economia extrativista da borracha por conta da concorrência da produção gomífera na Ásia, contribuindo para a diminuição das exportações e do preço do produto;</p> <p>-Crise de casas aviadoras e abandono de seringais que diminuem o tráfego fluvial, ocasionando desemprego</p>	<p>-Diminuição do afluxo de imigrantes acompanhado de um refluxo para áreas de origem, concorrendo para perda de mercado;</p> <p>- Relativa autarcização dos seringais em relação às cidades, pois se permitiu o cultivo nestes locais, diminuindo a sua dependência;</p> <p>- Diminuição absoluta das</p>	<p>-A Bragantina corresponde a uma área, juntamente com o vale do Amazonas, em que a rede urbana apresentava segmentos relativamente importantes.</p> <p>-Inicia-se, gradualmente, a introdução de rodovias, em cujas margens, transformando-se suas relações urbanas.</p>	<p>-Observa-se a quase inexistência de políticas territoriais para integração dessas vilas.</p> <p>-A Vila do Jacarequara, antigo nome dado a Santa Luzia do Pará, cria maior dependência em relação à vila do Tentugal, principalmente em relação a tirar documentos como certidão de Nascimento, segundo relatos</p>

	urbano e nos seringais, além da crise de alimentos obtidos pelo avião e aumento da dívida externa.	pequenas cidades, embora de 1920 a 1960 alguns núcleos urbanos apresentassem crescimento relativamente importante (Marabá e cidades do Médio Amazonas); -Desmembramentos, na década de 1940, no Pará e Amazonas (Território do Amapá, Rio Branco e Guaporé); -Estagnação econômica de Belém e Manaus, com o retorno à dependência da última em relação à primeira; -Belém retorna sua primazia em 1940; ocorre na rede urbana a macrocefalia das capitais de Belém, e, em segundo lugar, Manaus.	-Nasceram as cidades, anunciando a nova configuração espacial de rede urbana que estava por vir. -A Bragantina apresenta uma relativa aglomeração humana, cujas sedes, vão aos poucos, sendo dotadas de formas e funções urbanas. -As políticas territoriais eram para a construção de rodovias, a fim de fazer uma maior integração de forma rápida entre os núcleos urbanos. -Período em que as políticas públicas eram voltadas para a expansão e colonização do Nordeste paraense.	de moradores antigos. - Quintino nasceu no município de Augusto Corrêa em 1947, mas muda-se para a localidade do Broca, próximo do Km 47 da Pará-Maranhão (neste momento ainda município de Ourém), onde começou a cultivar um lote de terra.
1960 – 1990	-Industrialização e modernização agrícola concentrada (Centro Sul e outros pontos do país); -Integração Nacional; -Desenvolvimento da fronteira do capital na Amazônia, incorporando-se ao processo geral de expansão capitalista no país; -Estado enquanto agente viabilizador da infra-estrutura (rodovias, hidroelétricas, portos e aeroportos) e de políticas para avanço do capital (incentivando a formação de um mercado de força de trabalho pela migração, incentivos fiscais, projetos de mineração em larga escala); -Controle capitalista dos	-Transformações na Rede Urbana, marcada pelas seguintes características: 1) Acentuação da urbanização regional e concentração urbana nas cidades capitais, especialmente, Belém e Manaus – a concentração de instituições, empresas e serviços nas cidades capitais (essa concentração urbana reflete a migração de áreas de ocupação antiga, como a zona Bragantina, médio Amazonas e ilha do Marajó que ocorre por conta da estagnação ou mudanças agropecuárias e extrativistas), assim como, a política de industrialização em Manaus (instalação da Zona	-Parte das políticas territoriais estão voltadas para o financiamento dos grandes projetos agropecuários e outra parte para melhoramentos na rede urbana e financiamento da agricultura familiar. - O núcleo urbano da Bragantina não sofre alteração na sua estrutura fundiária, permanecendo baseada na pequena produção familiar e em minifúndios; - Os colonos da Bragantina perdem a assistência financeira e técnica do Estado em benefício dos grandes projetos agropecuários; - Desativação da Estrada de Ferro de Belém-Bragança	-Chegada de Quintino na colônia, e posteriormente, município de Santa Luzia do Pará (Km 47). -Início das lutas de Quintino em busca do seu direito a terra e para defender os colonos. -Falecimento de Quintino no dia 4 de janeiro de 1985, quando cerca de 30 policiais da Polícia Militar do Estado cercam a casa onde ele se encontra. -Criação da colônia de Piquiá em 1961, onde posteriormente se localizou a sede do município de Santa Luzia do Pará. -Políticas territoriais para a construção de rodovias a fim de integrar os territórios.

	<p>recursos naturais (floresta, terra, minérios)</p> <p>-Incentivo aos projetos agrominerais aumentando a concentração de terras e a latifundiarização.</p>	<p>Franca), contribuíram para serem áreas de receptáculo populacional;</p> <p>2) Elevação de Manaus a centro metropolitano da Amazônia Ocidental;</p> <p>3) revigoração de antigos núcleos estagnados por conta da abertura de rodovias e valorização econômica – embora não ocorra em todos -, o que implica mudanças sociais (agentes novos) e espaciais, devido à introdução das estradas;</p> <p>4) criação de novos núcleos de povoamento, principalmente a partir de atividades modernas como mineração que induziu o aparecimento da Company Town (enclave urbano de boa infra-estrutura e com autonomia interna), a qual funda uma nova tipologia de cidade, aparecendo, também, núcleos mais ou menos estáveis – “currutelas” – (áreas miseráveis no entorno dos projetos e garimpos);</p> <p>-A rede urbana foi alterada pelo capital industrial e financeiro, complexificando as funções das cidades da rede, definindo uma nova divisão territorial do trabalho, quebrando a primazia de Belém e do padrão dendrítico de rede e maior complexidade dos fluxos, tanto nas intensidades, quanto nos tipos.</p>	<p>(EFB) e construção da rodovia (BR-316);</p> <p>-Evidencia-se uma concentração populacional significativa, especialmente nas proximidades de Belém;</p> <p>-Formam-se novos padrões de urbanização com aglomerados urbanos em função da posição geográfica privilegiada de algumas áreas que se tornam, nós da rede rodoviária e apresentam melhorias nas infraestruturas físicas, adensando as formas e funções urbanas.</p> <p>- A partir da década de 1980, em função da ineficiência do modelo desenvolvimentista implementado pelo Estado na década de 1960, instaura-se um novo paradigma de desenvolvimento pautado na pequena produção, voltando-se as atenções técnicas e financiamentos à produção familiar para subsistência e abastecimento de cidades urbanas.</p> <p>-Ocorre a migração de empresas extrativistas e agroindustriais de beneficiamento de frutas regionais, instaurando uma dinâmica produtiva de caráter internacional, na rede urbana da mesorregião do NE paraense.</p> <p>- Formam-se na maioria das sedes municipais pequenas cidades e até mesmo cidades de</p>	<p>-Criação da BR-316 em 1970 que passa ao meio da colônia de Piquiá onde posteriormente seria o município de Santa Luzia do Pará.</p>
--	---	--	--	--

		<p>-As políticas territoriais desse período foram para fazer a industrialização de alguns pontos do território, com a valorização regional e sub-regional através da agropecuária e extração mineral, essas transformações ocorreram em função do capital.</p>	<p>porte médio, como Castanhal – está oficialmente não faz mais parte da Bragantina, conformando sua própria região – e Capanema.</p> <p>-As políticas territoriais acontecem tanto para a transformação da rede urbana quanto para a integração do campo a cidade, através da compra e venda de produtos agrícolas, políticas baseadas em estruturas produtivas para a incorporação de recursos tecnológicos e uma melhor distribuição territorial das atividades produtivas.</p>	
A partir de 1990	<p>- A partir dos anos 90 ocorre um redirecionamento das políticas públicas, isto é, elas deixam de ser concentradas eminentemente nas áreas de fronteiras e se direcionam para as áreas já consolidadas.</p>	<p>-Redirecionamento das políticas públicas a partir da democratização do Brasil, em que se começa a elaborar políticas no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.</p> <p>-Criação dos fundos de recursos públicos para o desenvolvimento da região Norte (FNO).</p>	<p>-As políticas públicas, passam a se direcionarem para os pequenos agricultores do Nordeste Paraense, através, principalmente, de políticas de incentivos fiscais.</p> <p>- Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);</p> <p>- Inserção da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT);</p> <p>- Fundação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), buscando um novo modelo de desenvolvimento territorial para o campo;</p> <p>- Inserção dos Núcleos de Extensão (Nedet's) nas discussões de políticas públicas no Colegiado de Desenvolvimento Territorial</p>	<p>-Emancipação do município de Santa Luzia do Pará em 1991 onde a vila passa para categoria de Município.</p> <p>-As comunidades existentes no município no momento atual são: Comunidade dos Pedros, Acampamento Quintino Lira, Pau-de-remo, Bela Vista, Broca, Pitoró, Avelinos km 29, cabeça-de-porco, Caeté, Cantã, Estiva, Fuzil, Jacarequara, km 18, km 25/26, km 37, km 51, km 56, Muruteua, 12ª Travessa do Montenegro, Muruteuazinho, Pau D'arco, Peixe-boi, Pimenteira, Ramal da onça, Tamancuoca, Tentugal, Terra Amarela, Tipitinga, Transcaeté, Três Voltas, Pereira, Guarimanzal, km 15, Piracema, Lindas Palmeiras, e a</p>

			(Codeter).	Comunidade dos Cana. - Implantação do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf). - Aquisição de um caminhão para incidir sobre a agricultura familiar.
--	--	--	------------	--

Fonte: Costa (2000); Loureiro (2001); Miranda (2009); Oliveira (2016); Medeiros (1993).

Org. A autora (2017).

CAPÍTULO 2: OS PROGRAMAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Pretende-se, nesse segundo capítulo, apresentar o ciclo das políticas públicas e realizar uma contextualização do Programa Territórios da Cidadania – PTC, a partir de uma nova perspectiva conceitual em relação ao desenvolvimento sustentável, em busca da superação, no meio rural, das desigualdades econômicas e sociais, apontando o valor das políticas públicas de desenvolvimento territorial para o desenvolvimento e produção do campo brasileiro. Objetiva-se, também, realizar uma contextualização do desmonte do desenvolvimento territorial frente às novas configurações políticas do Brasil, apontando o fim e/ou o desdém com as políticas públicas voltadas para o meio rural.

2.1 O ciclo das políticas públicas e a importância do processo avaliativo.

Em países de língua latina há uma dificuldade em distinguir alguns termos essenciais das ciências políticas. Na língua portuguesa, o termo “política” pode assumir duas conotações diferentes, as quais os países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *politics* e *policy* (SECCHI, 2014).

Secchi (2014) se utiliza de Bobbio (2002) para explicar o termo *politics*, segundo o autor, é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos que são importantes para o exercício do poder sobre o homem. Isto é, este sentido de “política” está ligado ao de atividade e competição políticas.

Já o termo *policy*, ligado ao segundo sentido da palavra política, é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão de ação. Por isso, o termo “política pública” (*public policy*) está ligado a esse segundo sentido da palavra “política”. Ou seja, “políticas públicas” tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2014, p. 01). Assim:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém. [...] Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2014, p. 02).

No entanto, Secchi (2014) afirma que qualquer definição de política pública é arbitrária, visto que, na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública. Porém, o autor alerta que a essência conceitual de políticas públicas

é o problema público. Isto é, o que orienta se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público.

Este “problema público” refere-se a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Ou seja, para um problema ser considerado “público”, ele deve ter implicações para uma quantidade significativa de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público no momento em que os atores políticos o consideram um problema, isto é, uma situação inadequada. E público, quando se torna relevante para a coletividade (SECCHI, 2014, p. 10).

Com o objetivo de apaziguar estes problemas públicos, Secchi (2014), apresenta os processos de elaboração de uma política, denominado pelo autor de ciclo de políticas públicas. Secchi (2014) define este ciclo em sete fases sequencias e interdependentes. Sendo elas: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.

Por considerar que as Políticas públicas são responsáveis por solucionar os problemas coletivos o autor busca apresentar um ciclo que deve ser seguido no momento da elaboração e implantação de uma política. Para Secchi (2014) esse ciclo tem uma grande utilidade, visto que ajuda a organizar as ideias, além de orientar políticos, administradores e pesquisadores a criarem um referencial comparativo para casos diversos.

Neste sentido, segue as características principais deste ciclo apresentado por Secchi (2014), a saber:

1) **Identificação do problema:** corresponde a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Já um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Um problema público pode estar presente por muito tempo, porém não receber a atenção necessária porque a coletividade já aprendeu a conviver com ele, como é o caso da favelização das periferias das grandes cidades.

Secchi (2014), utiliza-se de Sjöblom (1984), o qual afirma que a identificação do problema público envolve, inicialmente, a sua percepção, isto é, ele não existe senão na cabeça das pessoas. Com isso, uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento em que afeta a percepção e envolve muitos atores relevantes. Posteriormente, é necessário realizar a definição ou delimitação do problema, o que envolve destacar quais são seus elementos e sintetizar em uma frase a essência dele. É no momento de delimitação de um problema que são criados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações. Por isso, a delimitação de um problema público é crucial no processo de elaboração de políticas públicas. Porém, cabe ressaltar que na fase de

implementação os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados por políticos, burocratas e os próprios destinatários da política pública. Por fim, deve-se realizar a avaliação da possibilidade de solução, já que, costuma-se dizer que um problema sem solução não é um problema. No entanto, nem sempre as políticas públicas são elaboradas para resolver completamente um problema, mas, para mitigá-los ou diminuir suas consequências negativas.

Os atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos são os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais. Visto que, esses atores encaram o problema público como matéria-prima de trabalho (SECCHI, 2014).

2) **Formação da agenda:** etapa em que se seleciona o conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Secchi (2014) se utiliza de Cobb e Elder (1983) para apresentar três tipos de agenda: a) *agenda política*: também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política observa como merecedor de intervenção pública; b) *agenda formal*: também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar; c) *agenda da mídia*: isto é, a lista de problemas que recebe atenção dos diversos meios de comunicação já que, a mídia possui um grande poder sobre a opinião pública, o que acaba gerando, algumas vezes, o condicionamento da agenda da mídia sobre as agendas políticas institucionais.

Secchi (2014) utiliza Subirats (1989) para afirmar que as limitações de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular pode ser o motivo de alguns problemas permanecerem por muito tempo, ou que nem consigam entrar nas agendas.

Existem problemas que ganham ou perdem espaço na agenda. Já outros são cíclicos, e entram ou não na agenda de acordo com episódios importantes ou sazonalidades. Por fim, existem problemas adormecidos que ganham atenção, porém, depois progressivamente voltam à normalidade, como ocorre geralmente com os problemas de segurança nacional.

3) **Formulação de alternativas:** esta etapa considera que os esforços de construção e combinação de soluções para os problemas são cruciais. É na formulação de alternativas de solução que se desenvolve por meio de votos formais ou informais das consequências do problema, dos potenciais custos e benefícios das alternativas disponíveis (SECCHI, 2014).

É no estabelecimento dos objetivos que os analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos no processo resumem o que esperam que sejam os resultados da política pública. Com isso, a etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos propostos, já

que, um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas e por diversos caminhos (SECCHI, 2014).

Para que as alternativas surjam é necessário um esforço de inspiração e, em seguida, de imaginação dos contornos e detalhes práticos da proposta. Cada alternativa requer diferentes recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros, sendo assim, cada uma das alternativas terá chances diferentes de ser eficaz (SECCHI, 2014).

4) **Tomada de decisão:** momento em que os interesses dos atores são equacionados e os objetivos e métodos de enfrentamento de um problema público são explicitados (SECCHI, 2014).

Segundo Secchi (2014) existem três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos: a) os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções, isto é, com o problema já estudado e os objetivos já definidos, busca-se escolher a melhor alternativa em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão; b) os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas, ou seja, o estabelecimento e busca por soluções são eventos simultâneos e ocorrem em um processo de “comparações sucessivas limitadas”; c) os tomadores de decisões têm soluções em mãos e correm atrás de problemas, isto é, o empreendedor de política pública já tem uma proposta de solução existente, e busca inflar um problema na opinião pública para que sua proposta se transforme em política pública.

Em um primeiro entendimento, o problema nasce primeiro e depois são tomadas as decisões, o que se denomina de modelos de racionalidade. O modelo de racionalidade absoluta considera a decisão uma atividade puramente racional, em que custos e benefícios das alternativas são calculados pelos atores políticos para encontrar a melhor solução possível. Já no modelo de racionalidade limitada, a tomada de decisão é interpretada como sendo um esforço para escolher opções satisfatória, mas não necessariamente ótimas (SECCHI, 2014).

Em contrapartida, com os modelos racionalistas de tomada de decisões, surge o incrementalíssimo, modelo que comporta três características principais. Na primeira os problemas e soluções são definidos, revisados e redefinidos simultaneamente e em vários momentos da tomada de decisão. Em um segundo momento, as decisões presentes são considerações dependentes das decisões tomadas no passado e os limites impostos por instituições formais e informais são barreiras à tomada de decisões livres. Por fim, em um terceiro momento, as decisões são consideradas dependentes dos interesses dos atores envolvidos no processo de elaboração da política pública, com isso, muitas vezes a solução

escolhida não é a melhor opção, mas sim, aquela que foi politicamente lapidada, em um processo de construção de consensos e de ajuste mútuo de interesses (SECCHI, 2014).

5) **Implementação:** momento em que são produzidos os resultados concretos da política pública, isto é, as intenções pensadas e elaboradas são convertidas em ações (SECCHI, 2014).

A fase de implantação talvez seja a mais complexa e dificultosa do ciclo, já que, é neste momento que tudo o que foi programado e discutido será colocado em prática. O que gera grande preocupação, visto que, “são muito os exemplos brasileiros de ‘leis que não pegam’, ‘programas que não vingam’ ou projeto de solução a problemas públicos que acabam sendo totalmente desvirtuados no momento da implantação. ” (SECCHI, 2014, p. 56). Por isso, a importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar os obstáculos e as falhas que costumam acometer esse momento do processo, além de visualizar erros anteriores à tomada de decisão, para desta forma detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e, ainda, otimismo exagerados na área de política pública (SECCHI, 2014).

Para Secchi, (2014) o momento da implantação, além de ser analisado deve ser também gerenciado, pois é no momento da implantação que funções administrativas são postas à prova, ou seja, os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de compreender elementos motivacionais dos atores envolvidos, além de entender os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, e ainda, agir diretamente em negociações, como forma de garantir que as políticas atinjam os seus destinatários.

6) **Avaliação:** processo de julgamento sobre a validade de proposta para a ação pública, bem como sobre o seu sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática.

Assim:

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que o gerou. [...] A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (SECCHI, 2014, p. 63).

Esses critérios são mecanismos lógicos que servem para escolhas ou julgamentos, e se fundamentam em entendimentos da realidade e abastecem o avaliador para que o mesmo possa julgar se uma política pública funcionou bem ou mal. Os principais critérios utilizados para realizar avaliações são: economicidade, que se refere ao nível de utilização de recursos; produtividade, refere-se ao nível de saída de um processo produtivo; eficiência econômica,

que trata da relação entre produtividade e recursos utilizados; eficiência administrativa, que aludi o nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos; eficácia, a qual corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos; e equidade, que aborda a homogeneidade de distribuição de benefícios entre os destinatários de uma política pública (SECCHI, 2014).

Os critérios são operacionalizados através de indicadores, e, por sua elaboração ser considerada uma tarefa difícil, o Tribunal de Contas da união (TCU) elaborou um manual no qual explica as qualidades necessárias para um indicador em um sistema de avaliação. Entre as qualidades destacadas pelo TCU destaca-se a validade (retratar o fenômeno estudado), confiabilidade (fontes confiáveis), simplicidade (indicador de fácil compreensão), acessibilidade (dados de fácil acesso) e estabilidade (os dados devem ser estáveis para poder fazer comparações históricas). Por fim, os padrões ou parâmetros dão uma referência comparativa aos indicadores, tendo por principais tipos os padrões absolutos, padrões históricos e padrões normativos⁴ (SECCHI, 2014).

De acordo com Secchi (2014), busca-se com as avaliações superar os debates simplistas e maniqueístas, em que a avaliação do desempenho da política pública é vitimada pela retórica política.

7) **Extinção:** assim como o ciclo de vida dos organismos, o ciclo da política pública também tem um fim, no momento da morte ou extinção da política pública. Secchi (2014) utiliza Giuliani (2005) a qual levanta três causas que podem levar a extinção de uma política pública: a) quando o problema que originou a política é percebido como resolvido; b) quando os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; c) quando o problema perde importância e sai das agendas políticas e formais.

Existe ainda as políticas públicas com prazo de validade determinado, ou seja, são políticas criadas para resolver problemas específicos e têm sua vigência determinada em lei (SECCHI, 2014). Porém, cabe ressaltar que nem todas as políticas públicas passam por esse processo de extinção, isto é, em alguns casos esse ciclo é finalizado no processo avaliativo.

Pode-se afirmar que o ciclo de políticas públicas discutido por Secchi (2014) busca apresentar caminhos que facilite e/ou garanta a implantação das políticas. O autor mostra possíveis caminhos e a importância de cada processo no momento de implantar as políticas públicas. Com isso, gostaria de ressaltar a relevância do processo de avaliação, que ainda

⁴ Os padrões absolutos são as metas quantitativas ou qualitativas estabelecidas antes da implementação. Já os padrões históricos referem-se a uma comparação da *performance* do indicador com níveis de políticas anteriores. Por fim, os padrões normativos são metas quantitativas ou qualitativas baseadas num padrão já estabelecido (SECCHI, 2014).

representa um campo de estudo novo no cenário brasileiro, e que muitas vezes não é realizado, ou seja, a política pública é implantada, no entanto, não passa por esse processo de avaliação. Como já levantando por Trevisan e Bellen (2008) que confirmam, apoiando-se em Melo (1999) e Arretche (2003), que a área de políticas públicas no Brasil é caracterizada por uma baixa acumulação de conhecimento.

Como tentativa de realizar todos os processos de implantação da política pública e garantir que estas cheguem aos seus públicos alvos, surge no cenário brasileiro o Programa Território da cidadania (PTC), que será abordado no subcapítulo seguinte.

2.2 Proposta de desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial e o surgimento do Programa Território da Cidadania – PTC.

Até a década de 1980, os principais programas governamentais desenvolvidos pelo governo brasileiro (notadamente os governos militares), que afetaram definitivamente a Amazônia e, em especial, o Pará, foram o fruto de um padrão de desenvolvimento que considerou a Amazônia um “vazio demográfico” e que impôs planos, projetos e políticas que não levaram em conta a diversidade étnica, cultural, produtiva e ambiental local (PIRAUX et al, 2013, p. 202).

Em fevereiro de 2008 foi criado o programa Território da Cidadania (PTC), os elementos que condicionaram sua estrutura e dinâmica remetem à primeira gestão petista, a partir de 2003. Na ocasião foram lançadas as bases da nova estratégia territorial adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que muito embora deva sua (re)criação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a pasta do desenvolvimento agrário (MDA) ganhou nova visibilidade entre 2003-2010, passando a desempenhar papel bem mais relevante (KARAM, 2013).

Ainda em 2003, o MDA lança o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), da qual a execução foi delegada à recém-criada Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) (KARAM, 2013). O Programa surge a partir de uma nova perspectiva conceitual em relação ao desenvolvimento sustentável, procurando superar, no meio rural, as persistentes desigualdades econômicas e sociais (COREZOLA et al, 2010). O Pronat surge com o objetivo de apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que buscam o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural. O programa buscava, ainda, organizar e fortalecer os atores sociais, a adoção

de princípios e práticas da gestão social, e também, a promoção da implementação e integração de políticas públicas (BRASIL, 2005).

A estratégia territorial de desenvolvimento sustentável surge, principalmente, a partir da criação do Pronat, o qual, segundo Karam (2013), traz consigo uma natureza descentralizada ao oferecer acesso a recursos públicos de forma continuada e simultaneamente estabelece a repartição de competência num modelo descentralizado, o Pronaf lança as bases para mudanças que seriam aprofundadas nos anos seguintes.

O MDA, por meio do Pronat, inicia a estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais, visto que, esses são espaços socialmente construídos, que permitem a integração e articulação entre os diversos atores sociais. Com o avanço da estratégia territorial, no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, o Governo Federal resolve ampliar essa política em 2008 criando o PTC, um programa de desenvolvimento e garantia de direitos sociais voltado às regiões rurais com maior concentração de pobreza e baixo dinamismo econômico (COREZOLA et al, 2010).

A consolidação da estratégia de territorialização adotada pelo MDA teve um desdobramento decisivo com a criação do PTC, o qual foi formalizado por meio de decreto presidencial de 25 de fevereiro de 2008. O PTC é apresentado como uma iniciativa transversal envolvendo esforços de vinte e cinco órgãos⁵ e entidades federais. Com o objetivo de superar a pobreza e a desigualdade social no meio rural, tendo por estratégia de desenvolvimento sustentável “o planejamento, a integração de políticas, a ampliação da participação social, a promoção da cidadania e a integração de populações particularmente vulneráveis no meio rural” (KARAM, 2013, p.135).

De acordo com Karam (2013), do ponto de vista prático, o PTC constitui uma matriz de ações distribuídas em três eixos principais: ação produtiva, cidadania e infraestrutura. E ainda, sete áreas temáticas: organização sustentável da produção; ações fundiárias; educação e cultura; direitos e desenvolvimento social; saúde e saneamento, além de acesso a água; apoio à gestão territorial; e infraestrutura.

⁵ Casa Civil/PR; Secretaria Geral/PR; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Secretaria de Relações Institucionais/PR; Ministério de Minas e energia (MME); Ministério da saúde; Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério das Cidades (MCidades); MDA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Justiça (MJ); Ministério das Comunicações (MC); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Cultura (MinC); Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); Banco do Brasil; Banco da Amazônia; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil; e BNDES.

O Programa Territórios da Cidadania surge com a ideia de fortalecer a agricultura familiar, a partir de uma visão territorial. No entanto, alguns autores apontam que, apesar do PTC ter avançado na oferta e articulação de políticas públicas para os territórios rurais, assim como na articulação entre os governos municipais, estaduais e federal, ainda há desafios que precisam ser superados a longo e médio prazos (COREZOLA et al, 2010). Mesmo especialistas não refratários às diretrizes e princípios do programa sinalizam que há fragilidades e lacunas capazes de comprometer sua eficiência e efetividade, isto é, embora tenha méritos por direcionar seus esforços em prol do Brasil rural e buscar a articulação das ações públicas, o PTC representa uma inovação apenas parcial, visto a sua insistência em soluções compensatórias para segmentos mais destituídos, enquanto uma parcela dinâmica do país teria a aceleração do crescimento (KARAM, 2013).

Para Corezola et al (2010) as dificuldades do PTC se apresentam, ainda, nos esforços de articular e integrar políticas concebidas pelos Governos Estaduais, já que se trata de um processo inovador para todos. A abordagem territorial exige redesenho de algumas políticas, alocação de recursos específicos para os territórios e um grau de controle e acompanhamento da execução. É preciso, portanto, criar instrumentos para este acompanhamento internamente nos governos, para que desta forma estes possam tornar públicos seus resultados.

Já um aspecto positivo destacado por Karam (2013) sobre o PTC diz respeito a sua preocupação com a articulação federativa, para a qual foram criados Comitês de Articulação Estadual incentivando a mobilização social, o que refletiu na participação de mais de 9 mil entidades nos colegiados territoriais locais.

De acordo com Corezola et al (2010), esses colegiados territoriais (Codeter) constituem a instância política de deliberação do processo de desenvolvimento sustentável do território, isto é, os colegiados formam um espaço de participação social, de representação, articulação e concentração política. Tendo por papel principal no PTC:

Dar ampla divulgação sobre as ações do Programa, identificar demandas para o órgão gestor, priorizar o atendimento, [...] promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações, sistematizar as contribuições para o Plano de Execução das ações federais e exercer o controle social do Programa (COREZOLA et al, 2009, p 90).

Os colegiados foram, inicialmente, constituídos por representantes da sociedade civil, em especial de agricultores familiares. Os quais eram orientados para mobilizar pescadores, artesanais, povos indígenas, comunidades tradicionais, jovens, mulheres e as Prefeituras Municipais, porém, a participação desses diversos atores era escassa. Com a

criação do PTC, os colegiados tiveram de ser ampliados para atender os critérios do programa, já que com a criação do Programa Territórios da Cidadania surgiram diversos programas e ações propostas pelo Governo Federal. Com esta ampliação, incluiu-se nos colegiados territoriais a representação de Governos Estaduais, do Governo Federal, dos Conselhos Setoriais e das universidades e escolas técnicas públicas (COREZOLA et al, 2009).

O principal objetivo dos Codeters como dispositivo de governança, “é dar aos atores locais a possibilidade de construir projetos coletivos no âmbito do território, e facilitar a coordenação das ações públicas e sua inserção num plano global de desenvolvimento” (PIRAUX et al, 2013, p. 202). Ou seja, o colegiado é responsável por implantar a matriz de políticas públicas.

No entanto, o colegiado de desenvolvimento territorial do Nordeste Paraense passou por um período de três anos de desmobilização e desarticulação, assim como os demais colegiados integrantes da política do PTC, em 2010, com o não repasse de recursos pactuados, em 2011 com o não lançamento da matriz e em 2012 o PTC já se encontrava sem recursos (PIRAUX et al., 2013). E, isso acarretou a desmobilização dos Colegiados de Desenvolvimento Territoriais. No Pará, os diferentes Codeters praticamente paralisaram as suas ações em 2012 e, com isso, houve um período de paralisação da política pública voltada aos territórios.

Foi neste contexto de desmobilização que surgiu, em 2013, a iniciativa dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nedets no Brasil. Entre os Nedets que passaram a atuar no acompanhamento, assessoramento e monitoramento das políticas públicas voltadas aos territórios da cidadania no estado do Pará, destacamos o “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará (Nedeter)⁶, vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Seu principal objetivo foi o de produzir informação, assessorar, acompanhar e monitorar os colegiados de desenvolvimento territorial do Nordeste 1, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sul do Pará/Alto Xingu. Ou seja, procurava-se pensar, elaborar e realizar ações de extensão voltadas para a rearticulação dos Codeters nos territórios da cidadania.

Apesar da desmobilização e das adversidades internas aos colegiados, a partir de 2013 foi retomado o processo de mobilização e de rearticulação dos atores sociais que constituíam o colegiado do Nordeste Paraense, e até o final do segundo semestre de 2015, o

⁶ Núcleo que integrei, como bolsista, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão buscando acompanhar, assessorar e mobilizar o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense entre 2014 a 2016.

colegiado vinha funcionando bem. Porém, com o novo cenário político brasileiro essa realidade se inverte novamente.

2.3 Desenvolvimento territorial como nova estratégia de desenvolver o meio rural brasileiro.

É com a implantação do PTC que a partir de 2003 ganha destaque no cenário brasileiro um processo para a implantação de um suposto novo enfoque de política pública de desenvolvimento para o meio rural, denominado de desenvolvimento territorial rural. Onde o governo brasileiro se diz romper com as estratégias de desenvolvimento das últimas décadas que foram insuficientes para proporcionar melhorias na qualidade de vida e nas oportunidades de desenvolvimento das populações do meio rural. Com isso, passa-se a adotar políticas de desenvolvimento focadas no território, buscando romper com o cenário anterior de descaso com a população que habita o meio rural (SOUZA, 2014). O governo brasileiro visava, com esse novo recorte territorial, promover o protagonismo dos atores sociais para a construção e a governança do desenvolvimento de seus territórios, buscando potencializar os resultados e os impactos das políticas públicas (DELGADO; LEITE, 2015).

Souza (2014) afirma que essa nova estratégia adotada buscava valorizar o papel do território como integrador de múltiplas dimensões e atividades, além de atribuir destaque na participação social por meio da descentralização administrativa. O autor utiliza Favareto (2007) para destacar que a adoção da abordagem territorial se constituiu no desdobramento de propostas de desenvolvimento rural discutidas ainda nos anos noventa, buscando superar o enfoque puramente setorial presente nos programas de desenvolvimento rural.

Com isso a Secretaria de Desenvolvimento Territorial definiu como sua missão em busca de um novo modelo de desenvolvimento no meio rural:

Apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas (BRASIL, 2005, p.02)

Essa política territorial rural, voltada para a agricultura familiar, representa uma inovação institucional importante no sentido de incorporar as demandas dos diferentes povos e populações tradicionais existentes no meio rural. Isto é, busca-se através da abordagem territorial consolidar a democracia, construir uma nova cultura política no meio rural,

aumentando a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais (DELGADO; LEITE, 2015).

Em 2010 a política de desenvolvimento territorial ganha um grande impulso, no momento em que a Condraf aprova a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) que buscava apresentar à sociedade brasileira um conjunto de diretrizes de um novo projeto de desenvolvimento rural para o Brasil, o qual estava amparado no princípio inclusivo, ou seja, “de um rural com gente”. Por isso, a política de desenvolvimento rural aprovada pelo Condraf escreve um novo marco sobre o significado do rural (DELGADO; LEITE, 2015).

A partir de 2013, houve um novo impulso com a tentativa de retomada dos programas, em especial no contexto da SDT. No caso do PTC isso se refletira numa matriz de ações mais enxuta, na recomposição dos CAEs, na substituição das Células Territoriais pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), que abrangerão também os demais Territórios Rurais (DELGADO; LEITE, 2015).

Para Delgado e Leite (2015), a política de desenvolvimento territorial no meio rural representou um avanço considerável, ou seja, uma inovação institucional, visto que, implementou um formato mais adequado à ampliação da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, ou seja, os atores envolvidos nas políticas passam a participar ativamente dos processos de desenvolvimento da política pública.

Porém, Souza (2014) se utiliza de Gómez (2006), o qual afirma encontrar nos documentos da SDT/MDA um reiterado exercício de “amnésia” sobre os efeitos negativos provocados historicamente por essas políticas de desenvolvimento que sempre enfatizaram o mercado e criam um círculo vicioso até hoje não resolvido. Isso porque a criação dessas políticas de desenvolvimento territorial de base mercantil destinadas a resolver os problemas da pobreza rural visa aumentar a concorrência, ampliando, conseqüentemente, as desigualdades e ocasionando mais pobreza no país. Por isso, o autor afirma que essas abordagens permanecem vinculadas ao fortalecimento da reprodução do capital.

Para Souza (2014 *apud* ALENCAR; MENEZES, 2009), é importante ressaltar que esta proposta de desenvolvimento territorial traz consigo um forte processo de transferência de responsabilidade do Estado para a agricultura familiar. Em outras palavras, atribui aos agricultores a responsabilidade de contribuição econômica e de integração aos mercados dinâmicos, afirmando haver um imenso espaço para crescer e se desenvolver.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial surgem a partir do PTC e ao longo dos anos, desde sua criação em 2003, vinha constantemente recebendo impulsos do

Governo Federal com a criação de novos programas voltados para o meio rural. No entanto, com o golpe político de 2016, a estrutura das políticas públicas foi desmontada, desarticulando os Nedets, e conseqüentemente, os Colegiados de Desenvolvimento Territoriais, nos restando apenas uma indagação: as políticas públicas de desenvolvimento territorial foram extintas no Brasil?

2.4 O desmonte do desenvolvimento territorial frente a nova configuração política do Brasil.

A política de desenvolvimento territorial foi implantada inicialmente como modelo de gestão de políticas públicas, um “modo de fazer políticas públicas”, que dependia de uma rede articulada de ministérios responsável, entre outras coisas, pela ampliação orçamentária dessa política. No campo específico do Programa Territórios da Cidadania (PTC), esse modelo de gestão pressupunha, entre outras coisas, a ação de grupos sociais, entidades representativas, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e movimentos sociais organizados a partir de uma base territorial compartilhada e com poder para discutir, priorizar e definir políticas públicas para as demandas de seus territórios, organizados na forma de colegiados de desenvolvimento territorial (Codeter) (SILVA, 2017, p. 01).

As políticas públicas de desenvolvimento territorial surgiram com a estratégia de consolidar um desenvolvimento sustentável no campo. Porém, a rede articulada de ministérios foi “desmontada” após a deflagração do golpe político de 2016 e da conseqüente extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cenário que lança novamente os colegiados em um contexto de incertezas a respeito da permanência ou não das políticas públicas de desenvolvimento territorial e de seu formato (SILVA, 2017).

É perceptível que em 2016 há uma eliminação da abordagem territorial. Como já levantado por Justo (2017), o qual afirma que durante os governos de Lula houve a consolidação da agricultura familiar com as políticas de desenvolvimento territorial rural. No entanto, com o impeachment de Dilma temos o fim da referência de desenvolvimento territorial rural e a progressiva redução das políticas públicas e seus recursos voltados para a agricultura familiar. Visto que, o Governo do vice-presidente decretou a extinção do MDA e criou uma Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural, abolindo do vocabulário o termo territorial do desenvolvimento rural com a extinção da secretaria específica para tal fim, com o Decreto Federal No. 8.889, de outubro de 2016.

Justo (2017) afirma que todos os documentos da SDT se voltam para o fortalecimento dos agricultores familiares. Como foi apresentado no documento “Marco

Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”, onde a abordagem territorial promove as condições para os agentes locais se mobilizarem em torno de uma visão de futuro, além de elaborarem diagnósticos, buscando sua forma de desenvolvimento rural sustentável. Isto é, o território envolve múltiplas dimensões, como a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental, entre outras, ou seja, o documento visava uma política inovadora e avançada para realizar o desafio ético de livrar da pobreza cerca de um quarto da população.

De acordo com Silva (2017), foi possível observar que o PTC trouxe consigo no ano de 2013 mudanças consideráveis. A primeira, diz respeito ao estímulo à criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), em parceria com Instituições Federais de Ensino (IEs), como estratégia para o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das entidades representativas dos colegiados dos territórios da cidadania. Já a segunda, refere-se a continuidade da política de criação de novos territórios, como os territórios rurais do Nordeste I e do Salgado no Estado do Pará. Porém, após mais de três anos desde o retorno do PTC, em conjunto com a presença das Universidades e Institutos Federais, através dos Nedets, instala-se no cenário brasileiro, a partir de 2016, um processo mais amplo de desmonte da política de desenvolvimento territorial, sobretudo no que diz respeito à rede de instituições e à estrutura administrativa que forneciam a base dessa política. Justo (2017) acrescenta ainda que:

O golpe parlamentar iniciado em 17 de abril de 2016 começou o desmonte das políticas de desenvolvimento territorial rural. Logo quando o vice-presidente assumiu interinamente a cadeira no Palácio do Planalto, com a medida provisória Nº. 726, de 12 de maio de 2016, extinguiu o MDA e outros três ministérios, transformou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e criou o cargo de Secretário Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (JUSTO, 2017, p. 13).

Para Justo (2017) o que completa a retirada da visão de desenvolvimento territorial é a aplicação do Decreto Nº. 8.889, 2016, que retirou o termo “Territorial” da subsecretaria de desenvolvimento rural, além de outras normas. Marcando, desta forma, uma posição menos voltada ao fortalecimento das comunidades territoriais. Com o impeachment, “membros da burguesia agrária romperam com o governo Dilma e, após a sua derrubada, passaram a ser contra os créditos para a agricultura familiar e a ameaçar as terras indígenas e quilombolas e de unidades de conservação” (JUSTO, 2017, p 14).

Para Silva (2017), se a partir de 2003 iniciamos um processo profundo de mudanças no campo, combatendo a pobreza rural o golpe político deflagrado no ano de 2016 e o que se seguiu a ele passou a significar alguns impactos na organização política da agricultura familiar e camponesa e à sua valorização. Um desses impactos foi o desmonte da política de desenvolvimento territorial por meio da extinção de partes da rede interministerial que davam suporte às políticas que traz, como efeito imediato, o fato de que desde o final de 2016 não houve mais a pactuação de agendas para os territórios da cidadania, além da não retomada da abordagem territorial de que esse programa implicava. O que se viu após o golpe foi apenas a publicação de editais pontuais para as demandas do campo, sem periodicidade, fragmentados e desarticulados de um modelo de gestão de políticas públicas.

Observa-se uma oscilação no desenvolvimento territorial rural fazendo com que o mesmo não possa ser consolidado. Por isso, Justo (2017) aponta a esperança de que com as devidas correções, as políticas de desenvolvimento territorial rural ainda podem ser retomadas, pois possuem potencial para isto.

Porém, o que o cenário atual nós apresenta é um “desmonte” das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural e a incerteza da retomada deste modelo de desenvolvimento sustentável. E ainda, a inquietação diante dos desafios encontrados nos campos brasileiros.

CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, AVALIAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Objetiva-se, neste capítulo, apresentar a teoria da produção social do espaço estabelecido por Lefebvre (2006) e sustentado por Harvey (2013), visto que, trata-se de um conceito que compreende de forma mais ampla como a sociedade produz espaço. Por isso, buscamos apresentar o papel do Estado como agente que produz espaço através das políticas públicas e, ao final, desenvolver uma avaliação do Proinf no colegiado do Nordeste Paraense, dando ênfase ao caso de Santa Luzia Pará. Essa ideia torna-se essencial por fazermos uma leitura da sociedade a partir da maneira como ela produz espaço.

3.1 A produção social do espaço e o papel do Estado.

O conceito de “produção”, de acordo com Lefebvre (2006) possui duas acepções, uma muito ampla, a outra restrita e precisa. Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo, isto é, nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. Já na acepção mais restrita nem Marx, nem Engels deixaram o conceito da *produção* indeterminado. Eles o circunscreveram, ou seja, neste sentido o conceito se refere apenas a coisas: *produtos*.

Lefebvre (2006) utiliza os conceitos filosófico de “produção” abordado por Hegel e Marx, recorrendo aos economistas e à economia política, o autor destacou uma racionalidade imanente ao conceito e ao seu conteúdo: a atividade. Ou seja, a produção no sentido marxista ultrapassa a oposição filosófica do “sujeito” e do “objeto” e as relações construídas pelos filósofos a partir desta separação. A produção consiste, portanto, naquilo em que ela dispõe, em vista de certo “objetivo”. E assim, ela compõe temporal e espacialmente uma ordem de operações que se encadeiam e cujos resultados coexistem.

Com isso, Lefebvre (2006) afirma que o conceito de produção permanece o universal concreto emitido por Marx a partir de Hegel, sendo obscurecido e diluído em seguida.

Já a respeito do espaço social, Lefebvre (2006) anuncia que este espaço não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos, já que ele engloba as coisas produzidas e compreende suas relações em sua coexistência e sua ordem e/ou desordem. Resultando em uma sequência e um conjunto de operações, não podendo se reduzir a um simples objeto. O espaço social é, ainda, efeito de ações passadas, que permite ações, sugere

ou as proíbe. Entre essas ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, usufruem os frutos da produção. Por isso, o espaço social implica múltiplos conhecimentos.

Para Lefebvre (2006) nem a natureza, sequer a história anterior, bastam para explicar um espaço social, muito menos à “cultura”. Além do que, o crescimento das forças produtivas não conduz à constituição de um espaço, já que, um espaço contém objetos diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Por isso, o espaço não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem a sua soma. Uma vez que esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. O autor já citado acrescenta que:

O espaço não é jamais produzido como um quilograma de açúcar ou um metro de tecido. Ele não é mais a soma de lugares e praças desses produtos: o açúcar, o trigo, o tecido, o ferro. Não. Ele se produziria como uma *superestrutura*? Não. Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa [...] o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. *Produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados (LEFEBVRE, 2006, p. 75).

Segundo Lefebvre (2006), o conceito de espaço social se desenvolve e, portanto, amplia-se. Instaura-se no seio do conceito de produção e se torna o conteúdo, talvez essencial. Engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção consumo” aplicada as coisas, mas a modifica ampliando-a. Por isso, não há apenas um espaço social, mas vários espaços sociais, isto é, uma multiplicidade indefinida. O espaço não desaparece ao longo do crescimento e do desenvolvimento, pois, o mundial não revoga o local, uma vez que, não se trata de uma consequência da lei do desenvolvimento desigual, mas de uma lei própria, sendo a implicação dos espaços sociais uma lei.

Os espaços sociais, para Lefebvre (2006), compenetraram-se ou se superpõem, ou seja, não são coisas, limitadas umas pelas outras, chocando-se por seu contorno ou pelo resultado de inércias. De acordo com o autor, os lugares não se justapõem somente no espaço social, em contraste com aqueles do espaço-natureza. Eles se interpõem, se compõem, e se superpõem e às vezes se chocam. O que faz com que o local não desapareça, absorvido pelo regional, pelo nacional e pelo próprio mundial. Múltiplos fluxos atravessam esses espaços e por isso o espaço social começa a aparecer em sua vasta complexidade.

O conhecimento do espaço oscila entre a descrição e a fragmentação. Por um lado, descrevem-se coisas no espaço, ou porções de espaço, por outro, recorta-se espaços parciais

no espaço social. Isto é, todo espaço social resulta de um processo com múltiplos aspectos e movimentos significantes e não-significantes, percebidos e vividos, práticos e teóricos (LEFEBVRE, 2006).

Ao abordar o Estado como produtor de espaço social, Lefebvre (2006), afirma que o Estado nasce da violência, uma vez que, o poder estatista não persiste a não ser pela violência exercida sobre um espaço. Violência que flui da natureza, tanto pelos recursos colocados em jogo quanto pelo que está em jogo, quer dizer, os territórios e suas riquezas.

Contudo, de acordo com Lefebvre (2006), a violência exercida pelo Estado não pode se isolar, pois, ela não se separa nem da acumulação do capital nem do princípio racional e político de unificação. Desse modo, cada Estado pretende produzir o espaço de uma realização, às vezes de um desabrochar, aquele de uma sociedade unificada, no entanto, homogênea. Porém, na prática, as políticas do Estado consolidam uma relação de forças entre as classes e entre os espaços que elas ocupam.

Lefebvre (2006) evidencia que cada nova forma de Estado e de poder político traz seu recorte do espaço e sua classificação administrativa dos discursos sobre o espaço, sobre coisas e agentes no espaço, isto é, o Estado nada mais é que um agente produtor do espaço.

Com o objetivo de sustentar a teoria da produção social do espaço, base que estrutura nossa pesquisa, trazemos Harvey (2013) como fonte adicional e complementar ao trabalho de Lefebvre.

David Harvey (2006) aborda uma divisão tripartite no modo como o espaço pode ser entendido, isto é, divide o espaço em três dimensões: o absoluto, o relativo e o relacional. O primeiro, o absoluto, torna-se uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria, possui uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. Já o segundo, o relativo, é compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Por fim, o relacional, é considerado estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos.

O espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui (HARVEY, 2013). Quer dizer, o espaço absoluto pode ser metrificado, desde que a distância seja absoluta e não mude.

O espaço passa a ser relativo em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo

relativizado e por quem (HARVEY, 2013). Ou seja, neste caso, dependendo do processo, a distância absoluta pode ser relativizada.

Por fim, sobre o espaço relacional, David Harvey (2013) afirma que os processos não ocorrem no espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Visto que, o espaço relacional contém relações com outros espaços, um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido apenas pelo que existe naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele. O autor esclarecer que,

Todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro, concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto (HARVEY, 2013, p. 12-13).

É possível observar o fato descrito pelo autor ao participarmos de reuniões para desmonte da política pública no Codeter do Nordeste Paraense. Visto que, os atores sociais que chegam ao colegiado para discutir políticas públicas que podem beneficiar os seus municípios trazem consigo dados e experiências acumuladas tanto no âmbito do colegiado como fora. Por isso, de acordo com o autor, as medições se tornam mais e mais problemáticas quando nos movemos em direção a um mundo de espaço-tempo relacional.

O autor explica em seu trabalho como o espaço absoluto, relativo e relacional podem estar presentes em um mesmo espaço-tempo, e cita como exemplo uma conferência realizada em uma determinada sala. De acordo com Harvey (2006), o alcance de suas palavras é limitado pelo espaço absoluto da sala, e pelo tempo absoluto da conferência. No entanto, o autor se encontra em um espaço relativo em relação ao seu público, onde suas palavras são recebidas de maneira diferenciada no espaço-tempo relativo. Isto é, as pessoas presentes na audiência trazem ao espaço e tempo absolutos da conferência todo tipo de ideias e experiências adquiridas a partir do espaço-tempo de suas próprias trajetórias de vida. O autor sabe onde todos se encontram no espaço e tempo absolutos, mas não faz a menor ideia de “onde se encontra a cabeça das pessoas”.

Por isso, podemos afirmar que ao se discutir políticas públicas de desenvolvimento territorial no colegiado do Nordeste Paraense se faz presente o espaço absoluto, relativo e relacional. Já que, a decisão de utilizar uma ou outra concepção depende da natureza dos fenômenos considerados. A concepção absoluta, por exemplo, pode ser perfeitamente

adequada para as questões de delimitação da propriedade e determinação de fronteiras (HARVEY, 2013). Ou seja, é no espaço absoluto que podemos determinar a área onde pretendemos pesquisar, é através destes espaços que somos capazes de determinar que nossa pesquisa ocorrerá no Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

O espaço absoluto, relativo e relacional podem estar presentes em um mesmo espaço-tempo. Diante disto, podemos afirmar que o Nordeste Paraense é um espaço absoluto, já que seu espaço físico-territorial pode ser metrificado, mas ao mesmo tempo é relativo e relacional no espaço-tempo.

Desse modo, buscamos alcançar as especificidades da produção social do espaço a partir da compreensão do papel do Estado como um agente produtor do espaço a partir das políticas públicas. Como muito bem observou Freitas et al (2013), quando afirma que um dos principais papéis do Estado é mediar conflitos de interesses entre agentes-atores ⁷ que expressam seu poder no território. Esse papel é exercido induzindo ações e agindo por meio de políticas públicas que tenham propostas voltadas para intervir sobre determinadas questões que constituem problemas da sociedade.

Porém, com a imposição do neoliberalismo que assolou a última década do século XX e início do XXI, despertou a observação de alguns pesquisadores na procura de argumentos para explicar seus efeitos. Segundo Steinberger (2013) Eric Hobsbawn, Jürgen Habermas, Boaventura de Sousa Santos, David Harvey e István Mészáros são pensadores que se debruçaram na discussão de uma categoria que estava sendo varrida do mapa neoliberal em diagnósticos precipitados: o Estado.

Os clássicos citados por Steinberger (2013) partem da ideia de que é poder do Estado regular ou arbitrar conflitos entre o público e o privado, e entre o individual e o coletivo, visando o interesse comum o que nos permite observar que, há muito tempo, já era claro a relação do Estado com as noções de público e coletivo, hoje consideradas como objeto das políticas públicas.

Para Steinberger (2013), muitos pesquisadores discutiram a respeito da relação entre Estado e políticas públicas, e também Estado e território. Entretanto, além dessas duas relações cujo o elo é o Estado, há uma terceira, que tem sido pouco estudada: a relação entre políticas públicas e território.

⁷ O termo agente refere-se a quem exerce uma atividade e tem o domínio da ação, isto é, aquele que ocupa e usa o território. Já o termo ator refere-se a quem representa os interesses do agente e é o veículo da ação, ou seja, aquele que empresta a sua corporeidade ao agente.

Steinberger (2013) utiliza Celina Souza (2006) para afirmar que as políticas públicas estão ligadas fortemente ao Estado e como esse determina o uso dos recursos para beneficiar seus cidadãos. A autora destaca que o ressurgimento das políticas públicas nas últimas décadas ocorreu pela ausência de coalizões políticas que equacionem políticas impulsionadoras do desenvolvimento econômico e da inclusão social, função primária do Estado Nacional, que se vem tentando se esvaziar a partir da globalização neoliberal imposta.

Por isso, como geógrafa, nossa leitura vem a partir da teoria da produção social do espaço, onde o Estado se insere como agente que produz este espaço, embora não seja o único. Por esse motivo, utilizamos aqui as políticas públicas como ferramenta para enfatizar a produção do espaço pelo Estado. Diante disso, defendemos exaustivamente a importância do ciclo das políticas públicas, tornando-se indispensável a avaliação dessas políticas, proposta neste trabalho. Uma vez que, partimos da leitura que o Estado produz espaço a partir das políticas públicas.

3.2 Avaliação de políticas públicas.

As pesquisas de avaliação têm se expandido e se valorizado nas sociedades contemporâneas. Seja em instituições públicas ou privadas, os processos avaliativos vêm-se colocando, cada vez mais, exigências à cerca da eficiência, eficácia e efetividade da avaliação (GIOVANNI, 2015).

Avaliar é emitir um parecer a partir de informações prévias e processuais de determinado objeto de análise, referendando-se na perspectiva cultural do avaliador (CHIARI, 2012). Portanto, seguindo as definições da autora, buscamos nesta pesquisa realizar uma análise a partir de informações prévias e processuais da política pública que vamos avaliar, utilizando-se da perspectiva cultural para discutir a territorialização das políticas públicas.

Ala-Harja e Helçason (2000) definem avaliação em termos simples, afirmando que a termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos. Sendo assim, a avaliação é uma ferramenta que vem oferecer informações quanto aos resultados obtidos por organizações e programas. Os autores se utilizam de House (1980), para afirmar que “a avaliação não convence, persuade; não demonstra, argumenta; é razoável, não absoluta; é aceita por muitos, sem ser imposta a ninguém” (ALA-HARJA; HELÇASON, 2000, P. 07).

Trevisan e Bellen (2008) complementam esta ideia, ao afirmar que avaliar significa atribuir um valor. Ou seja, o propósito da avaliação é determinar o alcance dos objetivos, a

eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento, quer dizer, a avaliação deve gerar informações que sejam úteis no processo de tomada de decisões.

No entanto, Trevisan e Bellen (2008) utilizam Mokate (2002), o qual afirma que se deve ter cautela nas diversas definições de avaliação, pois algumas falham em resgatar o conceito de “valor” ou de “mérito” na avaliação da política. Ala-Harja e Helçason (2000) também advertem afirmando que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, já que o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias. Este fato se explica justamente pela variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas.

Apesar de o campo da avaliação de políticas públicas apresentar múltiplos conceitos Ala-Harja e Helçason (2000) afirmam que o objetivo da avaliação não é buscar a verdade absoluta, mas oferecer entendimento e uma visão justificada dos programas de implantação de políticas. Por isso, a avaliação não substitui o processo de tomada de decisões políticas, mas permite que as decisões sejam tomadas de maneira mais consciente.

De acordo com Giovani (2015), há três tipos de avaliações que podem ser desenvolvidas em uma pesquisa: as avaliações *ex post*, as avaliações *in itinere*, e as avaliações *ex ante*. Cada uma contém um significado distinto sobre a pesquisa de avaliação. A primeira é realizada,

Após a conclusão da intervenção e têm o seu foco, quase sempre, nos produtos colocados à disposição dos destinatários e/ou nos comportamentos que a sucedem. São também examinados o grau de adequação entre os produtos e os resultados e as expectativas estabelecidas no planejamento das ações, em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade, bem como das relações custo/benefício resultantes (GIOVANNI, 2015 p. 103).

Já as avaliações *in itinere* se referem, de acordo com Giovani (2015), ao percurso da política ou do programa durante sua implantação. São as avaliações de controle, uma vez que, monitoram o curso das ações, identificando possíveis fatores que impulsionam ou impedem o atingimento dos objetivos e metas. E, por fim, o terceiro tipo de avaliação, *ex ante*, são aquelas empreendidas sobre fase de tomada de decisões, sobre a qualidade, a viabilidade e as consequências das escolhas, é uma avaliação que se baseia em hipóteses e expectativas.

Com isso, o tipo de avaliação que se pretende desenvolver nesta pesquisa é a avaliação denominada por Giovani (2015) de *ex post*, já que a pesquisa de avaliação será desenvolvida após a sua conclusão. Com o objetivo de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade do objeto a ser avaliado. Nesta direção, Juliana Chiari (2012) acrescenta a avaliação *ex post facto*, presentes em duas modalidades, a avaliação de metas e a avaliação de

impactos. Portanto, pretende-se desenvolver ao decorrer desta pesquisa uma avaliação *ex post facto*, com vista nas dimensões de metas e impactos, sendo que, a avaliação de impactos será desenvolvida à medida que se considerar na pesquisa o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense, com o objetivo de compreender os impactos presentes no colegiado.

Giovanni (2015) apresenta, ainda, três modelos de avaliações: a avaliação administrativa; avaliação jurídica; e avaliação política. O primeiro, a avaliação administrativa, é aquela realizada rotineiramente, como parte constitutiva do ciclo, ou seja, são as avaliações que procuram verificar e julgar a adequação das ideias e assertivas ao da política. No segundo, na avaliação jurídica, não se trata de uma avaliação que considere orçamentos, prioridades, ou resultados materiais, mas se trata de uma avaliação que verifique os aspectos legais e constitucionais dos programas. Por fim, o terceiro, a avaliação política, é realizada no campo da competição política e pode ser, na maioria das vezes, facciosa e parcial. Este modelo de avaliação trata sempre de situações polares, como, por exemplo, o sucesso e fracasso, erro e acerto das políticas públicas.

Por tanto, o modelo de avaliação que se pretende desenvolver ao longo deste trabalho é o modelo de avaliação política, pois nesta pesquisa, busca-se entender o sucesso ou fracasso das políticas públicas de desenvolvimento territoriais destinadas ao espaço agrário de Santa Luzia do Pará.

É possível perceber nas pesquisas de avaliação de política pública, três períodos históricos que definem a função dessas avaliações. O primeiro, refere-se à década de 1960, onde a função da avaliação é voltada para a correção de subsídios, ou seja, após a avaliação se a política não estivesse funcionando cortava-se subsídios. O segundo, estende-se sob a década de 1980, em que a avaliação privilegia a função de (re)alocação, preocupando-se com a eficiência na alocação de recursos. E, por fim, o terceiro, diz respeito à década de 1990 que é marcada pelo questionamento do papel do Estado, a avaliação assume, neste contexto, a função de legitimação (CHIARI, 2012)

Ideia já abordada por Trevisan e Bellen (2008), os quais afirmam que as três funções básicas atribuídas à avaliação é: a informação, a realocação e a legitimação. Isto é, dos anos de 1960 a 1990 a ênfase sobre a avaliação de políticas públicas preponderou sobre a função de informação. Já a função de (re)alocação predominou nos anos de 1980, onde se buscava promover uma alocação de recursos no processo orçamentário. Por fim, na década de 1990 preponderou na avaliação de políticas a função de legitimação.

Trevisan e Bellen (2008), ao realizarem uma análise sobre o campo da avaliação de política pública, apresentam uma periodização da política global até sua inserção no cenário nacional. De acordo com os autores, as pesquisas em políticas públicas começam a se estabelecer nos Estados Unidos no início dos anos 1950, enquanto que na Europa, em especial na Alemanha, a preocupação com os campos das políticas toma força somente a partir do início dos anos 1970. Já no Brasil, os estudos sobre políticas públicas são bem mais recentes.

A política pública experimentou um *boom* na década de 1980, segundo Trevisan e Bellen (2008), isso ocorreu por três motivos principais. O primeiro foi pelo deslocamento na agenda pública durante os anos 1970. Um exemplo disto foi a implantação de grandes programas de desenvolvimento para a Amazônia nos anos 70. Isto é, ao invés das políticas serem direcionadas para os problemas públicos a agenda pública passa para a questão do desenvolvimento acarretando, conseqüentemente, vários estudos sobre projetos de desenvolvimento para a Amazônia.

O segundo, dar-se após o fim do período autoritário e o momento da transição democrática que foi acompanhada de movimentos sociais no campo e na cidade (TREVISAN E BELLEN, 2008). Isto é, foi um período de reforma agrária e reforma urbana, o que acarreta novamente vários estudos sobre políticas públicas. Agora não mais com um caráter voltado para os antigos projetos de desenvolvimento, e sim para as demandas sociais da cidade e do campo.

Por fim, o terceiro motivo do boom na análise de políticas públicas ocorreu pela difusão internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelhamento de Estado que passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos de 1980 e 1990 (TREVISAN E BELLEN, 2008). Ou seja, neste momento se começa a pensar a redução do tamanho dos Estados, em políticas de privatização, em financiamentos para o campo, ou seja, reformas do Estado.

Os autores retomam essa trajetória para mostrar que esses três grandes momentos dos estudos de políticas públicas experimentaram um *boom*, onde houve um aumento significativo nas análises de políticas públicas nesses três períodos distintos. Porém, Trevisan e Bellen (2008) chamam atenção para a baixa capacidade de acumulação de conhecimento na área de avaliação de políticas públicas, além dos métodos de investigação que veem recebendo escassa atenção no debate dessa área de pesquisa.

Com isso, Sônia Draibe (2001), apresenta o escopo de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. No qual afirma que os estudos, pesquisas e atividades de avaliação de políticas se apoiam em um conjunto de decisões tomadas pelo avaliador no início e ao longo

do seu trabalho. Por isso, a autora apresenta uma estratégia de avaliação, onde o avaliador deve esclarecer as decisões acerca dos objetivos, natureza e tipo de pesquisa que realizará. Assim sendo, apresentamos no Box 02 uma sistematização das decisões metodológicas tomadas ao longo de nossa pesquisa.

BOX 02 - ESBOÇO METODOLÓGICO		
	Geral	Específico
OBJETIVO DA AVALIAÇÃO	Realizar uma avaliação dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento territoriais destinadas à Santa Luzia do Pará.	- Avaliar se o Proinf está obtendo eficácia, eficiência e efetividade no espaço agrário de Santa Luzia do Pará – PA; - Identificar e analisar se o Proinf está auxiliando ou incentivando a produção dos agricultores familiares do município.
TIPO DA AVALIAÇÃO	Avaliação <i>ex post</i> (após a realização da política).	- Verificar os graus de eficiência e eficácia com que a política está atendendo a seus objetivos; - Avaliar a efetividade da política, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos.
NATUREZA DA AVALIAÇÃO	Avaliação de resultados	- Procura-se saber o quanto e com que qualidade os objetivos das políticas foram cumpridos.
	Avaliação de processos	- Busca-se detectar os fatores que, ao longo da implantação, facilitam ou impedem que uma dada política atinja seus resultados da melhor maneira possível.

FONTE: Adaptado de DRAIBE (2001).

Após o esboço metodológico, fez-se essencial as definições de Draibe (2001), a respeito das avaliações de eficácia, eficiência e efetividade das políticas. Apesar destes conceitos estarem longe de obter um entendimento consensual a autora propõe algumas definições.

Para Draibe (2001), a eficácia de um programa diz respeito à relação entre características e “qualidades” dos processos e sistemas de sua implementação de um lado, e os resultados a que chega, de outro. Desta forma, uma política pública será eficaz quando atingir seus resultados em menor tempo, menor custo e com mais alta qualidade. A avaliação de eficácia é uma avaliação de processos, isto é, torna-se essencial avaliar e compreender os processos de implantação da política pública.

Já a eficiência diz respeito às qualidades de um programa, examinados sob os parâmetros técnicos, de tempo e de custo. Nesta acepção, as medidas de custo/benefício

seriam os melhores indicadores de eficiência de um dado programa. Sendo adicionado o parâmetro tempo, ou seja, maior produção, menores custos e menor tempo, obtém-se uma maior produtividade e, conseqüentemente, maior eficiência (DRAIBE, 2001).

Por fim, o conceito de efetividade se refere por um lado à relação entre objetivos e metas, e por outro aos impactos e efeitos. Isto é, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, em outras palavras, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. A efetividade mede a quantidade e/ou os níveis de qualidade com que o programa atinge os impactos esperados e promove os efeitos, previsíveis ou não (DRAIBE, 2001).

Segundo Draibe (2001), as medidas de eficácia, eficiência e efetividade tratam de relacionar, cada uma a seu modo, as avaliações de processos e as de resultados. Por isso, como tentativa de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas destinadas ao Território da Cidadania do Nordeste Paraense adaptamos, onde se fez necessário, o quadro é apresentado pela autora como um possível modelo para desenvolver uma avaliação de processos e resultados (quadro 02). Ele foi adaptado para realizar as entrevistas semi-estruturadas com o Secretário do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter do Nordeste Paraense e com o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santa Luzia do Pará (quadros 03 e 04).

QUADRO 02 - METODOLOGIA AVALIATIVA PROPOSTA POR SÔNIA DRAIBE			
Dimensões dos programas	Indicadores		
Dimensões	Indicadores de Desempenho		
Tipo	Exemplos de Indicadores		
Metas	Físicas	Metas realizadas x metas previstas <ul style="list-style-type: none"> • Produção: proporções do cumprimento das metas; regularidade da prestação dos serviços • Público-alvo: cobertura; focalização 	
Metas	Financeiras	Metas realizadas x metas previstas	
Indicadores de Eficiência			
Recursos /prazos	Custo	Relação custo/benefício ou custo/efetividade	
Indicadores de Eficácia			
Subprocessos ou sistemas da implementação	Sistema gerencial e decisório		Competência dos gerentes; capacidade de implementar decisões; graus centralização/descentralização
	Processo de divulgação e informação		Diversificação dos canais; suficiência e qualidade das mensagens; % pública atingida; adequação de prazos; agilidade do fluxo
	Processo de seleção (de agentes implementadores e ou de beneficiários)		Públicização: competitividade do processo; qualidade dos sistemas de aferição de mérito; adequação do grupo selecionado aos objetivos do programa
	Processos de capacitação (de agentes e ou beneficiários)		<ul style="list-style-type: none"> • Competência dos monitores • Duração e qualidade dos cursos; conteúdos; didáticas; avaliações dos beneficiados
	Sistema logístico e operacionais (atividade-fim) financiamento e gasto; provisão de recursos materiais		Suficiência dos recursos; prazos e fluxos; qualidade da infra-estrutura e material de apoio
	Processo de monitoramento e avaliação internos	Monitoramento	Regularidade: abrangência; agilidade na identificação de desvios e incorreções; capacidade/agilidade em recomendar correções (feedback)
Avaliação interna		Regularidade; abrangência; graus de participação e comprometimento dos atores e stakeholders; efetividade (em extrair lições, propor e recomendar melhorias, promover aprendizagem institucional)	
Indicadores de Efetividade			
Impactos	Variações/mudanças na realidade de intervenção	Taxas de crescimento do fenômeno/ intensidade da mudança	
Efeitos	Efetividade social (capacidade social; opinião e satisfação dos atores)	Envolvimento de organizações da sociedade civil Avaliação dos atores sobre programas Graus de satisfação dos beneficiários; grau de adesão/ satisfação dos agentes e beneficiários Indução/reforço a associações/redes/parcerias	
	Efetividade institucional (capacidades institucionais; sustentabilidade e	Grau de indução a mudanças/ inovações/ autonomia Níveis de aprendizado institucional	

	reprodutividade)	Rotinização/ institucionalização dos processos Capacidade de transferência de metodologia
--	------------------	--

Fonte: Draibe (2001).

QUADRO 03 - ENTRVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA COM O SECRETÁRIO DO CODETER DO NORDESTE PARAENSE		
Indicadores de Eficiência		
Recursos/prazos	Custo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual o custo do Proinf ao longo desses mais de dez anos de funcionamento? ▪ Em geral, qual o tempo de execução do Proinf?
Indicadores de Eficácia		
Subprocessos ou sistemas de implementação	Sistema gerencial e decisório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São lançados editais para o Proinf do Nordeste Paraense anualmente? ▪ O Codeter do Nordeste Paraense encaminha demanda todos os anos? ▪ Porque são encaminhadas as demandas, mas não são implantadas? ▪ Quais os anos que foram implantados no colegiado do NE Paraense o Proinf? ▪ Quais os municípios do Nordeste Paraense foram beneficiados pelo Proinf?
	Processos de divulgação e informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As informações básicas sobre o Proinf chegaram ao Codeter nas quantidades, qualidades e com a antecipação necessária para a realização das atividades de implantação? ▪ As informações sobre o Proinf chegaram aos agricultores com a qualidade e com a antecipação necessária para obter a política?
	Processos de capacitação (de agentes e ou beneficiários)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os representantes do Codeter participaram de algum curso de capacitação para implantar o Proinf? ▪ Os conteúdos voltados para capacitação foram adequados e suficientes? ▪ Terminada a capacitação, o colegiado se sentiu seguro para empreender as tarefas esperadas?
	Sistemas lógicos e operacionais (atividade-fim)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais os passos para a implantação do Proinf? ▪ Como ocorre à estrutura operacional do Proinf? ▪ Como o objeto do Proinf Funciona?
	Processos de monitoramento e avaliação internos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O colegiado possui um sistema de monitoramento e avaliação? ▪ Quem é responsável por esse sistema de avaliação e monitoramento? ▪ Como funciona esse sistema de monitoramento e avaliação no colegiado? ▪ Como o colegiado faz para observar se a política está sendo efetivada nos municípios? ▪ Esse monitoramento é regular?
Indicadores de Efetividade		
Impactos	Variação/mudanças na realidade de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual a realidade dos agricultores familiares do NE Paraense antes da implantação do Proinf? ▪ O Proinf vem afetando, e em que medida, a realidade dos agricultores familiares do Nordeste Paraense? ▪ O Proinf vem alcançando os resultados que pretendia alcançar?

Efeitos	Efetividade Social (Capital social; opinião e satisfação dos atores)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De que forma o Proinf afeta as entidades, associações e cooperativas do colegiado do Nordeste Paraense? ▪ Quais as entidades mais frequentes no colegiado?
	Efetividade Institucional (Capacidades institucionais; sustentabilidade e reprodutividade)	

FONTE: Adaptada de DRAIBE (2001).

QUADRO 04 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA COM O COORDENADOR DO STTR DE SANTA LUZIA DO PARÁ		
Dimensões da política	Indicadores	
Dimensões	Tipo	Questões
Indicadores de Eficiência		
Recursos/prazos	Custo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual o custo anual e/ou mensal do caminhão entregue pelo colegiado em 2011? ▪ Quais são os principais tipos de custos existem com o caminhão? ▪ Qual o percentual de cada tipo de custo? (Por exemplo, gasolina representa quanto por cento do custo mensal, e assim por diante). ▪ Quais sujeitos são responsáveis por arcar com os custos do caminhão? ▪ Quais os benefícios do caminhão para os agricultores familiares do município?
Indicadores de Eficácia		
Subprocessos ou sistemas de implementação	Sistema gerencial e decisório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O caminhão é utilizado pelos agricultores do município de Santa Luzia apenas ou agricultores de outros municípios próximos são beneficiados? ▪ Todas as localidades de Santa Luzia são beneficiadas com o caminhão? Caso não, por quê? ▪ Caso nem todas as comunidades sejam atendidas, quais são as beneficiadas com o caminhão e porque essas e não as demais? ▪ Quais os procedimentos que o agricultor precisa realizar para utilizar o caminhão?
	Processos de divulgação e informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os agricultores do município têm o conhecimento da existência deste caminhão? ▪ Os agricultores do município têm o conhecimento da existência da patrulha mecanizada que deveria estar em Santa Luzia, mas se encontra em outro Município? ▪ Como o Sindicato informa aos agricultores sobre a existência dos objetos obtidos através do Proinf? Neste caso, o caminhão e a patrulha mecanizada.
	Sistemas lógicos e operacionais (atividade-fim)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em que atividades o caminhão é utilizado no município? ▪ Qual o grau de importância do caminhão para cada uma das atividades? (por exemplo, o uso do caminhão é de 70% para o transporte de alimentos para as feiras e assim, por diante).
Indicadores de Efetividade		
Impactos	Variação/mudanças na realidade de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetos do Proinf vêm afetando, e em que medida, a realidade dos agricultores familiares de Santa Luzia do Pará?

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os objetos do Proinf vêm alcançando os resultados que pretendia alcançar? Por quê?
Efeitos	<p>Efetividade Social (Capital social; opinião e satisfação dos atores)</p> <p>Efetividade Institucional (Capacidades institucionais; sustentabilidade e reprodutividade)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em que o objeto do Proinf ajudou ou/e ajuda ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais? ▪ Quais os efeitos positivos e negativos dos objetos do Proinf sobre os agricultores familiares do município de Santa Luzia? ▪ Qual a forma e o grau de participação das instituições (por exemplo secretaria de agricultura, Emater, STR, Incra ou Iterpa, associações etc.) na aquisição e manutenção dos objetos do Proinf? ▪ Existe interação entre as instituições em termos de cooperação para aquisição de objetos por meio do Proinf? Caso não, por quê? Caso sim, como se realiza essa cooperação e qual o grau de cooperação entre as instituições? (Por exemplo, a participação do STR é de 70%, já da secretaria é 5% e assim, por diante).

FONTE: Adaptada de DRAIBE (2001).

Nos baseamos, nesta pesquisa, na proposta metodológica de Draibe (2001), porém, como a pesquisa diz respeito há um caso particular foi necessário realizar adequações, ou seja, reproduzimos e adequamos a metodologia proposta pela autora para a realidade de Santa Luzia do Pará.

Ainda, na tentativa de realizar uma avaliação adequada, Ala-Harja e Helçason (2000) apresentam quatro modelos de avaliação: a *avaliação experimental*, *avaliação pragmática*, *avaliação econômica* e *avaliação naturalista*. A primeira, a *avaliação experimental*, incorpora ideias positivas de aplicação da metodologia de ciências naturais à engenharia de programas públicos, neste tipo de avaliação a atribuição do efeito observado ao programa depende da premissa de que não há nenhuma outra causa concorrente para o resultado. A segunda, a *avaliação pragmática*, centra-se na utilidade dos resultados da avaliação. Neste caso, a avaliação deve se orientar pelos objetivos e práticas de trabalho dos tomadores de decisão. Já a terceira, *avaliação econômica*, geralmente é conduzida de maneira ligeiramente isolada da avaliação geral e incluem análises de custo-benefício e avaliações de custo-eficiência. Por fim, *avaliação naturalista* rejeita tanto a avaliação experimental quanto a econômica, alegando que a sociedade se constrói socialmente e está em constante mudança por força da interação dos indivíduos.

No entanto, nem um dos quatro modelos propostos acima parece se encaixar na avaliação que propomos desenvolver nesta pesquisa. Por isso, diante dessas avaliações é possível pensar um outro modelo avaliativo, isto é, avaliar a dimensão territorial da política pública, compreendendo a territorialização dessas políticas e avaliando se elas estão presentes em todos os municípios do Nordeste Paraense.

Como se trata de um programa que valoriza a dimensão territorial para a aplicação de políticas públicas (Programa Territórios da Cidadania) destacamos aqui uma outra dimensão que seria a dimensão territorial e/ou a territorialização das políticas públicas. Para isso, propomos espacializar as políticas voltadas ao Território da Cidadania do Nordeste Paraense, para desta forma, avaliar o grau de territorialização da política pública no território.

3.3 Avaliação do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) no Nordeste Paraense e Santa Luzia do Pará.

O Manual Operacional do Proinf é lançado no colegiado do Nordeste Paraense desde de 2004 até 2016. Vários foram os objetos solicitados pelo colegiado para os municípios integrantes do território. Abaixo (BOX 03) segue algumas características do Projeto.

BOX 03 - PROJETO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE.	
Lançamento de editais	2004 - 2016
Objetivo	Viabilizar a estruturação e a qualificação de serviços públicos locais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte e comercialização da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais e Territórios da Cidadania.
Público beneficiado pelos projetos	Agricultores familiares e os seus empreendimentos coletivos conforme definidos pela Lei nº 11.3161, de 24 de julho de 2006, e pelo Decreto nº 6.0402, de 7 de fevereiro de 2007.
Contribuições do Proinf	Promover a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda, a superação da pobreza e das desigualdades sociais, possibilitando as condições para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras nos Territórios Rurais e da Cidadania.
Funções dos órgãos e instituições envolvidos na execução do Proinf	<p>- SDT e MDA: elabora e divulga o Manual Operacional do Proinf, normatizando e autorizando o processo de apresentação de propostas. Ao final, quando estas são lançadas no Siconv, a SDT/MDA analisa, aprova, reprova ou solicita ajustes e autoriza empenho.</p> <p>- Codeter: realizam o acompanhamento dos contratos contando com o apoio do Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, que implementa a Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra.</p> <p>Delegacia Federal do MDA - DFDA: Os Delegados Federais do MDA devem inserir no SGE parecer e nota técnica comprovando que a proposta aprovada é coerente com o PTDRS e obedece aos requisitos firmados no Manual.</p> <p>Caixa Econômica Federal – CEF: A Caixa Econômica Federal contrata (atuando como mandatária da União) e acompanha a execução dos projetos.</p>
Avaliação e monitoramento dos projetos	<p>O PROINF é executado a partir de um arranjo institucional que envolve as três esferas de governo (em suas várias dimensões e setores) e a sociedade civil.</p> <p>Estes órgãos (SDT, MDA, Codeter, DFMA e CEF) são responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos projetos, verificando se objetivos, metas, atividades e a participação dos beneficiários por meio de processos de gestão social estão sendo alcançados, conforme o que foi planejado e contratado.</p> <p>O monitoramento e avaliação são atividades essenciais para ajustar e corrigir as ações a tempo de reorientar os projetos para que alcancem os objetivos propostos. Para realizar o monitoramento e a avaliação a SDT/MDA propõe ações que são fundamentais para verificar o desempenho dos projetos e para a tomada de decisões:</p>

FONTE: Adaptado de BRASIL (2014).

Para que os projetos sejam implantados no território é necessário muita mobilização, reuniões e encaminhamentos. Isto é, muitos são os passos até a implantação do Proinf como sistematizado no Box 04.

BOX 04 - ETAPAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROINF	
1ª Etapa	A elaboração da política pública fica por responsabilidade SDT e MDA que são encarregados pela publicação e abertura do Manual de Seleção de Propostas. Nesta primeira fase ocorre, portanto, a publicação do Manual Operacional do Proinf.
2ª Etapa	Reuniões estaduais e regionais para a apresentação e orientação dos colegiados que fica por responsabilidade das secretárias. Nesta etapa será apresentado o manual ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial, havendo também orientações.
3ª Etapa	Reunião da Câmara Técnica ou Comitê Temático de Inclusão para priorização dos temas e objetos de contratação, por responsabilidade da Câmara Técnica dos territórios ou Comitê Temático de Inclusão Produtiva (ou instância do colegiado que trate do tema Inclusão Produtiva). Nas reuniões serão escolhidos os temas e possíveis objetos de contratação. Cada território poderá apresentar até dois objetos prioritários para contratação de proposta, caso seja atendido os critérios para contratação e havendo recursos disponíveis será contratada apenas uma proposta no território rural. Neste terceiro momento é onde ocorre a escolha dos objetos e proponente do Proinf pelo colegiado.
4ª Etapa	Inserção das propostas (escolhidas na terceira etapa) no Siconv por responsabilidade da proponente (escolhida na reunião da terceira etapa). Nesta etapa as propostas serão lançadas no Siconv para aprovação.
5ª Etapa	Inserção da(s) proposta(s) técnica aprovadas no SGE e elaboração de parecer(es) pela delegacia.
6ª Etapa	Análise das propostas e solicitação de complementações no Siconv por responsabilidade da SDT e do MDA. Nesta etapa os projetos retornam ao colegiado para complementos.
7ª Etapa	Divulgação das propostas aptas a empenho também por responsabilidade da SDT e do MDA.
8ª Etapa	Encaminhamento dos projetos aprovados para contratação pelo agente financeiro, novamente por responsabilidade da SDT e MDA.

FONTE: Adaptado de BRASIL (2014).

O Secretario do colegiado detalha como estes processos ocorrem no território:

A partir do momento que chega o manual de instrução que vem todas as normas as regras de como se deve implantar os projetos então se faz uma plenária com todos os atores do território discute uma proposta de projeto a mais viável para o território aprova na plenária depois que a gente aprova se reuni um grupo (...) junto com a Sagri eles elaboram esse projeto encaminha para a Sedap antiga Sagri a Sedap joga no Siconv depois encaminha para a delegacia do MDA do Pará que encaminha para a SDT e a SDT é que dá a palavra final... a SDT aprova o projeto e a Sagri é autorizada a fazer a licitação como recurso quem executa e a Caixa Econômica que repassa para a Sagri esse recurso né... a SDT passa para a Caixa Econômica e a Caixa Econômica que libera o dinheiro para a Sagri [...] a Caixa Econômica também dá a sua assinatura no projeto para liberar o recurso se tiver fora das regras a Caixa também não aceita... **e isso leva na faixa de dois três quatro anos** (informação verbal, grifo nosso).⁸

⁸ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

O Território da Cidadania do Nordeste Paraense foi formado no final do ano de 2003, no primeiro governo do presidente Lula. E já no ano seguinte foram lançadas as primeiras propostas do Projeto para os municípios integrantes do território.

O Proinf surge a partir de uma estratégia para manutenção da agricultura familiar. Porém, após a deflagração do golpe político de 2016, o manual não voltou a ser lançado. Como afirma o Secretário do colegiado no Nordeste Paraense:

Nós começamos com um projeto, no início era de um milhão de reais e depois de alguns meses, alguns anos... no governo Lula, que era um milhão de reais, quando entrou a Dilma caiu para uns 600, depois foi caindo para 300 [...] ultimamente até no ano passado [...] tinha trezentos e cinquenta, e esse ano, depois da mudança de governo até agora, não saiu nada ainda... mas, do governo Dilma pra cá, caiu para trezentos e cinquenta, duzentos e cinquenta, então caiu muito [...], era um milhão de reais, eu me lembro que durante o governo do presidente Lula era um milhão de reais para investimento e duzentos reais para custeio... e quando a Dilma assumiu ela já deu logo uma queda para seiscentos e cinquenta... depois foi diminuindo para trezentos e cinquenta, até o ano passado nos aprovamos... me parece que foi duzentos e cinquenta (informação verbal).⁹

O secretário do colegiado chama atenção para a diminuição da verba para custeio do Proinf, ao final do governo do presidente Lula, e ainda para o não lançamento de edital no ano de 2017 após a troca de governo. Ficando evidente, desta forma, que houve um desmonte das políticas de desenvolvimento territoriais após o golpe de 2016.

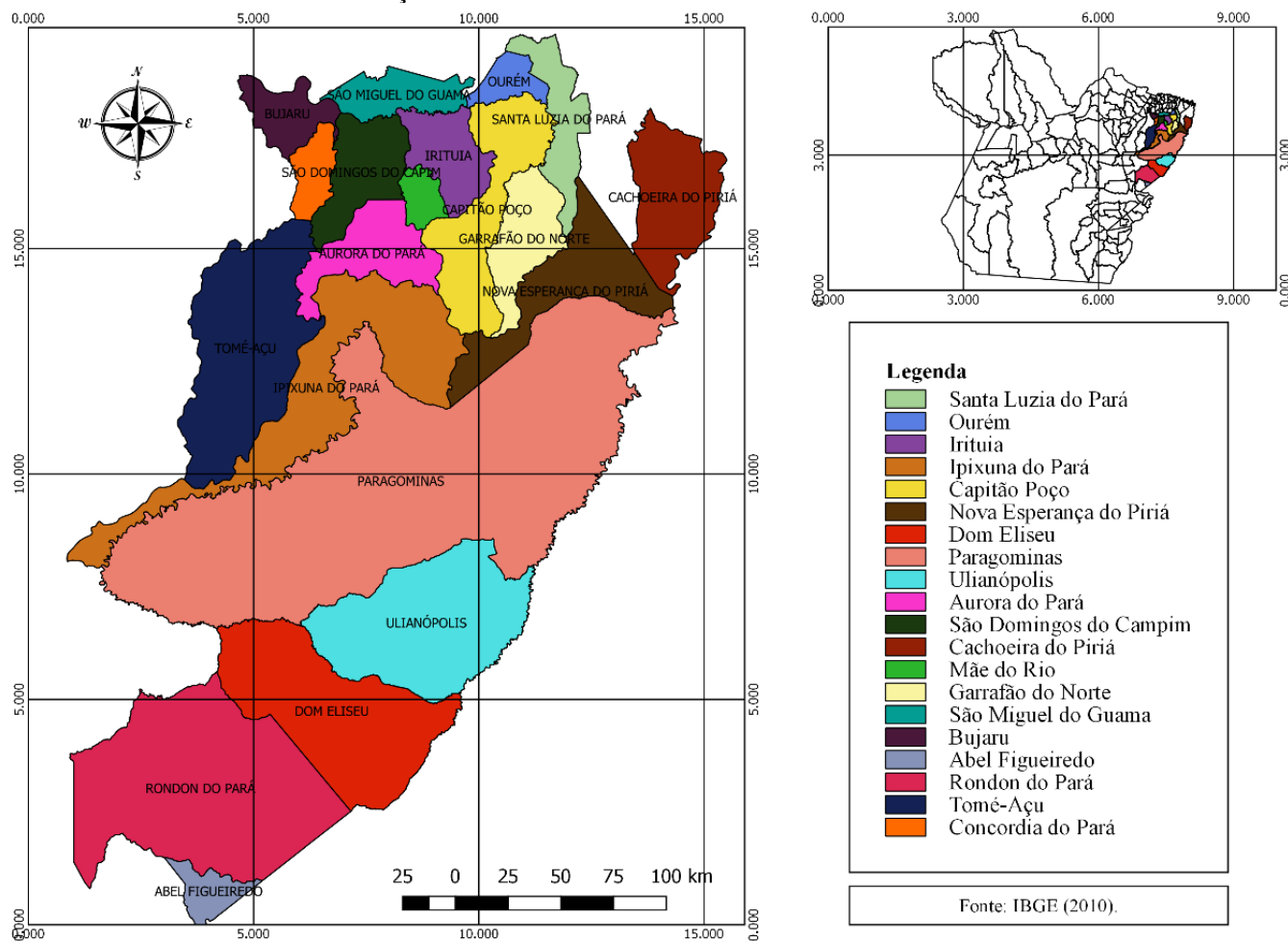
3.1.1. Avaliação do Proinf no Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

O Território da Cidadania do Nordeste Paraense é composto por vinte municípios¹⁰. A partir de 2003 os representantes desses municípios vêm se articulando em busca de políticas públicas via colegiado (ver mapa 02).

⁹ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

¹⁰ Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis.

MAPA 02 - LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

O Secretário do colegiado do Nordeste Paraense esclarece que:

O território foi formado em 2003 [...] e inicialmente o território tinha um articulador que se chamava articulador territorial que fazia as funções, as articulações que visitava os municípios, os projetos... então durante esse período o tempo todo tinha esse acompanhamento... Fizemos várias oficinas de formação [...] e até 2010 o território vinha funcionando a todo vapor [...]. Em 2010 não tinha quem bancar o articulador territorial... acabou os projetos que bancava o articulador e é claro que ai deu aquela esfriada, não tinha mais recursos [...], não pagaram mais projetos, então, por conta disso, deu essa parada mesmo, ficamos três anos ai sem articulador, a gente que fazia a articulação e mandava quando tinha reunião, a gente ligava pros sindicatos, mandava e-mail [...], com isso o território sofreu um grande baque (informação verbal).¹¹

Após esses anos de desarticulação por conta da ausência do papel do articulador do território, o colegiado do Nordeste Paraense passou por um período de paralisação quanto as discussões de políticas públicas em seu território. No entanto, em 2014, o colegiado passa a se rearticular a partir de um novo formato que envolvia a parceria com universidades e instituições de ensino superior, por meio dos Nedet's, já que, neste contexto de desarticulação se observou que os debates acerca de políticas públicas voltadas para os produtores familiares são indispensáveis.

Ao relatar sobre a importância dos projetos financiados pelo Proinf ,Sebastião Miguel afirma que:

O território [...] avançou muito, tem projetos em todo lugar, tem investimento em Irituia; em Ourém foi comprado lancha pros quilombolas; tem município que tem caminhão... então teve grandes investimentos no território e, sem dúvida nenhuma, acho que foi uma política que desenvolveu a região... porque antigamente o Proinf só o prefeito que pegava e hoje tem que se discutir os atores do território (informação verbal).¹²

Nas falas do Secretário do Território da Cidadania do Nordeste Paraense é nítido observar a importância do papel de um articulador que possa mobilizar, articular e assessorar as discussões para implantação das políticas públicas nos municípios que integram o colegiado. O Secretário evidencia que:

Na verdade o território não parou... não teve mais atividades por conta de que não tem uma entidade para bancar as oficinas, mas na hora que ligar e dizer, olha nós vamos discutir o Proinf é claro que vai dá umas quarenta pessoas... A dificuldade que nós tivemos aqui na região foi articular o poder público, poder público no sentido de prefeito porque são poucos os municípios que em termo de prefeitura participe (informação verbal).¹³

¹¹ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel na reunião realizada para discussão do Proinf 2014, pelo Nedeter junto ao Codeter do Nordeste Paraense, em São Miguel do Guamá, em julho de 2014.

¹² Idem.

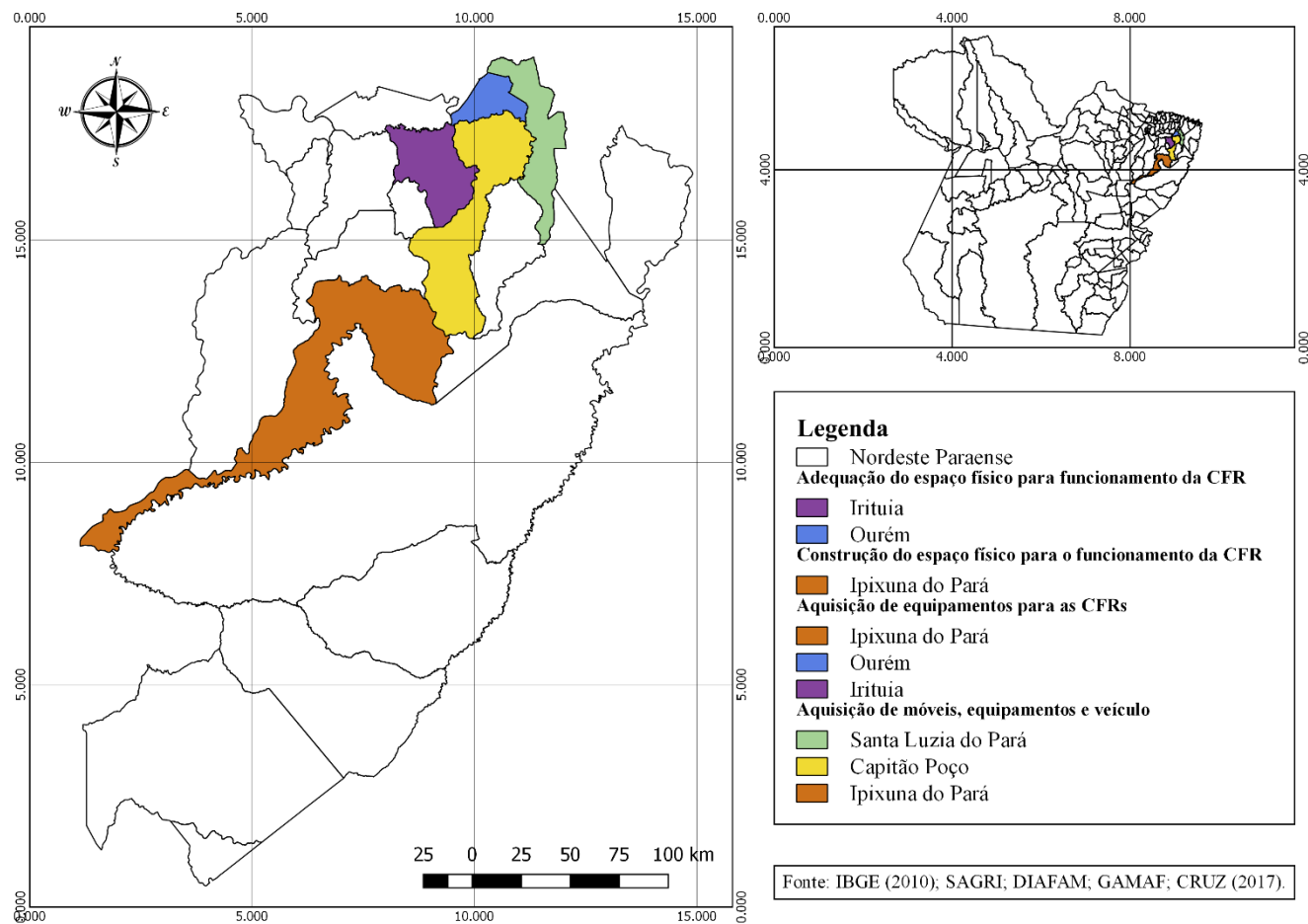
¹³ Idem.

A partir da fala do Secretário observamos que o papel dos Nedets era essencial para a rearticulação do território. Visto que o núcleo de extensão buscava realizar esse assessoramento dentro do colegiado com o objetivo de reanimar as discussões acerca das políticas públicas destinadas para o território. Porém, após as novas configurações políticas no Brasil, esse novo modelo de rearticulação do colegiado é desmontado novamente, obtendo por consequência a não discussão de políticas públicas no território. Fato este que afeta diretamente os produtores familiares.

O Proinf, como afirma o Secretário do colegiado do Nordeste Paraense, é um projeto que vem auxiliando os agricultores familiares do território. Por isso nos propomos avalia-lo. Pois se trata de um projeto importante para os atores do território.

Como já mencionamos, o Proinf passa a ser discutido no Nordeste Paraense a partir de 2004. E já em seu primeiro ano de implantação consegue abranger cinco municípios dentre os vinte que compõe o território (ver mapa 03).

MAPA 03 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2004 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

A adequação do espaço físico para o funcionamento da Casa Familiar Rural (CFR) de Ourém foi inaugurada em 2008 e de Irituia no ano seguinte. Já a construção do espaço físico da CFR de Ipixuna do Pará foi inaugurando em 2010, ambos os municípios obtiveram a aquisição de equipamentos para as casas familiares.

A aquisição de móveis e equipamentos para os três polos da CIAT e o veículo Fiat Uno foram entregues em 2007, sendo que o automóvel se encontra na Fetagri regional do Município de Capanema, e se solicitado pode ser utilizado pelos municípios integrantes do Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

Pode-se avaliar, portanto, que o Proinf de 2004 obteve grande efetividade, pois cumpriu os seus objetivos e metas. Isto é, todos os objetos foram inaugurados e/ou entregues nos municípios previstos no projeto inicial. E o mais importante, estão gerando impactos e efeitos para os agricultores do território, como afirma o Secretário do colegiado:

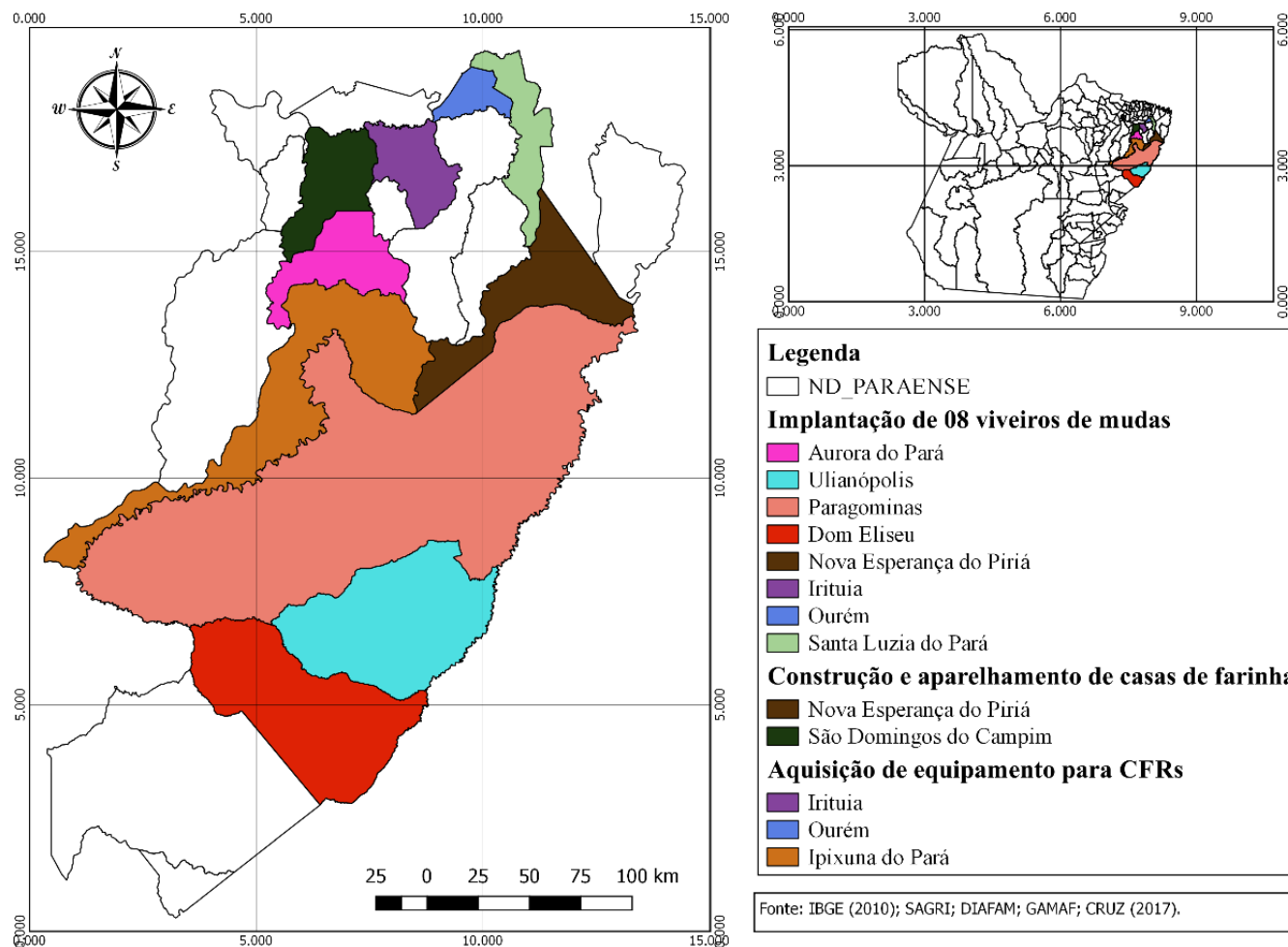
Eu acredito sim [...], não tenho dúvida que a implantação desses projetos sem dúvida melhorou muito a agricultura familiar... em Ourém, por exemplo, foi na casa familiar rural de Ourém [...] que foi formado uns, se não me falhe a memória, trinta técnicos em agropecuária. Então, sem dúvida todos estes técnicos trabalhando na agricultura familiar (informação verbal).¹⁴

A efetividade do projeto de infraestrutura em 2004, apesar de ser o primeiro ano que o território se reuni para discutir políticas públicas de desenvolvimento territoriais, obteve índice de sucesso satisfatório.

Já o Proinf discutido no ano de 2005 não teve a mesma efetividade que os projetos implantados em 2004 (ver mapa 04).

¹⁴ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

MAPA 04 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2005 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

O projeto de 2005 foi muito mais ousado que do ano anterior, pois visava alcançar a metade dos municípios que integram o Nordeste Paraense. Porém, não conseguiu atingir a eficácia, eficiência e efetividade esperada, visto que o projeto de implantação de oito viveiros de mudas e a construção e aparelhamento de casas de farinha foram todos cancelados.

Apenas as aquisições de equipamentos para as CFR's foram entregues nos municípios de Ourém, Irituia e Ipixuna do Pará, ou seja, de dez municípios previstos para serem beneficiados pelo Proinf apenas três foram favorecidos. De acordo com Sebastião Miguel um dos motivos que levou ao cancelamento de grande parte dos projetos foi:

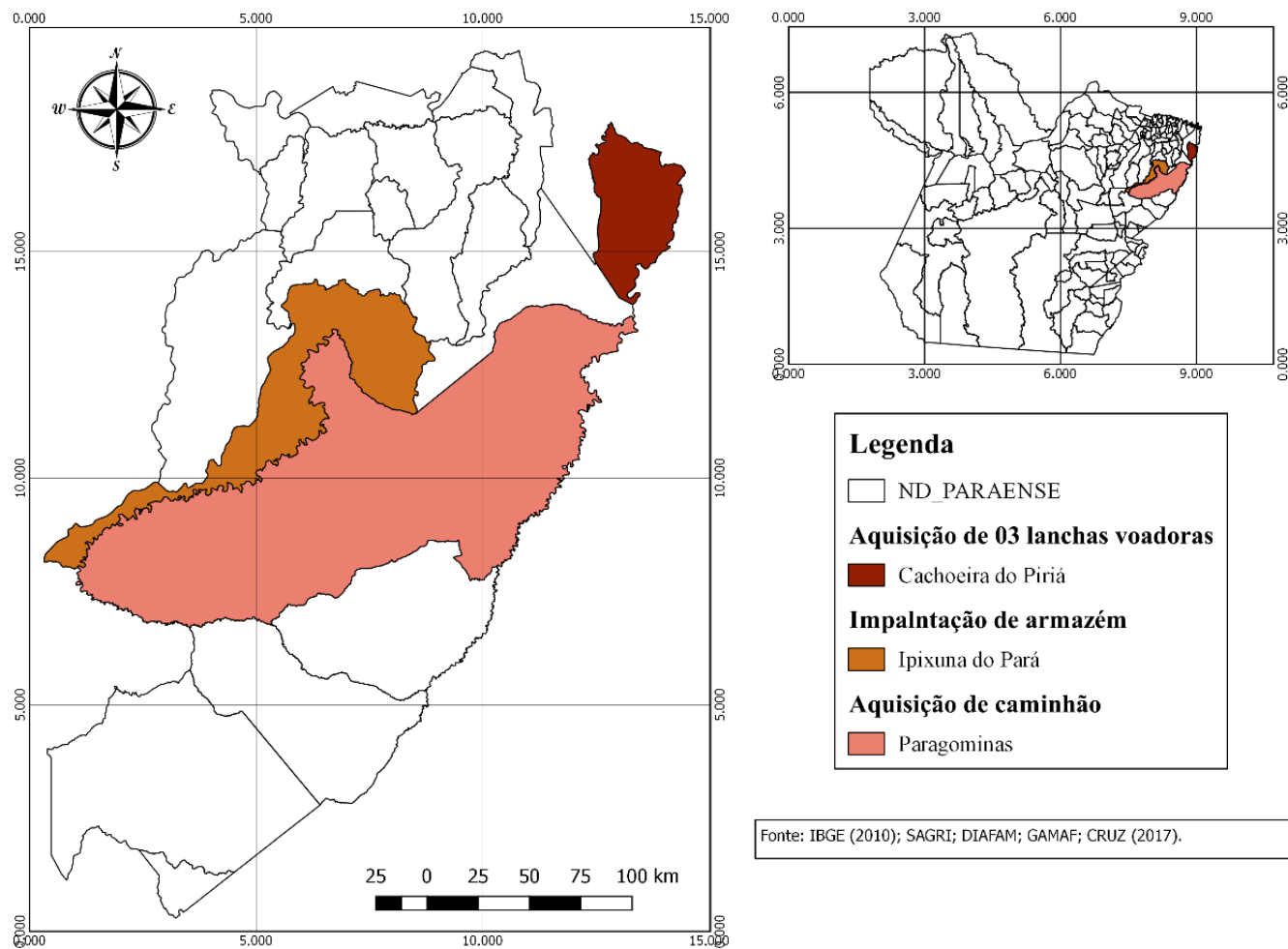
A gente aprovava a demanda, fazia o projeto, mas aí essa questão da área... porque tinha que ceder pro governo e não se encontrava área disponível [...] alguém para ceder pro governo, pro governo do estado fazer a execução, aí na medida que não se tem uma área né, para doar pro governo [...] perdia o projeto (informação verbal).¹⁵

Isto é, além da dificuldade encontrada pelo colegiado de reunir as entidades para discutir o Proinf, após a aprovação do projeto o Codeter encontra outras barreiras, como, por exemplo, a não doação de um espaço para a construção dos objetos aprovados pelo projeto.

No ano de 2006 os objetos escolhidos pelas entidades visavam alcançar os municípios de Cachoeira do Piriá, Ipixuna do Pará e Paragominas (ver mapa 05).

¹⁵ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

MAPA 05 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2006 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE



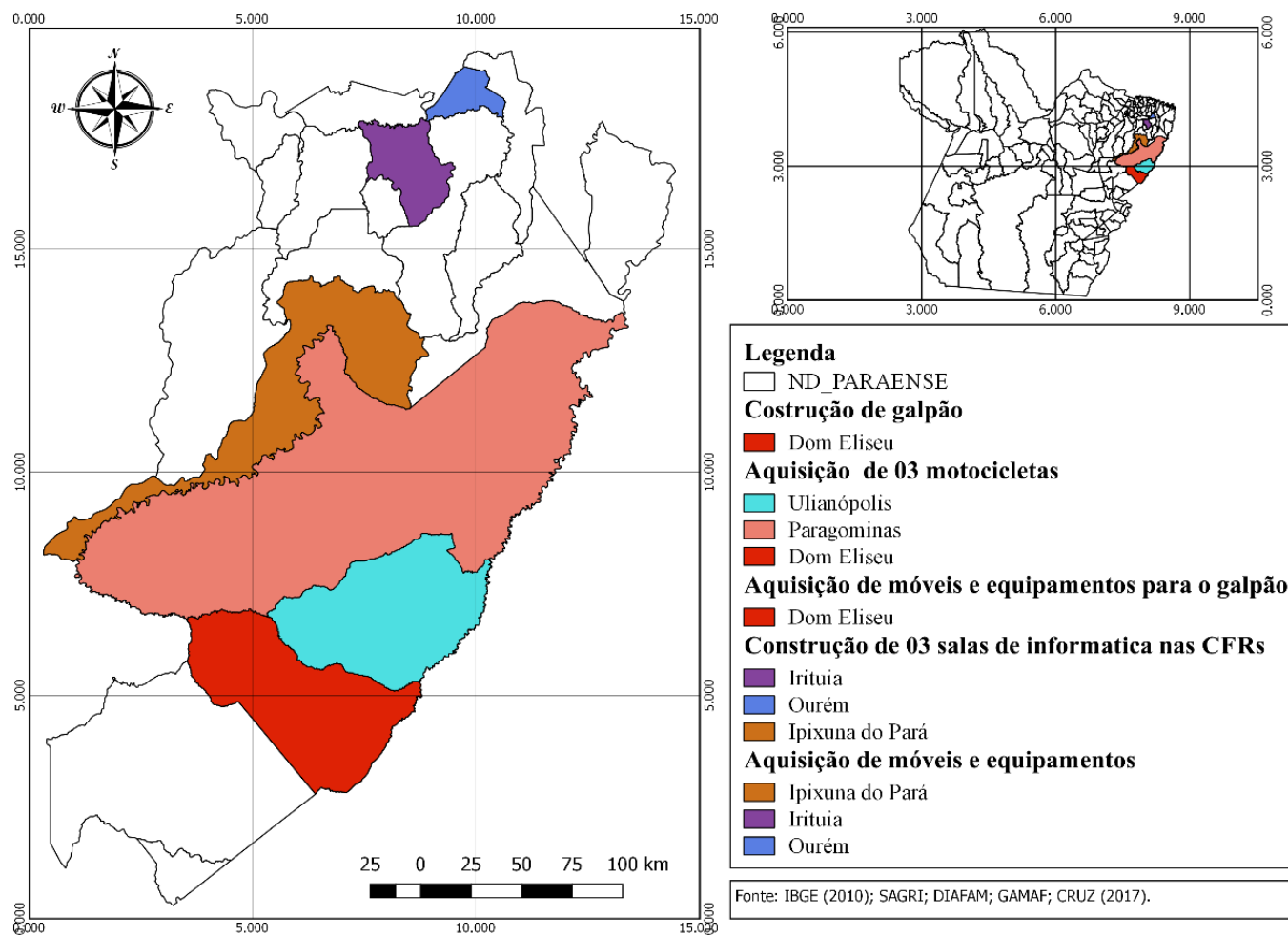
FONTE: A autora (2018).

As propostas apresentadas pelo Codeter em 2006 foram bem mais modestas, entretanto, todos os objetos contidos na proposta inicial foram entregues em no máximo três anos. As três lanchas voadoras destinadas ao município de Cachoeira do Pará foram entregues em 2008. Já a implantação de um armazém para produtos agropecuários em Ipixuna do Pará e o caminhão designado para o município de Paragominas foram entregues em 2009.

Por essa razão, pode-se avaliar que Proinf do ano de 2006 cumpriu sua eficácia e efetividade, pois os objetos foram entregues em um período relativamente curto e cumpriram com seus objetivos e metas.

Em 2007, novamente, sucede-se um grande número de objetos cancelados. O Proinf neste ano visava abarcar seis municípios integrantes do colegiado do Nordeste Paraense (ver mapa 06).

MAPA 06 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2007 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE



FONTE: A autora (2018).

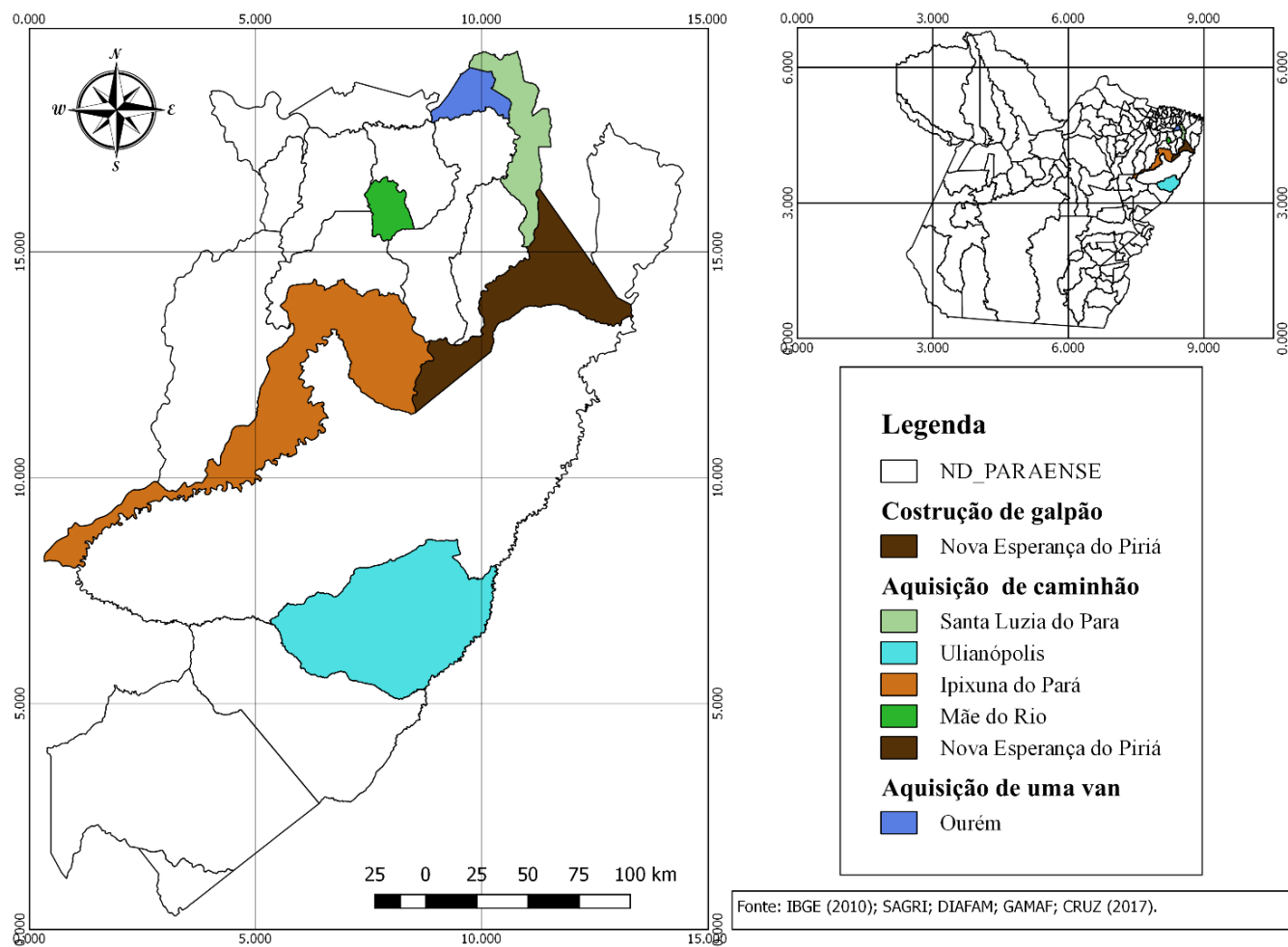
Porém, apenas uma das cinco propostas elaboradas pelo colegiado foi entregue. A construção de galpão para recepção de frutos, a aquisição de móveis e equipamentos para o funcionamento do galpão, a construção de três salas de informática nas CFRs, a aquisição de móveis e equipamentos de informática, máquinas de costura e de beneficiamento de sementes para confecção de biojóias foram todos cancelados. Apenas a aquisição de três motocicletas foi entregue para os municípios de Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis.

Logo, não podemos afirmar que o Proinf do ano de 2007 conseguiu atingir a eficiência, eficácia e efetividade esperada. Isso porque não atingiu em níveis de quantidade e qualidade os seus objetivos e metas, não podendo ser considerado, com isso, um projeto eficaz.

No ano seguinte, de acordo com o Secretário do Nordeste Paraense, a demanda foi perdida tendo em vista que neste ano as entidades não conseguiram realizar o envio de projetos. Por isso, podemos afirmar que em 2008 o projeto foi totalmente ineficiente ao não provocar nenhuma mudança na realidade sobre a qual está política incide.

Já em 2009 a realidade foi totalmente diferente, os projetos foram discutidos e encaminhados (ver mapa 07). O colegiado solicitou a construção de um galpão para o armazenamento de produtos advindos da agricultura familiar para o município de Nova Esperança do Piriá. E também solicitou a aquisição de caminhões para os municípios de Nova Esperança do Piriá, Mãe do Rio, Ipixuna do Pará, Ulianópolis, e Santa Luzia do Pará. Além da obtenção de uma Van para o município de Ourém. Neste ano todos os projetos foram aprovados, o Galpão de Nova Esperança do Piriá foi entregue em 2012, já os caminhões e a Van foram entregues em 2011.

MAPA 07 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2009 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE



FONTE: A autora (2018).

O Proinf do ano de 2009 apesar de abarcar apenas seis municípios pode ser considerado eficaz, uma vez que cumpriu os objetivos e metas iniciais, e conseqüentemente, provocou impactos e efeitos na realidade dos agricultores familiares dos municípios beneficiados.

No ano de 2010, novamente o colegiado perdeu os projetos, isto é, mais uma vez não se discutiu e/ou se enviou demandas do Proinf. Fato este que afeta diretamente os agricultores familiares do Nordeste Paraense que deixam de receber subsídios para realizar sua produção. O Secretário do colegiado esclarece porque a demanda não foi encaminhada,

Foi porque [...] quem executava era a Sagri, na época a Sagri estava com problema, alguma coisa desse tipo, aí fomos para a Emater e tentamos pela Emater () se não me falha a memória (informação verbal).¹⁶

O colegiado não conseguiu discutir o Proinf de 2010, mesmo recorrendo ao auxílio da Emater. Entretanto, no ano seguinte as entidades conseguiram se reunir para elaborar e encaminhar propostas.

A proposta enviada pelo colegiado em 2011 tinha por meta a construção de dormitórios e a aquisição de patrulha agrícola com implementos, ambos destinados a CFR de Ourém (ver mapa 08). Porém, os dois objetos ainda se encontram em processo de licitação. Como afirma Sebastião Miguel:

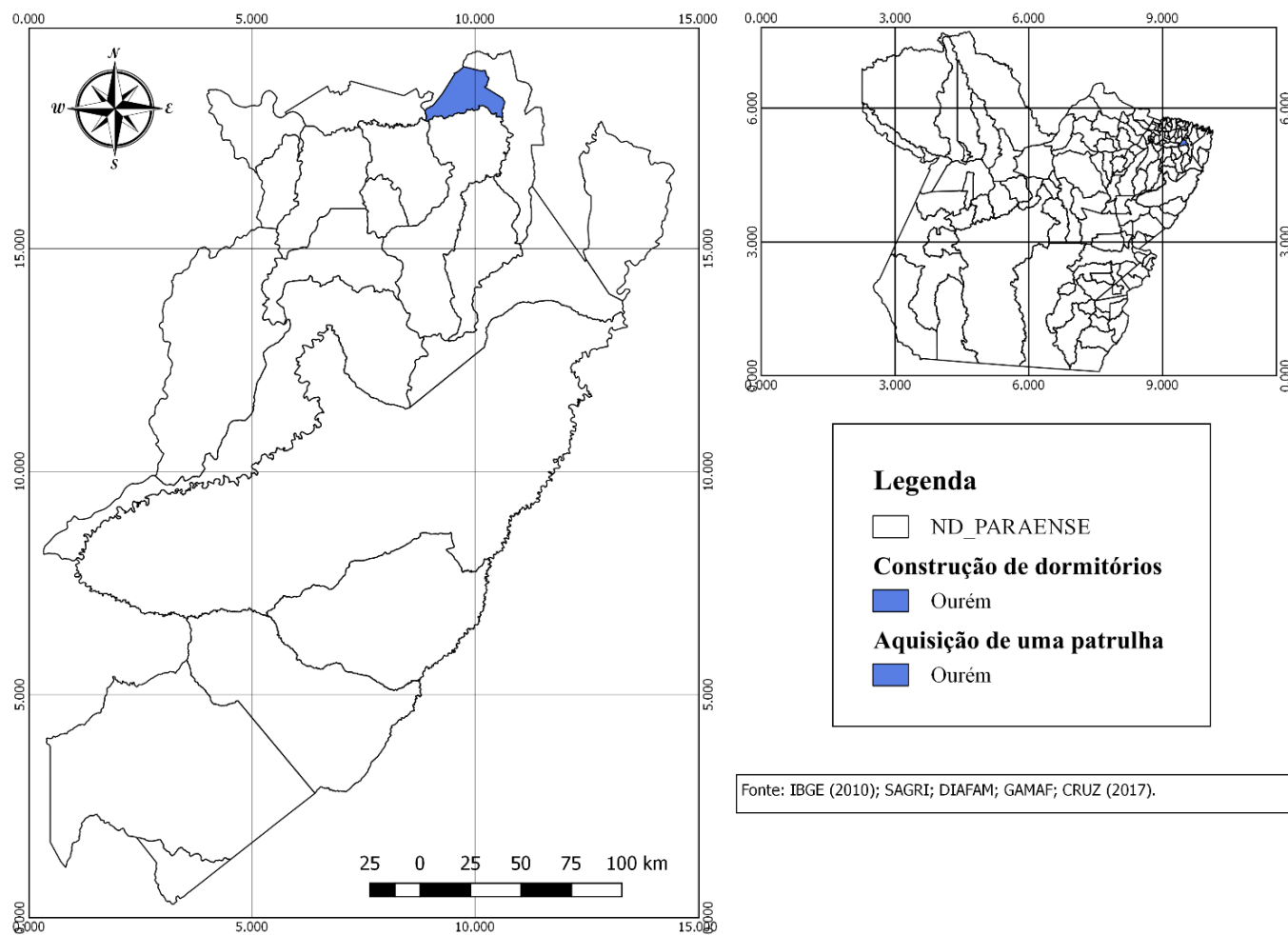
Essa construção de dormitório está em processo de licitação, nós tivemos lá semana passada... porque assim a licitação tem um prazo, aí terminou aquele prazo, nem uma empresa solicitou para fazer... estavam me falando que isso aqui era duzentos e cinquenta mil para fazer essa construção e até hoje nem uma empresa se interessou para fazer essa obra, então se não se interessa [...] perde o projeto (informação verbal).¹⁷

Apesar das entidades do colegiado do Nordeste Paraense terem se reunido, aprovado e encaminhado a demanda, tudo indica que os projetos encaminhados no ano de 2011 não serão concluídos, uma vez que o processo de licitação está prestes a vencer e nenhuma empresa se interessou em realizar a construção. Ou seja, o projeto foi discutido, aprovado e encaminhado, mas falhou no momento da implantação, por isso, podemos afirmar que se trata de um projeto que não conseguiu alcançar a eficiência, eficácia e efetividade desejada.

¹⁶ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

¹⁷ Idem.

MAPA 08 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2010 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE



FONTE: A autora (2018).

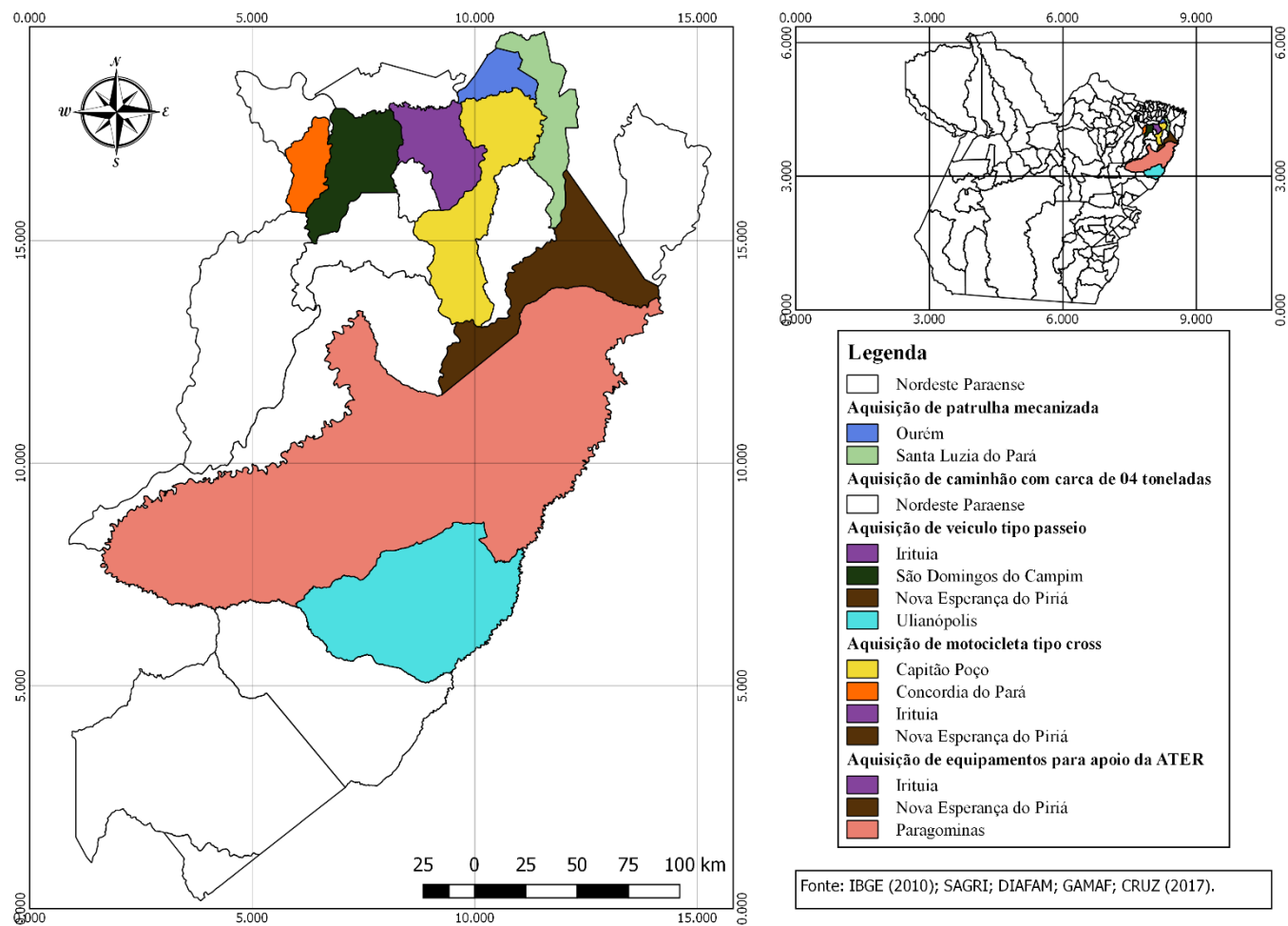
Outro fato que chama atenção ao analisarmos o projeto implantado em 2011 é que apenas o município de Ourém seria beneficiado com os objetos, isto é, um município entre os vinte que compõe o território. O que nos mostra, assim, a sua ineficácia, já que o projeto não iria atingir em melhor quantidade os municípios que integram o colegiado.

Já em 2012 várias foram as propostas encaminhadas ao colegiado do Nordeste Paraense, as quais objetivavam abarcar quase metade dos municípios do território (ver mapa 09). Na proposta inicial encaminhada pelo colegiado, os municípios de Santa Luzia do Pará e Ourém seriam beneficiados com a aquisição de uma patrulha mecanizada com implementos agrícolas. De acordo com o Secretário do Codeter a patrulha foi entregue apenas ao município de Ourém em 2017, entretanto, a que estaria destinada a Santa Luzia do Pará não se encontra no município.

Ainda segundo o Secretário, a aquisição de veículos tipo passeio, de motocicleta tipo cross e de veículo utilitário foram todos comprados, porém alguns ainda não foram entregues pela Sedap. No entanto, os demais objetos foram todos cancelados.

Por essa razão não podemos afirmar que o Proinf de 2012 cumpriu seus objetivos e metas, já que, grande parte dos projetos encaminhados não foram executados. Ou seja, o Proinf deste ano não gerou os impactos e efeitos desejados na realidade em que incide.

MAPA 09 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2012 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

Em 2013 o objeto do Proinf visava incentivar à cadeia produtiva da fruticultura diversificada no território do Nordeste Paraense.

As entidades que se reuniram apresentaram três propostas: a primeira seria a aquisição de um caminhão frigorífico, com capacidade de carga de oito toneladas, para escoar a matéria prima dos municípios de Dom Elizeu, Rondon do Pará, Ulianópolis e Paragominas para a Agroindústria de Ipixuna do Pará. A segunda proposta visava adquirir uma caminhonete para o fortalecimento e favorecimento do escoamento da produção de Grupos Produtivos de Mulheres – GPM no Território. Por fim, a segunda proposta se referia a aquisição de cinco máquinas de Sachês para fortalecer os Grupos Produtivos de Mulheres do colegiado (ver mapa 10).

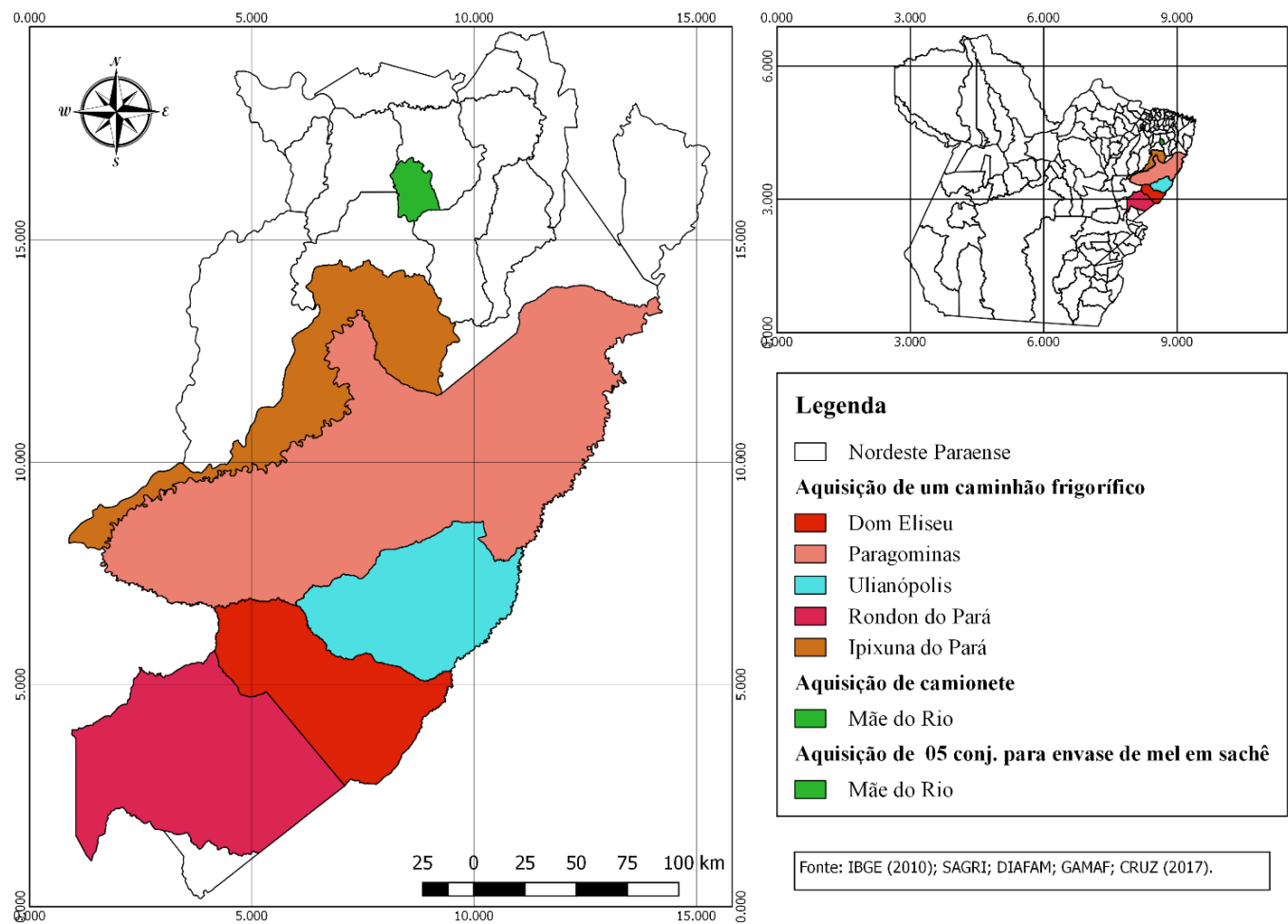
No entanto, novamente algumas propostas não foram concluídas e outras não foram destinadas para o público pretendido na proposta inicial. Como afirma o Secretário:

Essa caminhonete ela está comprada, quando nós fizemos o projeto era para vim pro movimentos de mulheres [...], mais foi o seguinte: como não pode vim para o terceiro setor ela acabou sendo destinada para a prefeitura de Mãe do Rio [...]. E esse aqui esse mel aqui não passou o sache [...] o caminhão frigorífico tá comprado tá na Sagri e eu acho que já foi entregue foi entregue isso aqui em Dom Eliseu falta entregar essa caminhonete para a prefeitura de Mãe do Rio (informação verbal).¹⁸

As propostas encaminhadas pelo colegiado em 2013 obtiveram um índice menor de propostas canceladas que o ano anterior, porém ainda não se pode afirmar que se chegou nos resultados pretendidos e na efetividade necessária, uma vez que não se conseguiu atingir os níveis de quantidade e/ou qualidade que se pretendia.

¹⁸ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

MAPA 10 - ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2013 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

Em 2014 o colegiado do Nordeste Paraense retoma as esperanças na implantação das políticas públicas de desenvolvimento territoriais, após a inserção dos Nedets, que surgem neste cenário com o objetivo de assessorar, monitorar e rearticular o Codeter.

Os Nedets se inserem na dinâmica do território após quase três anos de desarticulação do Codeter que se reunia, durante este período, apenas para discutir o Proinf. Como afirma o Secretário do Codeter ao ratificar a importância de um articulador:

Se o território não tiver uma pessoa exclusiva, nós da coordenação temos outras atividades e não somos remunerados para isso, não temos exclusividades para ficar andando em todos os projetos em todos os municípios porque temos outras atividades... mais é claro que a gente contribui, mas o território sempre teve essa pessoa exclusiva e ai tinha o Orlando que fazia esse trabalho então o território hoje se encontra nessa situação, a gente só se reunia uma vez de dois mil e dez para cá, uma vez por ano nesse período de abril até maio e junho justamente para discutir Proinf (informação verbal).¹⁹

Neste contexto, os Nedets se apresentam ao colegiado como um apoiador e mediador das políticas públicas. Incentivando e reanimando as entidades do território, buscando rediscutir os projetos voltados para a agricultura familiar. O Núcleo tinha por objetivo atingir todos os municípios do Território da Cidadania do Nordeste Paraense e, conseqüentemente, a maior parte dos produtores rurais.

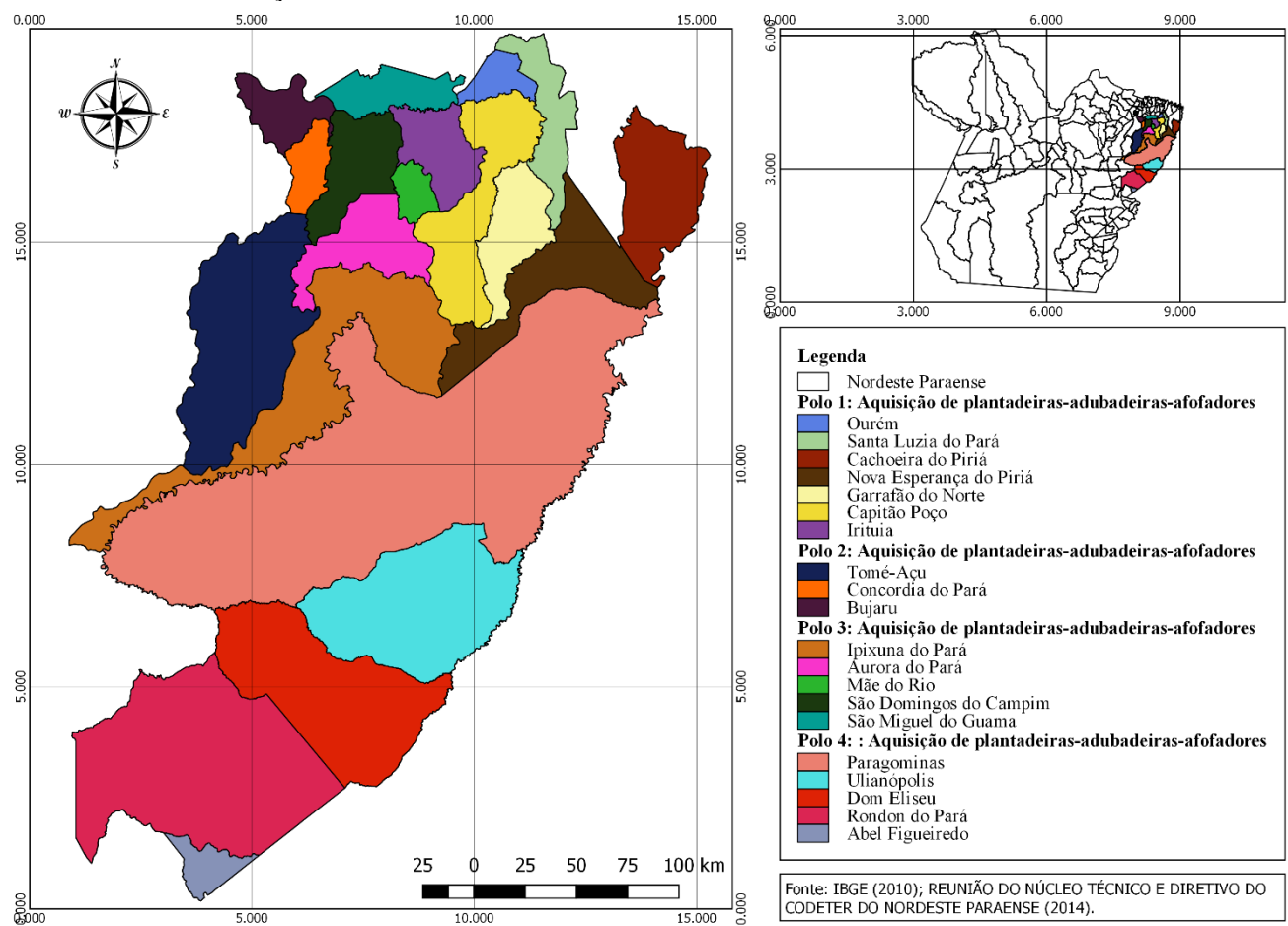
Por isso, já em 2014, o Nedeter mobiliza as entidades do território e passa assessorar as discussões acerca dos abjetos do Proinf. Foram dois dias intensos de debates, e ao final do segundo dia ficou acertado o objeto a ser encaminhado, como consta na Ata da reunião:

Portanto acerca do tema apoio à estruturação de empreendimentos públicos para a agricultura familiar dos territórios rurais. O objeto de infraestrutura e produção. É [...] a aquisição de plantadeira e colheitadeira para o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, e os miniabatedouros de frangos ficou como segunda proposta (COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL DO NORDESTE PARAENSE, 2014, p.).

O mapa abaixo (mapa 11) espacializa as propostas pensadas pelas entidades juntamente com o Nedeter.

¹⁹ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel na reunião realizada para discussão do Proinf 2014, pelo Nedeter junto ao Codeter do Nordeste Paraense, em São Miguel do Guamá, em julho de 2014.

MAPA 11: ESPACIALIZAÇÃO DO PROINF DE 2014 NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NORDESTE PARAENSE.



FONTE: A autora (2018).

Após a inserção dos Nedetes nas discussões de políticas públicas passou a se pensar maneiras e/ou dinâmicas que fossem capazes de beneficiar todos os municípios que compõem o colegiado do Nordeste Paraense, fato visível no mapa 11. A estratégia adotada foi a criação de quatro polos, sendo que cada um teria um polo central para onde o objeto seria destinado. Assim, o Proinf conseguiria atingir todos os municípios do território.

Porém, infelizmente, dois dias de discussões acaloradas e semanas de planejamento e criação de propostas não foram suficientes para garantir a implantação de política pública no Brasil. Melhor dizendo, mais uma vez, todas as propostas foram canceladas por erros de encaminhamento. Por esse motivo, novamente, agora em 2014 o Proinf não obteve eficiência, eficácia e efetividade.

Em 2015 e 2016, após reuniões e debates se decidiu encaminhar novamente a demanda de 2014 (mapa 11). Finalmente, em 2016 o projeto foi aprovado e os atores do território voltaram a crer na efetividade da política pública. Porém, mais uma vez o objeto não chegou até os agricultores familiares do município como afirma o Secretário do Codeter:

Aconteceu assim, na época houve alguns problemas no projeto que não foi aprovado em dois mil e catorze, dois mil e quinze não foi aprovado né, então foi reapresentado em dois mil e dezesseis e ele foi aprovado, ele tá lá, foi feito a licitação e tudo, mas não tem dinheiro para executar, o governo federal tá dizendo que não tem dinheiro para... para executar, então fica parado... nós fizemos a solicitação, lá na reunião que nós tivemos tinha um cara do MDA, o extinto MDA né, e foi feita a solicitação lá pra vim recurso (...) **então tem isso ainda né, além da demora, porque todos os projetos tem que passar por licitação [...] quando aprovam a licitação ai vai fazer a solicitação do recurso e muitas vezes o governo federal não tem recurso ai fica parado, não tem jeito** (informação verbal, grifo nosso).²⁰

Podemos avaliar, portanto, que mais uma vez o Proinf não obteve eficácia nos anos de 2015 e 2016, uma vez que, de um lado, a demanda é cancelada, de outro, o governo não tem recursos para efetivar a política.

Em 2017, o cenário se agravou no ramo das políticas públicas de desenvolvimento territoriais, pois a rede articulada de ministérios foi “desmontada” após a deflagração do golpe político de 2016 e da extinção do MDA, acarretando no não lançamento do manual operacional do proinf.

O quadro 05 apresenta a eficiência, eficácia e efetividade do Proinf nos municípios do Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

²⁰ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

QUADRO 05 – TERRITORIALIZAÇÃO DO PROINF POR MUNICÍPIOS DO NORDESTE PARAENSE.						
MUNICÍPIO	POLÍTICA PÚBLICA	META(S)/PROJETO(S)	ANO (S) INCLUÍDOS NO PROJETO	ANO (S) COMTEPLADOS NO PROJETO	OBJETO CONTEMPLADO	EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE
Santa Luzia do Pará	Proinf	- Veículo Fiat uno - Viveiros de muda - Caminhão - Patrulha mecanizada - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2004 - 2005 - 2009 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2009	- Caminhão	Pouca ²¹
Ourém	Proinf	- Adequação e equipamentos para a CFR - Viveiros de muda - Equipamentos para a CFR - Sala de informática com equipamentos para a CFR - Van - Dormitórios para as CFR - Patrulha Agrícola - Patrulha mecanizada - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2004 - 2005 - 2007 - 2009 - 2011 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2004 - 2005 - 2009 - 2011 - 2012	- Adequação e aquisição de equipamentos para a CFR - Equipamentos para a CFR - Van - Dormitórios para as CFR - Patrulha mecanizada	Media ²²
Irituia	Proinf	- Adequação e equipamentos para a CFR - Viveiros de muda - Equipamentos para a CFR - Sala de informática com equipamentos para a CFR - Veículo tipo passeio - Motocicleta - Equipamentos para Ater - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2004 - 2005 - 2007 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2004 - 2005 - 2012	- Adequação e aquisição de equipamentos para a CFR - Equipamentos para a CFR - Motocicleta	Pouca
Ipixuna do Pará	Proinf	- Construção e equipamentos para a CFR - Veículo Fiat uno - Equipamentos para a CFR	- 2004 - 2005 - 2006	- 2004 - 2005 - 2006	- Construção e aquisição de equipamentos para a CFR - Equipamentos para a CFR	

²¹ Julgamos que a eficiência do Proinf é “pouca” quando no mínimo um objeto está incidindo sobre o município.

²² Avaliamos que a eficiência do Proinf é “media” quando mais da metade dos objetos encaminhados foram implantados.

		- Armazém - Sala de informática com equipamentos para a CFR - Caminhão - Caminhão frigorífico - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2007 - 2009 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2009 - 2013	- Armazém - Caminhão - Caminhão frigorífico	Media
Capitão Poço	Proinf	- Veículo Fiat uno - Motocicleta - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2004 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2004 - 2012	- Motocicleta	Pouca
Paragominas	Proinf	- Viveiros de muda - Caminhão - Motocicleta - Equipamentos para Ater e economia popular solidaria - Caminhão frigorífico - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2006 - 2007 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2006 - 2007 - 2013	- Caminhão - Motocicleta - Caminhão frigorífico	Pouca
Ulianópolis	Proinf	- Viveiros de muda - Motocicleta - Caminhão - Veículo tipo passeio - Equipamentos para embalar mel em sachê - Caminhão frigorífico - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2007 - 2009 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2007 - 2009 - 2013	- Motocicleta - Caminhão - Caminhão frigorífico	Pouca
Dom Eliseu	Proinf	- Viveiros de muda - Galpão/packing house com moveis e equipamentos - Motocicleta - Caminhão frigorífico - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2007 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2007 - 2013	- Motocicleta - Caminhão frigorífico	Pouca
Aurora do Pará	Proinf	- Viveiros de muda - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2014 - 2015	--	--	Nenhuma ²³

²³ Consideramos que a eficiência do Proinf é “nenhuma” quando não é implantado no município nenhum objeto.

			- 2016			
Nova Esperança do Piriá	Proinf	- Viveiros de muda - Construção de casa de farinha - Galpão - Caminhão - Veículo tipo passeio - Motocicleta - Equipamentos para Ater - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2009 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2009 - 2012	- Galpão - Caminhão - Motocicleta	Pouca
São Domingos do Capim	Proinf	- Construção de casa de farinha - Veículo tipo passeio - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2005 - 2012 - 2014 - 2015 - 2016	--	--	Nenhuma
Cachoeira do Piriá	Proinf	- Lanchas voadeiras - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2006 - 2014 - 2015 - 2016	- 2006	- Lanchas voadeiras	Pouca
Mãe do Rio	Proinf	- Caminhão - Camionete - Equipamentos para embalar mel em sachê - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2009 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2009 - 2013	- Caminhão - Caminhonete	Pouca
Concórdia do Pará	Proinf	- Motocicleta - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2012 - 2014 - 2015 - 2016	- 2012	- Motocicleta	Pouca
Rondon do Pará	Proinf	- Caminhão frigorífico - Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2013 - 2014 - 2015 - 2016	- 2013	- Caminhão frigorífico	Pouca
Garrafão do Norte	Proinf	- Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2014 - 2015 - 2016	--	--	Nenhuma
São Miguel do Guamá	Proinf	- Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2014 - 2015 - 2016	--	--	Nenhuma
Bujaru	Proinf	- Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2014			

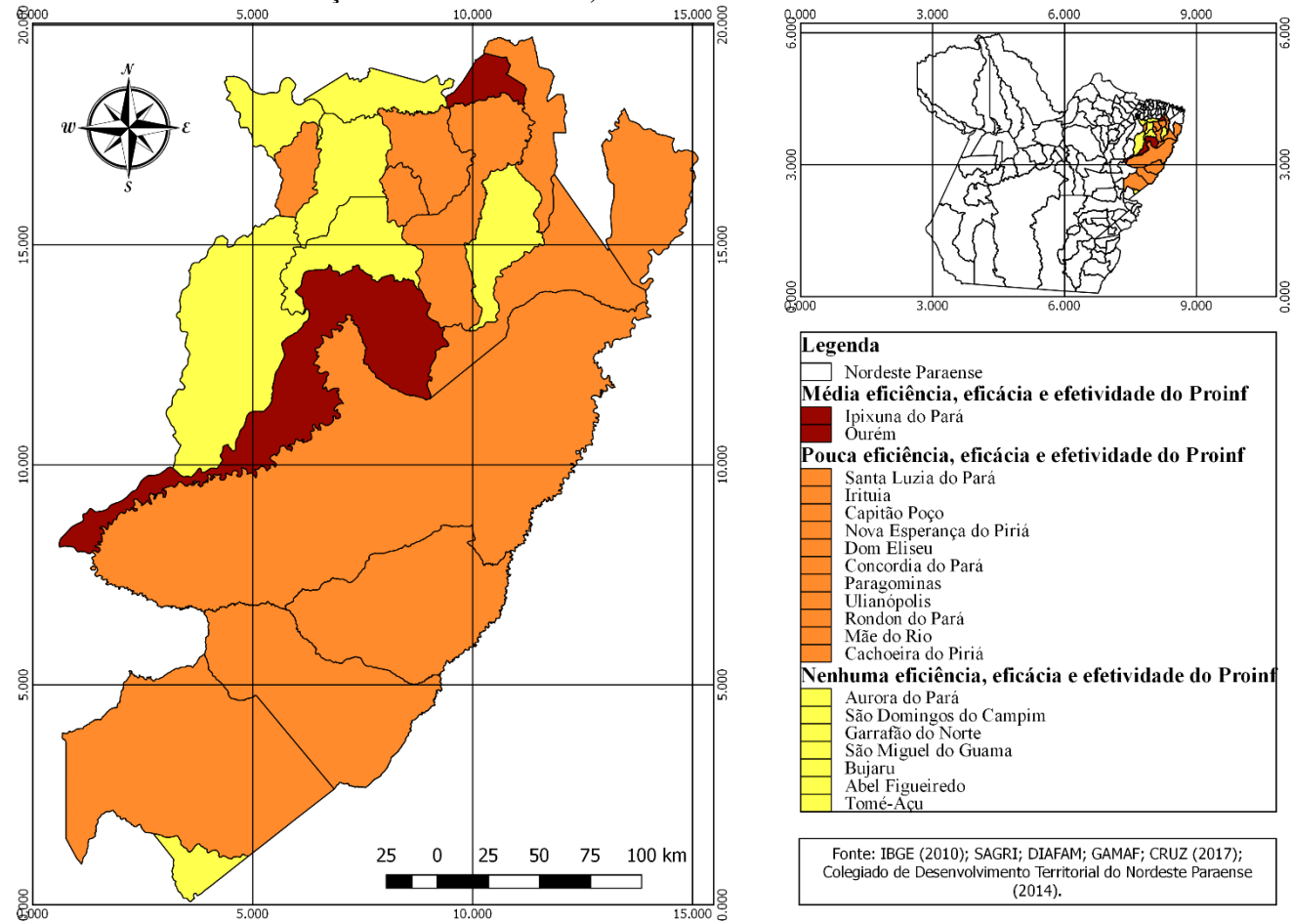
			- 2015 - 2016	--	--	Nenhuma
Abel Figueiredo	Proinf	- Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2014 - 2015 - 2016	--	--	Nenhuma
Tomé-Açu	Proinf	- Plantadeira, adubadeira e afofadeira	- 2014 - 2015 - 2016	--	--	Nenhuma

Fonte: Sagri; Diafam; Gamaf²⁴; Cruz (2017)²⁵; Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense (2014).
Org: A autora (2018).

²⁴ Documento em anexo (anexo I).

²⁵ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

MAPA 11 - ESPACIALIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO PROINF POR MUNICÍPIO



FONTE: A autora (2018).

3.1.2. Avaliação do Proinf no município de Santa Luzia do Pará.

Dentre os objetos aprovados pelo Proinf ao longo desses anos de debates e discussões no colegiado do Nordeste Paraense, o município de Santa Luzia foi incluído sete vezes, no ano de 2004, 2005, 2009, 2012, 2014, 2015 e 2016 (mapas 03, 04, 07, 09 e 11). Sendo que, dessas propostas, apenas as de 2004, 2009, 2012 e 2016 foram aprovadas, as demais se encontram canceladas.

O veículo Fiat Uno encaminhado em 2004 para os municípios de Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e Ipixuna do Pará, não se encontra em nenhum dos municípios. De acordo com o Secretário do colegiado o objeto está na sede da Fetagri em Capanema, sendo utilizado em dias de plenárias ou quando solicitado pelos municípios do território.

Por essa razão, não podemos afirmar que o objeto de 2004 destinado ao município de Santa Luzia está sendo eficaz, uma vez que, o veículo não se encontra no município e, com isso, não está gerando os impactos e efeitos desejados ao público que deveria incidir, conforme proposta inicial.

Já o projeto de 2009 visava a aquisição de um caminhão e foi entregue ao STRS do município de Santa Luzia do Pará em 2011 (figura 01). De acordo com o coordenador do Sindicato, o objeto está direcionado para o trabalhador rural, seja para escoar suas produções e/ou seus bens, seja para realizar esses transportes, o sindicato solicita apenas uma ajuda de custo para o óleo.

FIGURA 01 – OBJETO DO PROINF DE 2009.



FONTE: A autora (2018).

Apesar de ocorrer alguns problemas no momento da manutenção do objeto, o coordenador do Sindicato reconhece os benefícios do caminhão para os agricultores do município:

Os benefícios é ajudar a levar as coisas deles, a trazer o que tem lá, eu acho que tem uma importância muito boa o caminhão para os agricultores aqui do município. [...] Eu considero que é muito positivo pro sindicato gerenciar esse caminhão [...] porque ajuda muito as famílias aqui que necessita desse transporte **porque uma coisa é você produzir, a outra coisa é você pegar essa produção para trazer pra cidade, se você não tem um meio de transporte** (informação verbal, grifo nosso).²⁶

O coordenador do SDTR, evidência a importância do objeto do Proinf para realizar o transporte da produção dos agricultores familiares do município. E ao ser questionado sobre os pontos positivos e negativos do objeto afirma que:

O negativo vamos dizer assim se nós fossemos contabilizar tudo o que o sindicato já tirou do seu patrimônio... patrimônio financeiro pra investir nesse caminhão não tem sido pouco em algum momento nós chegamos até fazer a seguinte leitura melhor entregar o caminhão porque... do ponto de vista financeiro ele não deixa renda ele faz é tirar renda do sindicato pra fazer a manutenção [...] então isso aí é um problema e pro outro lado a gente compreende que fazendo isso vai ajudar o agricultor [...] e a gente acaba compreendendo toda a importância dessa situação (informação verbal).²⁷

²⁶ Informação verbal fornecida por Marcos Antônio Paulino Cunha em depoimento concedido a Vanessa da Costa Silva, realizada na sede do SDTR do município de Santa Luzia do Pará, em janeiro de 2018.

²⁷ Idem.

Em todas as falas do coordenador fica evidente a importância da aquisição do caminhão para os produtores rurais do município. E também sua preocupação quanto à manutenção do objeto. Apesar disso podemos afirmar que o objeto referente ao ano de 2009 está obtendo eficácia, já que, “a eficácia de um dado programa diz respeito à relação entre características e ‘qualidades’ dos processos e sistemas de sua implantação, de um lado, e os resultados a que chegam, de outro” (DRAIBE, 2001 p. 35). Isto é, apesar do Sindicato se deparar com alguns problemas, o caminhão consegue incidir sobre o público desejando, gerando impactos e efeitos na produção dos agricultores familiares, sendo considerada, portanto, um objeto eficaz.

O projeto de 2009 voltado para Santa Luzia do Pará fortalece a produtividade do município e cumpre seus objetivos e metas, por isso, podemos afirmar que o objeto alcançou a eficiência e efetividade desejada. Uma vez que, segundo o coordenador do STRS, o caminhão vem auxiliando na produção dos agricultores familiares.

Porém, é importante salientar que o objeto encaminhado em 2009 não consegue incidir sobre todas as comunidades que compõem o município de Santa Luzia do Pará, ou seja, o objeto do Proinf concentra-se apenas em algumas comunidades.

Entretanto, o objeto destinado para Santa Luzia do Pará em 2012 não obteve os mesmos sucessos. O projeto encaminhado pelo colegiado visava a aquisição de uma patrulha mecanizada com implementos agrícolas. De acordo com o Secretário do Nordeste Paraense o objeto,

Foi comprado que era para fazer a entrega esse ano inclusive tem aqui um ofício que veio, nós indicamos a prefeitura de Santa Luzia como não podia ir para o Sindicato então [...] nós encaminhamos tendo em vista que não podia ir para o sindicato foi para a prefeitura de Santa Luzia, mas eles fizeram um levantamento lá e a prefeitura estava inadimplente e não podia [...] receber, aí ficamos todo esse tempo com a Sagri, quando foi agora a prefeitura voltou a ser adimplente e voltou atrás do trator, aí só que **o trator eles fizeram uma confusão e está em Altamira...** aí na conversa que nós tivemos na semana passada eles disseram que iam dar um jeito de trazer para Santa Luzia do Pará (informação verbal, grifo nosso).²⁸

Quer dizer, mais uma vez a política pública é discutida, os projetos são encaminhados e aprovados, entretanto, falham no momento da implantação. Por essa razão, pode-se avaliar que o Proinf 2012 não obteve eficácia, eficiência e efetividade, uma vez que, o objeto destinado ao colegiado do Nordeste Paraense se encontra em Altamira, situada no Território da Cidadania Transamazônica.

²⁸ Informação verbal fornecida por Sebastião Miguel em entrevista, realizada na sede da FETAGRI do município de Capanema, em julho de 2017.

Em 2016 a situação não foi diferente, as propostas foram discutidas, encaminhadas e aprovadas, porém, neste caso o problema não ocorreu na implantação. Desta vez, de acordo com o Secretário do Codeter, o Governo Federal afirma não ter recursos para executar o projeto. Fazendo com que, outra vez, a política pública de desenvolvimento territorial seja ineficiente.

Ou seja, dos quatro objetos aprovados, apenas o de 2009 se encontra na sede do município. De 2004 a 2016, foi destinado apenas a aquisição de um caminhão para beneficiar as 37 comunidades que compõe o município de Santa Luzia do Pará.

Por esses motivos, não podemos avaliar que as políticas públicas destinadas ao espaço agrário de Santa Luzia do Pará obtiveram índices satisfatórios. Visto que, foram sete os projetos encaminhados, entretanto, apenas quatro foram aprovados, mas somente um objeto se encontra no município. Ficando evidente, desta forma, a pouca territorialização do Proinf em Santa Luzia do Pará.

CONCLUSÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa realizar uma espacialização do Proinf no Território da Cidadania do Nordeste Paraense para, desta forma, compreender a territorialização da política pública no território. Pretendia-se, com isso, avaliar o Proinf a partir das ideias de eficácia, eficiência e efetividade no espaço agrário do município de Santa Luzia do Pará.

Ao decorrer da pesquisa se observou que no momento das discussões e encaminhamento das propostas realizadas no Codeter foram pensados objetos que beneficiassem e incentivassem a produção dos agricultores familiares do território, ou seja, foram refletidas formas e caminhos que levaram a territorialização das políticas públicas nos municípios que englobam o colegiado.

Entretanto, apesar do colegiado mobilizar todas as entidades e atores do território, discutir e encaminhar projetos, infelizmente, isso não significou o sucesso da política. Pois, são muitos os passos até a implantação do Proinf como sistematizado no Box 04.

É notório que os passos para implantação de uma política pública no Brasil são longos e minuciosos, o que dificulta a territorialização do Proinf, pois, vários projetos são discutidos, encaminhados, porém, não são aprovados. Outros são aprovados, mas falham no momento da implantação. Por isso, torna-se essencial que o caminho até a implantação da política seja mais flexível, uma vez que, estamos tratando de objetos de incentivo e apoio a produção do campo.

Foi visível ao longo da pesquisa que em alguns anos o Proinf obteve um grande índice de projetos aprovados e implantados no território, apresentando um aumento da territorialização da política pública, porém, em outros anos, todos os projetos foram cancelados e a territorialização do Proinf era nula.

Por essas questões, de modo geral, não podemos afirmar que o Proinf no espaço agrário de Santa Luzia do Pará está obtendo a eficácia, a eficiência e a efetividade desejada, pois ao longo de treze anos apenas quatro projetos foram aprovados para o município, no entanto, apenas um desses está incidindo sobre a agricultura familiar.

Porém, se realizarmos uma análise mais específica, e considerarmos apenas o objeto de 2009 que foi entregue ao município, poderíamos afirmar que neste sentido o Proinf está sendo eficaz. Dado que, a “efetividade” refere-se à relação entre objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos, de outro” (DRAIBE, 2001 p. 36). E o objeto encaminhado em 2009 está auxiliando e incentivando a produção de parte dos agricultores familiares de Santa Luzia do Pará.

Entretanto, apenas um objeto não é suficiente para atingir todas as comunidades do município. De acordo com o coordenador do SDTR as comunidades mais beneficiadas são: Jaquarequara, Muruteuazinho, Pau Darco, Mucurateua, Pimenteira, Fuzil e Broca. Ou seja, de 37 comunidades o caminhão consegue abarcar em média apenas sete do município. Por essa razão não se pode alegar que o Proinf está auxiliando e incentivando a produção de todos os agricultores familiares de Santa Luzia do Pará, pois a abrangência do objeto é limitada.

Em suma, concluímos que o Proinf é uma política pública de desenvolvimento territorial indispensável para a produção e reprodução do campo. Pois, as demandas são discutidas e encaminhadas pelo colegiado, porém falham ou no momento da aprovação, ou na implantação. Uma vez que, os projetos passam por um rigoroso processo avaliativo e quando são aprovados não é realizada uma avaliação durante a implantação dos objetos, o que acaba acarretando na sua ineficácia.

Durante a experiência como bolsista de pesquisa e extensão integrando o Nedeter (2014 a 2016), foi possível observar a importância do Proinf para os atores do território do Nordeste Paraense. Visto que, existia uma grande mobilização destes atores para realizar a discussão desta política. A partir deste novo modelo de desenvolvimento territorial, lançado pelo PTC em 2003, se tem um novo modelo de organização da política pública. Isto é, agora as políticas passam a ser discutidas no âmbito do colegiado juntamente com as entidades e atores do território.

Por isso, mesmo após o Golpe político deflagrado em 2016, o colegiado do Nordeste Paraense, apesar de desmobilizado, ainda permanece com uma grande organização política. Ou seja, mesmo com o desmonte do desenvolvimento territorial os atores do território ainda possuem uma organização social, visto que, ainda está presente no colegiado a cultura política.

Porém, mesmo com o protagonismo dos atores do colegiado, ao invés de buscar soluções e caminhos que amenizem os cancelamentos e falhas na implantação dos projetos, o Governo Federal instigue a política pública de desenvolvimento territorial, uma vez que, o MDA foi extinto e o colegiado não tem para onde encaminhar suas demandas.

Em 2017, a realidade do campo brasileiro foi preocupante, com a extinção do MDA não houve lançamento do Manual Operacional do Proinf. E, com o fim do financiamento para os Nedets, o colegiado se desmobiliza novamente. Ficando, desta forma, muitas incertezas quanto ao apoio para o meio rural nos próximos anos, ou seja, “os colegiados foram lançados novamente a um contexto de incertezas quanto à permanência ou não das políticas públicas de desenvolvimento territorial e de seu formato” (SILVA, 2017, p. 01).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que não nos propomos nessa pesquisa realizar uma avaliação detalhada da efetividade da Proinf no Nordeste Paraense, porém, compreendemos que seria necessária uma pesquisa neste sentido, uma vez que, nosso objetivo abarcou apenas um município do território.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELÇASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n.4, p. 5-59, out./dez. 2000.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília, DF: 2005b. (Série documentos institucionais 02-2005).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual Operacional do Proinf 2014:** Ação orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais, jun. de 2014. Disponível em: <http://mda.gov.br/download/manual_poinf_2014.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2017.

BRASIL. **Territórios da cidadania:** proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA, 2013.

CHIARI, Juliana. Avaliação de políticas públicas. In: CASTRO, C.; GONTIJO, C.; AMABILE, A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 42-46.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL DO NORDESTE PARAENSE. **Ata da reunião realizada no dia 21 jul. 2014.** São Miguel do Guamá, 2014. p. 02.

COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da governança territorial nos Territórios incorporados ao programa territórios da Cidadania. **Raízes**, Campina Grande, v. 28/29, n. 1/2, p. 87-96, 2010. (Dossiê território, sustentabilidade e ação pública).

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

CUNHA, Marcos. **[Políticas públicas destinadas aos agricultores do município de Santa Luzia do Pará]**. Santa Luzia do Pará, 20 jul. 2016. Depoimento concedido a Vanessa da Costa Silva.

DELGADO, Nelson G. e LEITE, Sérgio P. **O Pronat e o PTC:** possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRIZA, Cátia e SCHNEIDER, Sérgio (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

DRAIBE, S. M. **Avaliação de implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). Tendências e

perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: PUC/IEI/Cenpec, 2001. p. 13-41.

FREITAS, André; STEINBERGER, Marília; FERNANDES, Suellen. Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas. In: STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 89 – 111.

GIOVANNI, Geraldo Di. Avaliação. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Fundap, 2015. p. 101-104.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **Censo Demográfico – 2000/2010**.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Ascensão e queda das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural durante o apogeu da chamada agricultura familiar**. In: simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8., 2017, Curitiba. Anais do VIII SINGA. Curitiba: UFPR, 2017.

KARAM, Ricardo. **A questão regional na era Lula: uma análise de ideias, atores e interesses**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013. p. 132-144.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. – 2. ed. – Belém: Cejup, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 157-168.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=leonilde+PNRA&oq=leonilde+PNRA&aqs=chrome..69i57.1804j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acessado em novembro de 2017.

MIGUEL, Sebastião. **[Desmobilização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial]**. São Miguel do Guamá, 15 jun. 2014. Discurso concedido na reunião do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense.

MIGUEL, Sebastião. **[Proinf no Nordeste Paraense]**. Capanema, 25 julho 2017. Depoimento concedido a Vanessa da Costa Silva.

MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia: Estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA): Programa de pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.**

OLIVEIRA, D. P. A. **A dinâmica territorial do abastecimento de alimentos em Santa Luzia do Pará-PA e as redes de produção agroextrativistas no nordeste paraense.** 2016. 203 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) - Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016.

PIRAUX, Marc, et al.. Um olhar sobre a diversidade dos colegiados dos territórios da cidadania. In: **NOVOS CADERNOS NAEA.** V. 16, N. 1, Jun: 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto et al. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para avaliação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. – 2. ed – São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel. **Os efeitos da política na construção de políticas públicas ou o que resta das políticas públicas em tempos de desmonte do desenvolvimento territorial.** In: simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8.,2017, Curitiba. Anais do VIII SINGA. Curitiba: UFPR, 2017.

SOUZA, Edilson Almeida. **Políticas públicas e práticas discursivas do desenvolvimento territorial na Amazônia:** uma análise do Programa Territórios da Cidadania no Nordeste Paraense. 2014. 286f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

STEINBERGER, Marília. **A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território.** In: STEINBERGER, Marília. Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 31 – 64.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas:** uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42(3). p.529- 550, maio/jun. 2008.

**ANEXOS I - SITUAÇÃO DO PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO
NORDESTE PARAENSE**

SAGRI/DIAFAM/GAMAF

SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NORDESTE PARAENSE

2004 - CONTRATO Nº 170.467-11

META /PROJETOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL
1 ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA O FUNCIONAMENTO DA CFR.	OURÉM	- OBRA INAUGURADA EM 2008
2 ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA O FUNCIONAMENTO DA CFR.	IRITUIA	-OBRA CONCLUÍDA EM 2009
3 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA O FUNCIONAMENTO DA CFR.	IPIXUNA DO PARÁ	-OBRA CONCLUÍDA EM 2010
4 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS CFRs.	OURÉM, IRTUIA, IPIXUNA DO PARÁ	-ENTREGUES
5 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA OS TRÊS PÓLOS DA CIAT E UM VEÍCULO (FIAT UNO).	IPIXUNA DO PARÁ CAPITÃO POÇO, SANTA LUZIA DO PARÁ	-ENTREGUE EM 2007: STRS DE SANTA LUZIA DO PARÁ, CAPITÃO POÇO E IPIXUNA DO PARÁ.

2005 - CONTRATO Nº 179.643-38

META /PROJETOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL
1 IMPLANTAÇÃO DE 08 VIVEIROS DE MUDAS	PARAGOMINAS OURÉM IRITIUIA ULIANÓPOLIS SANTA LUZIA DO PARÁ DOM ELISEU AURORA DO PARÁ NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	-META CANCELADA
2 CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA (CASAS DE FARINHA)	SÃO DOMINGOS DO CAPIM NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	-META CANCELADA
3 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CFR'S	OURÉM, IRTUIA, IPIXUNA DO PARÁ	-ENTREGUES - AR CONDICIONADOS EM FASE DE ENTREGA.

2006 - CONTRATO Nº 210.460-02

META /PROJETOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL
1-AQUISIÇÃO DE 03 LANCHAS VOADEIRAS COM COBERTURA E MOTOR.	CACHOEIRA DO PIRIÁ	- ENTREGUES EM 2008: COMUNIDADES QUILOMBOLAS: BELA AURORA, ITAMOARI E PACAS/ANINGAL
2-IMPLANTAÇÃO DE ARMAZÉM PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.	IPIXUNA DO PARÁ	- OBRA ENTREGUE EM 2009.
3-AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.	TERRITÓRIO (PARAGOMINAS)	-ENTREGUE EM 2009: REGIONAL DA SAGRI-PARAGOMINAS.

2007 CONTRATO Nº 231.800-51

META /PROJETOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL
1-CONSTRUÇÃO DE GALPÃO/PACKING HOUSE (CASA DE RECEPÇÃO DE FRUTOS).	DOM ELISEU	-CANCELADO
2-AQUISIÇÃO DE TRÊS MOTOCICLETAS.	DOM ELISEU, PARAGOMINAS E ULIANÓPOLIS	-ENTREGUES A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, E A EMATER: ESCRITÓRIOS DE DOM ELISEU E ULIANÓPOLIS
3- AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O FUNCIONAMENTO DO PACKING HOUSE.	DOM ELISEU	-CANCELADO
4- CONSTRUÇÃO DE 03 SALAS DE INFORMÁTICA (NAS CFRs).	OURÉM, IRITUIA E IPIXUNA DO PARÁ	-CANCELADO
5- AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MÁQUINAS DE COSTURA E DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES (CONFECCÃO DE BIOJÓIAS).	OURÉM, IRITUIA E IPIXUNA DO PARÁ	-CANCELADO

2009 CONTRATO Nº 231.800-51

META /PROJETOS	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL
1 CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	-ENTREGUE EM 2012
2- AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO.	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	-ENTREGUE EM 2011
3- AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO.	MÃE DO RIO	-ENTREGUE EM 2011
4- AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO.	IPIXUNA DO PARÁ	-ENTREGUE EM 2011
5- AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO.	ULIANÓPOLIS	-ENTREGUE EM 2011
6- AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO.	SANTA LUZIA DO PARÁ	-ENTREGUE EM 2011
7- AQUISIÇÃO DE UMA VAN.	OURÉM	-ENTREGUE EM 2011: ASSOCIAÇÃO 25 DE JULHO

2011 - CONTRATO Nº 371.612-27

ITEM	METAS/PROJETOS	MUNICIPIO	SITUAÇÃO ATUAL
31	1-CONSTRUÇÃO DE DORMITÓRIOS	CFR - OUREM	- EM PROCESSO DE LICITAÇÃO.
32	2- AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA AGRÍCOLA COM IMPLEMENTOS	CFR- OUREM	- EM PROCESSO DE LICITAÇÃO.

2012 - CONTRATO Nº 398.797-39

ITEM	METAS/PROJETOS	MUNICIPIO	SITUAÇÃO ATUAL
33	1 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	TERRITÓRIO	-EM FASE DE ANÁLISE PELA CAIXA. PRAZO ATÉ 06/12/2013 PARA AUTORIZAR A LICITAÇÃO. -A PATRULHA AGRÍCOLA, O CAMINHÃO E OS VEÍCULOS JÁ ESTÃO LISTADOS PARA O NOVO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO.
34	2 AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DA PRODUÇÃO FAMILIAR - 01 CAMINHÃO CARGA SECA DE 04 TONELADAS.	TERRITÓRIO	
35	3 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO	- ULIANÓPOLIS (01) - N. ESPERANÇA DO PIRIÁ (01) - SÃO DOMINGOS DO CAPIM	

		(01) - IRITUIA (01)	
36	4 AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS DE 150 CC TIPO CROSS	N. ESPERANÇA DO PIRIÁ(01) IRITUIA(01), CONCÓRDIA(02), CAPITÃO-POÇO(02)	
37	5 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APOIO AO SERVIÇO DE ATER	-NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ (02 GPS, 01 Computador completo); IRITUIA (01 GPS); PARAGOMINAS (projektor de imagens, Tripé com tela de projeção, notebook, computador, impressora multifuncional, tendas, máquina filmadora, equipamento de áudio e microfone sem fio)	
38	6 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EMBALAR MEL EM SACHÊ.	ULIANÓPOLIS	
39	7 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA APOIO A AÇÃO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.	PARAGOMINAS	

**ANEXO II – ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO CODETER DO NORDESTE
PARAENSE PARA DISCUTIR O PROINF/ 2014.**

ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO TÉCNICO E DIRETIVO DO CODETER DO NORDESTE PARAENSE, REALIZADA NO DIA 21 DE JULHO DE 2014, NO AUDITÓRIO DA SEDE SOCIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA.

Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho de 2014, às nove horas e dez minutos, no auditório da sede social do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, situado na Av. Traquedo Neves nº 810 Centro – Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, reuniu-se a plenária do CODETER, com a finalidade de discussão do PROINF 2014. Sob a coordenação do Senhor Rudá, Assessor de Gestão social do Território da Cidadania do Nordeste Paraense e Secretariada por mim, Vanessa da Costa Silva, bolsista do Território Nordeste Paraense. Estiveram presentes cinquenta e quatro pessoas, conforme consta na lista de presença. Iniciado os trabalhos, o Senhor Rudá, saudou os presentes, dando as boas vindas e apresentando os integrantes do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e em seguida solicitou a todos os presentes que se apresentassem. Após a apresentação o Senhor Rudá fez uma breve apresentação a respeito do Núcleo de Extensão aos presentes. Destacou que o projeto do NEDET tem por objetivo desenvolver ações de assessoramento aos territórios em um trabalho conjunto, ou seja, envolvendo varias instituições. Esclareceu ainda o objetivo geral do projeto, que é implementar e manter Núcleo de Extensão em desenvolvimento territorial por meio de ações de extensão, assessoramento e pesquisas. Posteriormente a assessora de gestão produtiva Nilza, fez uma apresentação a cerca do PROINF, apresentando as propostas colocadas pelo PROINF. Após a apresentação, foi aberto um espaço para discutir o objeto e instituição proponente para o PROINF 2014. *Após a apresentação*, a senhorita Nilza passou a palavra para o senhor Nonato, funcionário do INCRA, representando a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário que falou um pouco mais a respeito do PROINF, e em seguida o Professor Romier Sousa, coordenador do NEDET no Nordeste Paraense, tomou a palavra e fez uma apresentação dos projetos que foram apoiados no território e em seguida propôs uma rodada para esclarecimentos e colocações. Após as colocações o senhor Sebastião, Secretário do CODETER propôs que fossem colocadas as propostas, e em seguida escolhida a mais viável. Foi proposto então uma central de abastecimento, e em seguida um carro e ainda maquinas para beneficiamento de mel e também maquinas para o plantio e colheita de mandioca. O representante do IPA de Paragominas propôs também que fosse feito uma Central de abastecimento por pólo. Em seguida se propôs também que fosse feito a estrutura de abastecimento de água. E logo após a

Senhorita Michele do Município de Mãe do Rio propôs uma Agroindústria de frutas. Em seguida a Coordenadora regional do Nordeste Paraense dos quilombolas propôs projetos de capacitação para a agricultura familiar. A Senhorita Luiza de Ulianópolis propôs ainda um miniabatedouro de frango. Após varias colocações e sugestões a plenária decidiu, através de voto, retirar cinco das nove propostas, restando assim apenas quatro; maquinas para beneficiamento de mel, maquinas para plantio e colheita de mandioca, central de abastecimento por pólo: equipamentos e miniabatedouro de frango. Dos 54 presentes, exceto os representantes do Núcleo de Extensão, votaram em duas propostas, o beneficiamento de mel que ficou com 16 votos, as maquinas para plantio e colheita de mandioca foi a mais votada com 36 votos, o miniabatedouro de frangos ficou em segundo lugar com 19 votos e a central de abastecimento por pólo com apenas 5 votos. Portanto acerca do tema Apoio à estruturação de empreendimentos públicos para a agricultura familiar dos territórios rurais. O objeto de infraestrutura é produção. **E o projeto há ser elaborado é a aquisição de plantadeira e colheitadeira para o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, e os miniabatedouro de frangos ficou como segunda proposta.** Ficou acertado ainda que os elaboradores do projeto de plantadeira e colheitadeira para o fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca será: Paulo Vieira de Aurora e Wibliner Reis de Cachoeira do Piria. E a elaboração dos miniabatedouro de frangos será: os representantes da EMATER e a Secretaria municipal de Tome Açu e representantes da Secretaria de Agricultura de Ulianópolis. E por fim ficou decidido ainda que a proponente será a SAGRI. O Professor Romier propôs ainda que para finalizar a reunião fosse feito avaliações e sugestões. As avaliações foram positivas no sentido de se ter conseguido realizar a reunião com um publico significativo e representativo do Território. Após as avaliações o senhor Sebastião, Secretario do CODETER, aproveitando a oportunidade, propôs que fosse escolhido o novo coordenador do colegiado do território, haja vista que o antigo coordenador faleceu após um acidente. Portanto, por aclamação, foi eleita a Senhora Ângela Conceição Lopes de Jesus, Coordenadora regional da FETAGRI-PA. Após a votação a nova Coordenadora agradeceu a presença de dos na reunião e finalizou a reunião.

**ANEXO III – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O SECRETÁRIO
DO CODETER DO NORDESTE PARAENSE.**

Transcrição da entrevista realizada com o Secretário do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste Paraense (Codeter), Sebastião Miguel da Cruz, no Município de Capanema. Realizada na sede da FETAGRI do município em 25 de julho de 2017 as 14:00 hrs.

Vanessa: Aqui eu fiz algumas questões que eu quero que tu me responda né se possível...

Sebastião: Nessa planilha não consta...

Vanessa: O número dos municípios né?

Sebastião: Em almas constam em outros não constam

Vanessa: Pois é a que eu peguei só tá Nordeste Paraense

Sebastião: Hum ()...

Sebastião: Então vamos vendo as perguntas um borá ver em que eu posso ajudar

Vanessa: ok... éh::... Primeiro é para mim entender a eficácia né e ai tem duas perguntas que é a relação custo benefício Proinf e ai qual o custo do Proinf ao longo destes ais de dez anos de funcionamento?

Sebastião: Por exemplo?

Vanessa: Em media nesses dez anos é quanto se foi éh::...

Sebastião: Quanto se foi investido?

Vanessa: Quanto se foi investido no Proinf isso

Sebastião: Teria que fazer um levantamento nesses dez anos

Vanessa: Mas em media mais ou menos

Sebastião: Porque no início no início tinha tinha... tu que saber só do Proinf né?

Vanessa: Isso Proinf

Sebastião: Porque no início teve o Pronat também que no início não era Pronaf era Pronat e ultimamente que foi o Proinf... nos começamos com um projeto no inicio era de um milhão de reais e depois de alguns meses alguns anos... no governo Lula que era um milhão de reais quando entrou a Dilma caiu para uns 600 depois foi caindo para 300... eu teria que fazer um levantamento de todos os projetos pra te dar um valor mis ou menos...

Vanessa: E hoje em media quanto que tá?

Sebastião: ultimamente até no ano passado... no ano passado éh:: tinha trezentos e cinquenta e esse ano depois da mudança de governo até agora não saiu nada ainda... mas do governo Dilma pra cá caiu pra trezentos e cinquenta duzentos e cinquenta:: então caiu muito de um milham caiu muito... mas eu teria que fazer um levantamento disso ai tudinho assim de cabeça... tem que procurar arquivos e te dar uma posição exata sobre isso

Vanessa: Mas por enquanto da pra gente dizer que caiu esse custo

Sebastião: Sim e muito depois que a Dilma entrou que ela assumiu logo diminuiu deu logo um corte de de... era um milham de reais eu me lembro que durante o governo do presidente Lula era um milham de reais para investimento e... duzentos reais para custeio... e quando a Dilma assumiu ela já deu logo uma queda para seiscentos e cinquenta... depois foi diminuindo pra trezentos e cinquenta até o ano passado nos aprovamos... me parece que foi duzentos e cinquenta... deixa eu ver se eu tenho alguma coisa aqui... éh:: mas parece que foi duzentos e cinquenta... ()... deixa eu ver se eu encontro aqui em algum local as atas... ()... olha por exemplo uma aqui em dois mil e catorze olha só... do MDA o MDA entrava com trezentos e oitenta reais... isso em dois mil e catorze... e o governo tem uma contrapartida de () então ficaria um projeto de:: no valor de quatrocentos em vinte e três mil incluindo os dez por cento... do:: governo do estado

Vanessa: Sei

Sebastião: Pra ti ter um ideia como caiu muito né esses valores ()... em dois mil e quinze...

Vanessa: Caiu mais ainda em dois mil e quinze

Sebastião: Olha em dois mil e quinze... não chegava nem a trezentos e cinquenta olha como caiu muito não chegou nem a trezentos e cinquenta... olha trezentos e quarenta e seis mais trinta e oito do governo do estado () então o valor da proposta chegava em trezentos e oitenta e cinco mil que foi os penúltimos... os últimos projetos... os últimos projetos que nos estamos aguardando que dois mil e dezesseis foi validado... mas é assim pra mim ter um valor aproximado teria que fazer um levantamento de todos os projetos que... que mais acho que... por que é difícil te dar esse dado exato de todos esses dez anos

Vanessa: Mais da pra saber isso né Sabá

Sebastião: Eu posso fazer um levantamento de tudo de todos os projetos então pra ver essa planilha aqui por exemplo porque aqui não tem... deixa eu ver se eu encontro aqui uma planilha...em dois mil e quatro:: esse aqui é um projeto de dois mil e quatro... esse aqui é um projeto de dois mil e cinco de duzentos e cinquenta e seis mil... esse aqui é de dois mil e cinco o de dois mil e seis foi cancelado... dois mil e sete... em dois mil e sete por exemplo ()... dois mil e sete nos tínhamos trinta mil... sessenta mil... sessenta mil e setenta e trinta e cinco mil... olha duzentos e:: em dois mil e sete pra ti ver o tanto que ele variava um pouco em dois mil e sete por exemplo... em dois mil e sete o valor do projeto duzentos e vinte e cinco mil... né... em dois mil e onze... em dois mil e onze trezentos e trinta e três mil e seiscentos não chegou nem a trezentos e cinquenta né isso que estou te falando em alguns casos né...

Vanessa: Entendi

Sebastião: Em dois mil e doze ()... em dois mil e doze pra Santa Luzia mesmo ()... teria que fazer todo um levantamento para te dar um valor aproximando durante esses dez anos... assim de imediato... é complicado te dar esse valor

Vanessa: Mas assim em media assim o que da pra gente tirar é que teve essa diminuição né?

Sebastião: Teve uma diminuição nos começamos aqui... deixa eu ver se eu tenho aqui projetos antigos ()... isso aqui na época também tinha algum custeio né éh... (ao longo) dos projetos de investimento de infraestrutura tinha uma verba extra pra custeio né olha por exemplo esse aqui do (Minepas) Movimento de mulheres nunca saiu realização de oficinas () um projeto para capacitação do Nordeste Paraense ai tinha um valor estimado de sento e dezessete então nessa época alem de... dos:: projetos de infraestrutura ainda tinha mais esse custeio ai pra... pra capacitação né... mas assim eu teria que fazer todo um levantamento detalhado de todos os projetos né pra te dar um::... diagnostico preciso né dos valores

Vanessa: Éh... E ai em geral qual é o tempo de execução do Proinf?

Sebastião: Por exemplo em dois mil e doze em dois mil e dezesseis... em dois mil e dezesseis... varia muito por exemplo em dois mil e quinze... em dois mil e quinze nos fizemos um projeto que foi aprovado em uma plenária... e era pra comprar plantadeira de mandioca () em dois mil e quinze nos aprovamos esse projeto quando foi em dois mil e dezesseis em dois mil e quinze houve um problema ai ele não foi aprovado em dois mil e dezesseis nos tivemos que apresentar denovo né ai quando foi essa semana passados nos tivemos na Sedap reunido e o governo federal () não tem dinheiro pra... pra esse projeto então varia muito três quatro anos pra poder implantar um projeto né olha por exemplo um trator de Santa Luzia do Pará que é pra Santa Luzia foi pedido em dois mil e doze... foi em dois mil e doze... um trator né em dois mil e onze... () foi um projeto de dois mil e onze... em dois mil e onze um trator pra Santa Luzia do Pará e outro para Ourém em dois mil e onze e ai esta comprado mas até agora não entregaram ainda... essa semana estivemos lá semana passada nos estivemos na Sedap fazendo uma discursão a respeito disso e::: estão providenciando para fazer a entrega... pra te ter uma ideia em dois mil e onze quando (surgiu) o projeto então esta comprado mas até agora ainda não foi entregue... dois mil e onze dois mil e doze dois mil e treze

Vanessa: É um caminhão é sabá?

Sebastião: É um trator

Vanessa: É um trator

Sebastião: É um trator equipado né... um trator agrícola de pneus né com motor a diesel tração de quatro sessenta e cinco cavalo com () aradora roçadeira carreta tal tal () trator para Santa Luzia não é especificamente para o sindicato por que antigamente se podia éh::

bens comprados com dinheiro público poderia ir para o Sindicato pra uma associação e etc agora ultimamente éh:: de dois mil e dez pra cá não pode mais tem que ir pra órgão público pra prefeitura e etc né

Vanessa: Pra prefeitura por exemplo

Sebastião: Ou então ficar na própria na própria Sedap éh:: no Sindicato de Santa Luzia tem um caminhão que é do território isto foi antes de dois mil e dez nessa época podia né ir pra (entidade) do terceiro setor né não pode mais... pra Santa Luzia mesmo especificamente foi esse caminhão que eles tem no sindicato e mais esse trator agrícola que...

Vanessa: Que tá comprado?

Sebastião: Que tá comprado mais tá na Sedap e nos tivemos uma informação nesta reunião que houve uma troca desses produtos inclusive esse caminhão tava pra Altamira... fizeram uma confusão e acabaram mandando o trator de Santa Luzia pra Altamira né e eles vão buscar de Altamira segundo o pessoal da Sedap pra fazer a entrega

Vanessa: Mais já estão utilizando o caminhão lá?

Sebastião: Não esse é o trator o caminhão já tá ()

Vanessa: O trator já estão usando lá é?

Sebastião: Provavelmente né porque se foi entregue em Altamira provavelmente eles devem tá usando né

Vanessa: Entendi... ai esse trator é pra Santa Luzia e Ourém?

Sebastião: Não pra Santa Luzia é um trator e pra Ourém é outro cada município Ourem solicitou um trator e Santa Luzia também solicitou um né que foi na pessoa do Marcos que faz parte do território que solicitou esse caminhão pra Santa Luzia pensando ele que podia vim para o sindicato mas infelizmente não pode mais

Vanessa: Tu tem a ata dessa reunião Sabá?

Sebastião: Tenho tenho

Vanessa: Tu pode me passar? Ai uma coisa que eu ia te perguntar tu falou que o projeto do Proinf de dois mil e quinze era plantadeira e colheitadeira de mandioca né

Sebastião: De mandioca é

Vanessa: Que foi o mesmo de dois mil e catorze quer dizer que o mesmo de dois mil e catorze foi pra dois mil e quinze e pra dois mil e dezesseis?

Sebastião: Exatamente

Vanessa: E ai mesmo assim hoje não tem verba pra comprar o Proinf que era de dois mil e catorze

Sebastião: Exatamente... nos informaram que o governo federal ainda não mandou verba pra comprar por isso tá parado esse projeto

Vanessa: Entendi

Sebastião: Olha aqui dois mil e catorze () ultima versão... () que era pros municípios de Tomé Açu mãe do Rio Capitão Poço Santa Luzia do Pará também tá incluído Cachoeira do Piriá Aurora do Pará Paragominas Ulianópolis Rondon do Pará Ourém... e ele foi reapresentado duas vezes porém agora em dois mil e dezessete ainda não tem dinheiro pra executar o projeto

Vanessa: E ai porque essa demora de um projeto que é de dois mil e catorze e ai ainda não ter conseguido?

Sebastião: Aconteceu assim na época houve alguns problemas no projeto que não foi aprovado dois mil e catorze dois mil e quinze não foi aprovado né então foi reapresentado em dois mil e dezesseis e ele foi aprovado ele tá lá foi feito a licitação e tudo mas não tem dinheiro pra executar o governo federal tá dizendo que na tem dinheiro pra... pra executar então fica parado... nos fizemos a solicitação lá na reunião que nos tivemos tinha um cara do MDA o extinto MDA né e foi feita a solicitação lá pra vim recurso né () então tem isso ainda né além da demora porque todos os projetos tem que passar por licitação é ordem do governo federal tem que passar por isso e quando aprovarem a licitação ai vai fazer a solicitação do recurso e muitas vezes o governo federal não tem recurso ai fica parado não tem jeito

Vanessa: Ai são lançados editais para o Proinf todos os anos aqui para o Nordeste Paraense?

Sebastião: Todos os anos com exceção agora de dois mil e dezessete né

Vanessa: Que ainda não foi lançado né?

Sebastião: Porque foi assim tinha por exemplo o Nedet que acompanhava né e o governo federal esta dizendo que não tem dinheiro pra fazer um novo contrato inclusive eu estive em uma reunião em Brasília que eu faço parte do Condraf e foi questionado essa parte ai porque que o Nedets tinham parado porque não tinham dado certo e o governo federal disse que não tinha dinheiro... não tinha dinheiro pra renovar o convenio a política territorial não estava acabada e que ele ia buscar uma forma de tentar investir novamente no território mas por enquanto não tinha recurso pra isso né

Vanessa: E ai Codeter do Nordeste Paraense encaminha demanda todos os anos que são lançados editais?

Sebastião: Sim

Vanessa: Todos os anos foram lançados

Sebastião: Todos os anos não passou nem um sem encaminhar... mais nos perdemos muitos projetos né porque tipo assim viveiro de mudas nos perdemos em Nova Esperança do Piriá em Paragominas nos fizemos projetos em um centro comunitário em São Miguel do Guamá no valor de quinhentos mil reais onde a gente ia construir a sede do território com centro de formação com dormitório com cozinha com refeitório tudo... era um valor estimado em duzentos mil reais né mais ai por conta da burocracia da caixa terminamos não tinha terreno próprio acabamos perdendo o projeto então nos já perdemos vários projetos por conta disso

Vanessa: Então esse é um dos motivos por ser encaminhado a demanda mas não ser efetivada

Sebastião: É esbarra nisso por exemplo tá fazendo a construção tá fazendo a construção éh:: o proprietário ou a prefeitura tem que ceder aquela terra pro governo tem que fazer tem que fazer um contrato cedendo pro governo a terra precisa tá legalizada ter certidões de tudo e se a gente não conseguir isso o governo não permite fazer obra nem uma nesses locais né (as relações) não permitem que o governo faça essa coisas né com isso passa o tempo e a gente termina perdendo... por exemplo nos íamos construir um viveiro de mudas em Capitão Poço ali em Santa Luzia né... até nessa época o Totó tava vivo ainda e andou varias vezes por lá mais o Ivanildo lá da Emater de São Miguel pesquisando ainda fizeram o cara gastar dinheiro com cartório pra tentar legalizar a área pra tiras as certidões e isso tem um determinado prazo né ai terminamos perdendo também o recurso então já perdemos o território do Nordeste Paraense ele surgiu em no final de dois mil e três... foi no final de dois mil e três então de lá pra cá a gente já perdeu já perdemos vários projetos de dois mil e três até dois mil e dezessete né claro que também tivemos muitos avanços muitos projetos

Vanessa: Tu tem o numero de quantos projetos foram implantados no Proinf aqui no território?

Sebastião: Os que foram executados né?

Vanessa: Isso

Sebastião: Hum:: deixa eu ver aqui tem uma voadeiras em Cachoeira do Piraiá são três voadeiras... deixa eu ver se tá por aqui... ()... deixa eu ver se eu encontro aqui... olha esse aqui por exemplo apoio e implantação de uma agroindústria de mel () esse aqui nos perdemos na agroindústria do mel que era pra Capitão poço

Vanessa: Em que ano esse?

Sebastião: Dezembro de dois mil e cinco

Vanessa: Mais vocês encaminharam a demanda e o que aconteceu?

Sebastião: Passou muito tempo ai ()... esse projeto foi pra Santa Luzia do Pará ai em dois mil e cinco não teve como instalar em Santa Luzia ele veio de Capitão Poço foi para Santa Luzia

em Capitão Poço não tivemos como aplicar ele veio para Santa Luzia não teve como como como executar... deixa ver se eu acho esse aqui de Cachoeira do Piriá... dois mil e cinco () oito viveiros de muda esses aqui todos nos perdemos olha de dois mil e cinco instalação de oito viveiros de mudas com capacidade produtiva de sessenta mil mudas era pro município de Paragominas Ulionopolis Santa Luzia Dom Eliseu Irituia Aurora do Para Ourém Nova Esperança do Piriá São Domingos do Capim Mãe do Rio São Miguel do Guamá Garafão do Norte Nova Esperança do Piriá Mãe do Rio Ourém Irituia Ipixuna do Pará esses aqui nem um foram foram executado todos nos perdemos

Vanessa: Mais vocês enviaram a demanda?

Sebastião: É a gente aprovava a demanda fazia o projeto mais ai essa questão da área né porque tinha que ceder pro governo e:: não se encontrava área disponível assim alguém pra ceder pro governo pro governo do estado fazer a execução ai na medida que não se tem uma área né pra doar pro governo ai::...

Vanessa: Perdia o Projeto?

Sebastião: Perdia o projeto olha esse aqui era um projeto de seiscentos e cinquenta seiscentos e cinquenta () isso que eu te falei quando começou com um milhão depois foi caindo caindo caindo... na verdade teve pouco tempo de um um só uns três anos de um milham de reais né depois foi caindo... () foi em dois mil e sete que foi olha foi em dois mil e sete que eu te falei das voadeiras... apoiar o transporte hidroviário de cargas e passageiros nas comunidades quilombolas () do rio Gurupi () isso aqui foi comprado

Vanessa: Foi comprado e ai:: beneficiou o Cachoeira

Sebastião: As comunidades quilombola do Cachoeira... moradores das comunidades quilombolas de Itamoari Bela Aurora e da Aningal localizadas as margens Paraenses do rio Gurupi

Vanessa: Ai além desse teve mais algum projeto que foi (...)

Sebastião: Pro Cachoeira não

Vanessa: Não mais pro Nordeste Paraense?

Sebastião: A tá pro Nordeste Paraense então teve (...)

Vanessa: Dois mil e sete foi né aprovado? Foi implantado?

Sebastião: Não sei vamos ver tem um:: tem um caminham em Santa Luzia

Vanessa: Tu lembra o ano?

Sebastião: Deixa eu ver aqui... caminhão... ()... era o que eu tava te falando a implantação de oito viveiros de mudas () cancelada

Vanessa: Por conta do terreno?

Sebastião: Por conta do terreno () meta cancelada... (essa de Ourém e de Cc=acheira do para foi entregue em 2008... as lanchas voadeiras

Vanessa: Foi pedida em dois mil e sete e já foi entregue no ano seguinte

Sebastião: Essa coisas são rápidas né... olha aqui tá um resumo de todos... de todos os projetos que foram aprovados... e os que não foram aquisição de um caminham pra Santa Luzia do Para entregue em dois mil e onze olha esse caminhão que eles tem lá né

Vanessa: Ai não tem o ano que foi pedido né foi dois mil e novembro

Sebastião: Contrato de dois mil e nove olha dois mil e nove e foi entreguem em:: dois mil e onze... dois mil e nove dois mil e dez dois mil e onze ne... acho que aqui da pra tirar todas as tuas duvidas... por exemplo em dois mil e quatro olha (...)

Vanessa: Ai tá a partir de dois mil e quatro é Sabá?

Sebastião: É... projeto de dois mil e quatro olha... adequação do espaço físico para o funcionamento da casa familiar rural de Ourém né em Ourém tem uma casa familiar rural né tinha um espaço e nos fizemos um projeto então a obra foi construída um dormitório né mais alguns espaços e foi comprado mais algumas coisas... obra inaugurada em dois mil e oito... adequação do espaço físico para o funcionamento da casa familiar rural de Ourém de Irituia alias também foi feito uma obra em dois mil e nove ()

Vanessa: Tudo pedido e dois mil e quatro?

Sebastião: É contrato de dois mil e quatro... dois mil e quatro dois mil e cinco dois mil e seis dois mil e sete dois mil e oito dois mil e nove... construção do espaço físico para funcionamento da casa familiar rural de Ipixuna do Pará a obra foi concluída em dois mil e dez... porque em Ipixuna do Pará foi construído mesmo não tinha nada em Irituia e Ourém tinha um espaço lá que já era () em Ipixuna não tinha nada... ai teve que ceder o espaço pro o governo... compra de equipamento aquisição de equipamento pras casas familiar rural Ourém Irituia e Ipixuna do Pará foi entregue geladeira éh:: beliche essas coisas ()... aquisição de moveis e equipamentos para os três polos da do Ciate () no inicio nos fizemos o pedido de:: que era pra estruturar o Ciate né () em três polos Santa Luzia... Capitão poço e Ipixuna do Pará... qual era a estrutura? Era de cadeira era uma mesa e:: um aparelho de faz e um computador () foi entregue nos três polos

Vanessa: E esse Fiat Uno?

Sebastião: Esse Fiat Uno fica aqui no território

Vanessa: Ai fica onde ele?

Sebastião: Fica aqui no escritório

Vanessa: Mais ai é pros três municípios no caso?

Sebastião: pros vinte municípios

Vanessa: Pros vinte

Sebastião: Quanto tem reuniões a gente vai nele... Esse de dois mil e cinco... foi cancelado olha... viveiro de mudas... () dois mil e cinco tudo cancelado olha viveiro de mudas ()... meta cancelada

Vanessa: Tudo por não ter o terreno Sabá?

Sebastião: Também né... mais esse era um fator principal porque... pra fazer um viveiro tipo assim... isso aqui tudo precisa de licitação ()...

Vanessa: Fazer uma casa de farinha

Sebastião: Fazer uma casa de farinha ()

Vanessa: E esse?

Sebastião: Aquisição de equipamento para () entregue ar condicionados () entregue olha... era ar condicionado para as casas familiar rural né... () implantação de um armazém para produção agropecuária em Ipixuna do Pará esse foi entregue em dois mil e nove foi feito... aquisição de um caminhão para transporte de produtos... agricultura familiar território tá em Paragominas foi entregue em dois mil e nove... () Sagri... dois mil e sete em dom Eliseu tinha um mais foi cancelado... passou algum?

Vanessa: Não não tava vendo só

Sebastião: Aquisição de três motocicletas... Dom Eliseu Paragominas e Ulionopolis entregue a prefeitura municipal de Paragominas () aquisição de moceis e equipamentos para o funcionamento de packing house Dom Elisel cancelado construção de três salas de informáticas nas casas familiares de Ourém Irituia e Ipixuna do Pará cancelado aquisição de móveis e equipamentos de informática máquinas de costura e de beneficiamento de sementes confecção de biojóias Ourém Irituia e Ipixuna do Pará cancelado... dois mil e nove.. construção de um galpão para armazenamento de produtos da agricultura familiar em Nova esperança do Piriá entregue em dois mil e doze... aquisição de um caminhão em Nova esperança do Piriá entregue em dois mil e onze... aquisição de um caminhão Mãe do Rio entregue aquisição de um caminhão em Ipixuna do Pará entregue aquisição de um caminhão em Ulianópolis entregue dois mil e onze aquisição de um caminhão em Santa Luzia do Pará entregue em dois mil e onze aquisição de uma van em Ourém entregue em dois mil onze na associação vinte e cinco de julho () ((tossiu)) dois mil e onze... dois mil e onze

Vanessa: Aqui era dois mil e nove e dois mil e dez?

Sebastião: Dois mil e dez acho que não... não sei se nós perdemos o projeto eu acho que nós perdemos todos os projetos

Vanessa: Mais não foi nem encaminhado?

Sebastião: Acho que não... ou foi encaminhado... não não foi encaminhado foi porque assim quem executava era a Sagri na época a Sagri estava com problema alguma coisa desse tipo aí fomos para a Emater tentamos pela Emater () se não me falha a memória... essa construção de dormitório está em processo de licitação nós tivemos lá semana passada... porque assim a licitação tem um prazo aí terminou aquele prazo nem uma empresa solicitou pra fazer... estavam me falando que isso aqui era duzentos e cinquenta mil para fazer essa construção e até hoje nem uma empresa se interessou para fazer essa obra então se não se interessa...

Vanessa: Perde o projeto?

Sebastião: Perde o Projeto

Sebastião: Aquisição de patrulha mecanizada com implementos agrícolas em processo de licitação isso era em dois mil e onze já foi comprada foi comprada e entregue que foi na mesma época dessa de Santa Luzia só que parece que foi errada invés de uma patrulha como estava no projeto foi totalmente diferente uma máquina menor não foi com os implementos que foi pedido ()

Vanessa: Mais e aí fizeram o que com o equipamento?

Sebastião: Não o equipamento tá lá em Ourém ainda foi entregue () foi entregue no mês se eu não estou enganado foi agora no mês de março

Vanessa: Desse ano?

Sebastião: Sim desse ano... aquisição de veículo tipo passeio Ulianópolis um Nova Esperança do Piriá um São Domingos do Capim um Irituia um isso aqui já foi comprado não foi entregue... aquisição de motocicletas tipo cross Nova Esperança do Piriá Irituia Concórdia Capitão-Poço

Vanessa: Não entrou Santa Luzia no de dois mil e doze?

Sebastião: Foi colocado para o território () para Santa Luzia em dois mil e doze () Santa Luzia a aquisição de um caminhão foi de dois mil e nove o projeto e foi entregue em dois mil e onze em dois mil e doze já são... pra te ver em dois mil e nove que foi feito esse projeto né... contrato de dois mil e nove e foi entregue em dois mil e onze... esses aqui já foram o último projeto de dois mil e doze () até dois mil e doze... até dois mil e doze eu tenho aqui... () deixa eu ver de dois mil e treze () eu tenho uma planilha que eles estão dizendo aqui o valor dos projetos () mais de quatro milhões quase cinco milhões mais aqui não é totalmente do Proinf () então deixa eu ver aqui de dois mil e catorze

Vanessa: E de dois mil e treze também

Sebastião: Aqui terminou em?

Vanessa: Dois mil e doze

Sebastião: Terminou em dois mil e doze ()

Vanessa: Aqui também não tem o de dois mil e oito não foi mandado demanda?

Sebastião: Acho que perdemos

Vanessa: Não foi mandada?

Sebastião: De dois mil e sete foi para dois mil e nove não foi... aqui vai até dois mil e doze é?

Vanessa: É... mas não tem nem o dez e nem o oito

Sebastião: () em dois mil e treze foi () aquisição de duas caminhonetes Pick Up para fortalecimento da cadeia produtiva no território do Nordeste Paraense ()

Vanessa: Pois é então é o mesmo que eu tenho aqui que eu fiz um levantamento no site do SGE aí o único que tá no site e dois mil e onze que tem esses dois que eu não entendi porque é apoio a educação do campo? Porque é um projeto de apoio a infraestrutura né ai aqui apareceu apoio a educação no campo eu não entendi e ai apareceu três em dois mil e doze e um em dois mil e treze que é esse do caminhão frigorífico... foi a única coisa que eu consegui levantar de Proinf

Sebastião: Em dois mil e doze apoio à educação do campo e a pedagogia da alternância... () isso aqui não é do Proinf

Vanessa: Não

Sebastião: Isso aqui é projeto de uma sobra de dinheiro que tinha de alguns projetos () por isso que aparece aqui... prefeitura municipal de Mãe do Rio... estruturar a prefeitura municipal de Mãe do Rio com trator equipamentos e veículos... isso aqui não é do Proinf () esse aqui é de dois mil e treze () então esse...a questão desses cinco conjuntos do mel ele foi para Ulianópolis e ainda tá lá na Sagri esse caminhão não passou parece () e essa caminhonete ela está comprada quando nós fizemos o projeto era pra vim pro movimentos de mulheres para elas trabalhar justamente com isso né com o PAA e PNAE... mais foi o seguinte como não pode vim para o terceiro setor ela acabou sendo destinada para a prefeitura de Mãe do Rio ()

Vanessa: Ai o de dois mil e treze tá onde?

Sebastião: É esse aqui ó esse mel aqui não passou o sache... não passou né... o caminhão frigorífico tá comprado tá na Sagri e eu acho que já foi entregue foi entregue isso aqui em Dom Eliseu falta entregar essa caminhonete... para a prefeitura de Mãe do Rio

Vanessa: Para Mãe do Rio

Sebastião: Isso aqui já foi tudo comprado de dois mil e treze

Vanessa: Só não passou o do mel né?

Sebastião: É... () dois mil e oito parece que tinha um investimento mais nós () investimento...

Vanessa: Aqui tá dizendo que foi concluído né

Sebastião: Situação normal e concluída... em dois mil e oito Paragominas fortalecimento da cadeia produtiva do açaí e mandioca... dois mil e oito...

Vanessa: É Proinf aqui em dois mil e oito?

Sebastião: É Proinf... () aqui tá dizendo que foi concluído esse projeto de dois mil e oito mais aqui não aparece... fortalecimento da cadeia produtiva do açaí e mandioca... () aqui também não aparece dois mil e onze?

Vanessa: Aparece apoio à educação do campo e aquisição de equipamento e veículo para a reestruturação da Rede Capim e economia popular solidaria... mais tu me falou de dois mil e onze aparece nesse outro aqui

Sebastião: () dois mil e catorze foi de mandioca foi a plantadeira e fofadeira () para cultivo da mandioca nas unidades familiar dois mil e catorze

Vanessa: Ai deu problema na hora de encaminhar no Siconv ai voltou né ai dois mil e quinze foi o mesmo projeto

Sebastião: Dois mil e quinze foi o mesmo projeto... () dois mil e quinze... () aquisição de doze plantadeiras () já foi aprovado na verdade foi aprovado em dois mil e quinze né em dois mil e catorze teve problema não passou nós apresentamos em dois mil e quinze e foi aprovada () acho que o que não teve deixa eu ver aqui... Proinf dois mil e dezesseis... em dois mil e dezesseis nós não fizemos mais nós perdemos esses prazos todos em dois mil e dezesseis saiu pra juventude

Vanessa: Que foi logo quando o MDA foi extinto né

Sebastião: () não aparece nada de dois mil e dezesseis... até dois mil e quinze... () em dois mil e dezesseis não tem mais nada

Vanessa: E esse trator de dois mil e onze que era pra Santa Luzia o que a gente viu ai era para Santa Luzia?

Sebastião: É para Santa Luzia já foi comprado... já foi comprado a Sedap fez uma confusão e enviou para Altamira ele está em Altamira

Vanessa: Mai o pedido em dois mil e onze foi feito para Santa Luzia?

Sebastião: Isso para o município de Santa Luzia foi comprado que era para fazer a entrega esse ano inclusive tem aqui um ofício que veio nós indicamos a prefeitura de Santa Luzia como não podia ir para o Sindicato então foi encaminhado para a prefeitura só que a prefeitura na época () então nós encaminhamos tendo em vista que não podia ir para o

sindicato foi para a prefeitura de Santa Luzia mas eles fizeram um levantamento lá e a prefeitura estava inadimplente e não podia...

Vanessa: Isso ano passado?

Sebastião: Ano passado... dia onze de agosto a prefeitura estava inadimplente e não podia receber ai ficamos todo esse tempo com a Sagri quando foi agora a prefeitura voltou a ser adimplente e voltou atrás do trator ai só que o trator eles fizeram uma confusão e está em Altamira... ai na conversa que nós tivemos na semana passada eles disseram que iam dar um jeito de trazer para Santa Luzia do Pará... e qual é a ideia nossa é que o trator não fique com a prefeitura fique com a Sedap que tem uma regional aqui em Capanema que é a antiga Sagri né... fique aqui na Sedap em Capanema e a Sedap faz um termo de inserção para ir para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia do Pará... porque pro sindicato porque a nossa avaliação é que se for para a prefeitura não vai ter utilidade () então esses dois tratores o de Santa Luzia do Pará que está em Altamira como o de Ourém que foi na mesma época () o de Ourém tá entregue para a prefeitura o prefeito só que não veio com os equipamentos como consta aqui no projeto () não foi com esses equipamentos todos... segundo as informações o trator não tinha nem bateria o prefeito que comprou a bateria

Vanessa: E o que tá em Paragominas que é para Santa Luzia

Sebastião: Tá em Altamira... acho que esse um foi completo... o que foi para Ourém foi completamente desconfigurado... ()

Vanessa: Entendi éh:::... as informações básicas assim sobre o Proinf chegam ao Codeter com a qualidade e antecipação necessária para vocês encaminharem as demandas?

Sebastião: Na verdade o que eles encaminham é o manual e no manual vem detalhando todo os procedimentos como deve ser feito o Projeto então a partir do momento que a gente recebe o manual que a gente ler as informações o primeiro passo é fazer aquela plenária elaborar o projeto encaminhar para a Sagri né Sedap agora e a Sedap faz todo o procedimento de integrar no Siconv e entregar para o MDA que também dá o visto lá... além disso passa também pelo conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável que também dá uma canetada lá

Vanessa: Mais aí chega com antecipação para vocês conseguirem reunir o colegiado?

Sebastião: Mais ou menos uns dois meses três meses

Vanessa: E como vocês fazem para que essas informações cheguem até os agricultores para eles participarem dessas plenárias?

Sebastião: A gente elabora um convite no qual consta o objetivo da plenária que vai discutir as propostas mandamos pelo e-mail telefone

Vanessa: E aí vocês os representantes do Codeter participam de algum curso de capacitação para implantar o Proinf em algum momento houve esse curso de preparação?

Sebastião: Na verdade quando foi pra... o Proinf específico em si não mais quando foi pra implantar o território do Nordeste Paraense né () parece que foi cinco oficinas era uma novidade ninguém sabia o que era território em um sentido político então eu fui um que participei de umas quatro oficinas o finado Totó teve outras pessoas do território que também participaram de várias oficinas ()

Vanessa: E os conteúdos para essas oficinas foram éh:: adequados e suficientes pra vocês conseguirem?

Sebastião: Primeiro vieram explicando o que seria território como funcionava o território a importância que tinha e que tem o território

Vanessa: E aí terminada a capacitação o colegiado se sentiu seguro é para conseguir fazer as tarefas esperadas?

Sebastião: Olha o território foi implantado em dois mil e três e em dois mil e quatro a gente já começou a participar dessas oficinas () e até hoje e até o ano passado ele estava funcionando todos os anos com as oficinas e agora o governo mudou totalmente o funcionamento do território porque sem recurso não tem como funcionar

Vanessa: Mais até então o momento que tinha recurso vocês conseguiam enviar as demandas né?

Sebastião: Com certeza

Vanessa: E aí tu falou um pouco dos passos da implantação do Proinf... quais são esses passos até você conseguir implantar a política nos municípios

Sebastião: Tá então o Proinf a partir do momento que chega o manual de instrução que vem todas as normas as regras de como se deve implantar os projetos então se faz uma plenária com todos os atores do território discute uma proposta de projeto a mais viável para o território aprova na plenária depois que a gente aprova se reuni um grupo () junto com a Sagri eles elaboram esse projeto encaminha para a Sedap antiga Sagri a Sagri Sedap Joga no Siconv depois encaminha para a delegacia do MDA do Pará que encaminha para a SDT e a SDT é que dá a palavra final... A SDT aprova o projeto e a Sagri é autorizada a fazer a licitação como recurso quem executa e a Caixa Econômica que repassa para a Sagri esse recurso né... a SDT passa para a Caixa Econômica e a Caixa Econômica que libera o dinheiro para a Sagri a Sagri a Caixa Econômica também dá a sua assinatura no projeto para liberar o recurso se tiver fora das regras a Caixa também não aceita... e isso leva na faixa de dois três quatro anos () é relativo

Vanessa: E aí como o objeto do Proinf funciona nos municípios cada ano vai para um município diferente ou vocês tentam fazer como que o objeto ele sirva para todo o território?

Sebastião: O território do Nordeste Paraense é muito grande ele é composto por vinte municípios com regiões totalmente diferentes então os bens do território não é específico daquele município é de todos os territórios mais é impossível por exemplo um caminhão que esteja lá em Santa Luzia por exemplo vá fazer um trabalho em Tomé-Açu ou em Abel Figueiredo... porque assim quem tá fazendo a gestão do bem é responsável pela manutenção () então por conta disso tem vez que divide três quatro município pra fazer uso daquele bem por exemplo tem caminhão de Santa Luzia sendo disponível para o Cachoeira pra Ourém e Capitão Poço () então dependendo da distância aquele bem se for móvel vai atender outros municípios sim... por exemplo a casa familiar rural de Ourém atende gente da Santa Luzia até Cachoeira Capitão Poço Nova Esperança do Piriá Garrafão Ourém ()

Vanessa: E aí o colegiado possui um sistema de monitoramento e avaliação... como vocês fazem por exemplo pra saber se o objeto de dois mil e oito foi implantado no município de Capitão Poço por exemplo?

Sebastião: () a gente entra em contato com a Sedap... quando tinha reuniões todos os anos antes do Governo Federal corta as verbas todos os anos quando se fazia a plenária para discutir o Proinf né uma das pautas a Sedap informar como estava o projeto do ano anterior como está a licitação o que foi entregue () a gente acompanhava através das plenárias que a Sedap informava pra gente e até as pessoas do município também informavam

Vanessa: Mais não tinha um responsável para fazer esse monitoramento?

Sebastião: Uma pessoa exclusiva para ir lá fazer essas visitas não né... quem fazia esse monitoramento são os próprios atores do município por exemplo o sindicato dos trabalhadores rurais é:: se tinha uma obra digamos assim para Dom Eliseu o sindicato fica monitorando porque ele faz parte do Codeter () então eles são mais bem monitorados do que se tivesse uma pessoa exclusiva ()

Vanessa: Mais esse monitoramento é regular ou é conforme por exemplo os representantes do sindicato vê alguma coisa irregular e trazem pra vocês?

Sebastião: Quando eles percebem alguma coisa irregular eles ligam... olha o bem tal tá carregando lixo () por exemplo tinha um caminhão em Nova Esperança do Piriá que não estava sendo utilizado de acordo com () então o presidente do sindicato sempre me dizia olha ele tá fazendo o que não deveria ser feito e a recomendação é bata foto se for pego em alguma atividade suspeita bata uma foto e encaminhe para o MDA que busque os procedimentos legais... o dinheiro vem do Governo Federal o responsável é era o MDA ainda tem uma

delegacia do MDA que faz o acompanhamento desses projetos também então MDA é um órgão responsável por fiscalizar esses bens que são comprados porém como eles não tem técnicos e fiscais não dá pra ficar direto o tempo todo andando nos municípios para fiscalizar o projeto então ele aconselha olha se você ver algum caminhão carregando lixo o caminhão do Proinf carregando lixo bata uma foto e encaminhe pra gente que vai fiscalizar

Vanessa: Entendi... e assim pela tua experiência no Codeter tu pode falar um pouco da realidade dos agricultores familiares aqui do Nordeste Paraense antes da implantação do Proinf se a realidade deles tá mudando com a implantação dessa política?

Sebastião: Olha eu digo assim que houve alguns avanços sem dúvida por exemplo o caminhão de Santa Luzia eu sei que tá sendo muito útil para a agricultura familiar de Santa Luzia é por exemplo esse galpão para a agricultura familiar em Nova Esperança do Piriá eu tenho certeza que está sendo útil lá para a agricultura familiar e esse caminhão que está em Mãe do Rio no sindicato com certeza tá servindo lá os agricultores familiares então antes nós não tínhamos isso né antes os recursos vinham direto para a prefeitura e a prefeitura que decidia o que fazer () então esse recurso que vem do Governo Federal ele passou a ser discutido em conjunto com a sociedade civil e o poder público com isso nós tínhamos um pouco de dificuldades para trazer o poder público para essa discussão porque eles não estavam acostumados a discutir () a partir da implantação do território não as coisas mudaram agora... agora vai ser discutir junto com sociedade civil e poder público para ver o que é melhor pros municípios para poder ser implantado com isso eu sempre destaquei o seguinte é o estreitamento entre a relação do poder público e a sociedade civil logo no início era uma divergência muito forte porque o poder público não tava acostumado sentar com a sociedade civil para debater recurso () e com o tempo a gente foi se acostumando a discutir junto a debater junto e com isso eu sempre avalio que houve um estreitamento entre o poder público e a sociedade civil é tanto que hoje o poder público já conversa como pessoas normais e eu acredito sim que não tenho dúvida que a implantação desses projetos sem dúvida melhorou muito a agricultura familiar... em Ourém por exemplo foi na casa familiar rural de Ourém que em dois mil e cinco foi formado uns se não me falhe a memória trinta técnico em agropecuária então sem dúvida todos estes técnicos trabalhando na agricultura familiar

Vanessa: Então tu acha que o Proinf vem alcançando os resultados que ele vem buscando alcançar?

Sebastião: Acho que uns setenta por cento cem por cento acho que não mais uns cinquenta por cento sim setenta por cento sim ou até oitenta por cento

Vanessa: E de que forma o Proinf afeta as entidades associações e cooperativas do colegiado?

Sebastião: () como eu já frisei a vantagem do Proinf é que assim é discutido junto... junto com a sociedade civil e a sociedade civil tem a oportunidade de dizer assim olha acho que um trator lá pro município é bom pra gente vai ajudar na agricultura familiar um caminham pra escoar a produção em determinado município... é a vontade das associações e da sociedade civil que a maioria () geralmente se faz a vontade da maioria () a sociedade civil sempre participou em massa tendo em vista a dificuldade de trazer o poder público pras discussões nem todos os prefeitos vem então com isso a sociedade civil ganha participando em maior número de pessoas e quando ocorre a votação é sempre a sociedade civil que termina vencendo

Vanessa: Pois é isso que eu ia te perguntar quais são as entidades mais frequentes no colegiado?

Sebastião: Quem participa mais são os Sindicatos dos trabalhadores rurais a Fetagri o movimento de mulheres o grupo de trabalho amazônico as Emates () algumas associações os produtores familiares participam os quilombolas participam... antes no início participava chegou a participar conosco o BASA que é o Banco da Amazônia chegou a participar depois não participaram mais a Embrapa () até dois mil e treze por ai eles participaram depois não participaram mais mudou a direção () algumas secretárias participam por exemplo Santa Luzia sempre participou Cachoeira do Piriá sempre participou Dom Eliseu Ulianoólis como poder público é Concordia do Pará participaram enquanto poder público né... mais a grande participação mesmo é da sociedade civil os sindicatos participam muito mais

Vanessa: As perguntas que eu tinha eram essas Sabá muito obrigado

**ANEXO IV – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O
COORDENADOR DO STRS DE SANTA LUZIA DO PARÁ.**

Transcrição da entrevista realizada com o Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santa Luzia do Pará, Marcos António Paulino Cunha, no Município de Santa Luzia do Pará. Realizada na sede do STTR do município em 03 de janeiro de 2018 as 8:30 hrs.

Vanessa: Ai todas as perguntas são referentes aos dois objetos do:: que saíram do Prof porque mina pesquisa vai nessa linha então é sobre os dois objetos que é o caminhão né e a patrulha mecanizada... e ai a primeira pergunta é qual é o custo anual ou mensal do caminhão entregue pelo colegiado em dois mil e onze?

Marcos: Esse custo que tu se refere é o custo que nós temos pra fazer a manutenção dele?

Vanessa: É::: com manutenção como por exemplo com gasolina qual esse custo e se tu tiver até o:: percentual de cada custo por exemplo com gasolina representa tantos por cento.

Marcos: É porque assim depende muito da viagem que é feita então:: cada viagem ele anda mais para o interior aqui e são longe tu viu que o cálculo aí é de dois mil reais de diesel por mês.

Vanessa: Com a gasolina né? E os outros custos que tem.

Marcos: Do diesel no caso ele é diesel entendeu e os outros custos é manutenção de () dessas coisas aí que vai se quebrando né?.

Vanessa: E aí a porcentagem disso se mantem?

Marcos: Não porque ((atendeu outra pessoa))

Vanessa: Quais os sujeitos são responsáveis de arcar com o custo do caminhão?

Marcos: O sujeito é assim entendeu porque assim ó esse caminhão aqui como é que ele é usado a gente direciona ele pro trabalhador rural pra eles pegar a produção levar alguma coisa lá do agricultor e ele o agricultor da uma ajuda a gente não cobra o frete vamos dizer assim a gente pede uma ajuda de custo pra ajudar a colocar o óleo essas coisas assim é assim e também como isso tem acontecido muitas vezes como a gente faz isso de maneira que cobra um precinho barato aí chega um momento que:: que a nossa receita que a gente arrecada deles não dar aí o que é que tem que fazer a gente vai tirar de outra fonte pra fazer a manutenção como já aconteceu isso.

Vanessa: Aí no caso vocês cobram um valor específico pro agricultor pegar esse caminhão além do diesel?

Marcos: Não

Vanessa: Só o do ()

Marcos: Por exemplo vamos supor vai aqui para o Jaquarequara a gente pede cem reais põe um pouco de óleo que da pra alguma coisinha muito pouca vai aqui no Mucurateua sessenta reais vai pro Broca cem reais vai no Pau de remo põe:: ((falou com outra pessoa)) quanto ta pro Pau de remo? Sento e cinquenta é assim aí o que acontece o caminhão anda anda anda e quando vai pedir uma outra peça o dinheiro que a gente cobrou dos agricultor não da aí é preciso a gente ir no sindicato e tirar do próprio sindicato () pra fazer a manutenção dele ((falou com outra pessoa)).

Vanessa: É e qual é os benefícios do caminhão para esses agricultores?

Marcos: Os benefícios é ajudar a levar as coisas deles a trazer o que tem lá eu acho que tem uma importância muito boa o caminhão para os agricultores aqui do município né ().

Vanessa: E o caminhão é utilizado pelos agricultores do município apenas os agricultores do município de santa luzia ou outros municípios próximos também?

Marcos: Há outros municípios próximos também eles pedem para fazer mudança levam coisas daqui pra li Capitão poço é aqui o Cachoeira busca lá... leva daqui pra lá ().

Vanessa: Todas as localidades de santa luzia são beneficiadas pelo caminhã?

Marcos: Quase todas nem todas mais quase todas

Vanessa: E porque quase todas?

Marcos: É porque assim filha a gente atende mais quem nos procura né ()

Vanessa: E aí essas comunidades que são atendidas quais são os beneficiados pelo caminhão e porque essas demais elas não são beneficiadas?

Marcos: Mais eu já disse é porque eles não vêm aqui procurar existe essas comunidades que são mais próximas aqui da sede do município que tem mais contato entendeu o Jaquarequara o Muruteuazinho o Mucurateua a Pimenteira o Fuzil Broca esses daí são os que mais precisa.

Vanessa: Essas daí são os mais beneficiados?

Marcos: É porque o Mucurateua () é Estiva aí pra dentro Estiva Dezoito esse pessoal aí é difícil eles virem aqui precisar do caminhão é mais difícil ()

Vanessa: Aí qual o que tu falou que são as comunidades mais beneficiadas?

Marcos: Jaquarequara Muruteuazinho Pau darco Mucurateua Pimenteira Fuzil Broca.

Vanessa: E aí qual é os procedimentos que o agricultor precisa realizar pra utilizar o caminhão?

Marcos: É só vim aqui agendar com a gente.

Vanessa: Aí vê o horário que ele ta disponível e aí eles podem usar?

Marcos: É

Vanessa: E aí os agricultores do município tem conhecimento da existência do caminhão?

Marcos: Tem sim ixi tranquilo.

Vanessa: Todas as comunidades é... também eles tem conhecimento da patrulha mecanizada?

Marcos: Isso aí nunca nem chegou aqui é difícil dizer isso aí não dá pra dizer disso aí nunca:: foi entregue isso aí essa patrulha no município de Santa Luzia.

Vanessa: E aí como é que o sindicato né vocês informam o agricultor que tem aqui disponível esse caminhão?

Marcos: através de reunião pelo programa de rádio a gente anda nas comunidades reunindo conversando com os agricultores em casa essas coisas aí constantemente o sindicato ta no meio rural conversando beneficiados com os trabalhadores aqui do município.

Vanessa: É:: em que atividade o caminhão é utilizado aqui no município?

Marcos: Vai buscar as coisas do agricultor leva as compras é:: eles utilizam na questão de::: compras vem aqui no comércio e faz uma compra aí de materiais de construção que hoje ta muito comum isso aí () leva lá ou cobra um preço e não pode e já sabe que aqui o sindicato cobra um preço mais barato aí compra aí o cimento o tijolo o material né aí o sindicato leva lá uma das coisas é isso aí além da produção né ((falou com outra pessoa)).

Vanessa: Aí além de constatar é::: esse é:::

Marcos: Mudança faz muita mudança também o caminhão o pessoal pede muito pra fazer mudança só do município há () quer mudar não sei pra onde aí ().

Vanessa: E:: também é usada pra produção dos agricultores?

Marcos: Humrum com certeza () o agricultor foi lá na roça dele bota no caminhão que o caminhão leva.

Vanessa: E aí é:::... qual o grau de importância do caminhão para cada uma dessas atividades que tu colocou por exemplo o caminhão é utilizado setenta por cento pra transporte de mercadorias e trinta por cento para o transporte de:::... mercadorias que eles compram na cidade.

Marcos: É eu acho que... é metade metade viu cinquenta por cento igual as coisas entende leva trás é muita coisa.

Vanessa: Então tu acha que cinquenta por cento é importante pra...

Marcos: Humrum produtos é cinquenta por cento pela questão de levar as coisas que tu compra na cidade pra levar lá ().

Vanessa: Os objetos do Proinf eles vêm afetando em que medida a realidade dos agricultores familiares de Santa Luzia esses objetos no caso do caminhão porque a patrulha não se encontra aqui ().

Marcos: Isso que você diz é a importância que tem?

Vanessa: É::: como isso influência na produção do agricultor.

Marcos: É eu considero que é muito positiva pro sindicato gerenciar esse caminhão que é cedido aqui pro sindicato fazer a gestão dele porque ajuda muito as famílias aqui que necessita desse transporte porque uma coisa é você produzir a outra coisa é você pegar essa produção pra trazer pra cidade se você não tem um meio de transporte e vai precisar de transporte é:: de alguém que cobre é () fica mais caro a produção e mais difícil da pessoa obter uma renda maior como a gente faz um precinho bem bacana então eu vejo que isso ajuda muito então é uma importância boa.

Vanessa: E aí esses dois objetos que é o caminhão e a patrulha vem alcançando os resultados que pretendiam ser alcançados aqui no município?

Marcos: Eu acho que sim.

Vanessa: E a patrulha?

Marcos: Há a patrulha ((risos)) só papo né só ta na promessa cassaram muitas vezes essa patrulha aqui muito muito a informação que chegou foi que ela foi pra outro município inclusive uma região muito longe daqui de Santa Luzia Altamira Sul do Pará aí totalmente errado isso aí e o agricultor aqui precisando de um tratorzinho pra ajudar a mecanizar a terra e o bicho ta aradando a terra lá longe ()

Vanessa: E o que o objeto do Proinf ajudou ou ajuda o sindicato dos trabalhadores.

Marcos: Acho que tem muita importância para o sindicato pra ser utilizado pelos agricultores né os associados e principalmente pro município é uma importância significativa.

Vanessa: E qual é os efeitos positivos e negativos desses dois objetos?

Marcos: Oh o negativo vamos dizer assim se nós fossemos contabilizar tudo o que o sindicato já tirou do seu patrimônio... patrimônio financeiro pra investir nesse caminhão não tem sido pouco em algum momento nós chegamos até fazer a seguinte leitura melhor entregar o caminhão porquê... do ponto de vista financeiro ele não deixa renda ele faz é tirar renda do sindicato pra fazer a manutenção e isso que tem acontecido toda vez que vai pra manutenção pede:: peça e tem que tirar do sindicato pra fazer a manutenção dele então isso aí é um problema e pro outro lado a gente compreende que fazendo isso vai ajudar o agricultor e tal e a gente acaba compreendendo toda a importância dessa situação e as águas vão rolando assim mais dizer que esse caminhão tá deixando lucro em termo financeiro ele não deixa.

Vanessa: Entendi... qual a forma e o grau de participação das demais instituições por exemplo a Secretaria de Agricultura Emater Sindicato e () Associações é:: na aquisição e manutenção dos objetos do Proinf?

Marcos: Na manutenção ninguém ajuda em nada aí ().

Vanessa: E na aquisição?

Marcos: Pra adquirir eu acho que é:: Emater ajudou o jovem aí que fazia parte lá do colegiado né... deu essa parcela aí de contribuição pra isso acontecer aí esse projeto.

Vanessa: E existe uma interação entre essas instituições no termo de corporação para aquisição desses objetos por meio do Proinf?

Marcos: Eu acho que não.

Vanessa: Porque?

Marcos: Essa aquisição que você fala é de que aquisição que você se refere?

Vanessa: na hora de::: porque pra é:: conseguir o objeto né do Proinf tem que ir:: pras reuniões dessas plenárias onde vai ser discutido que objeto vai ser é:: que objeto né vai ser escolhido e quais comunidades que vão ser beneficiadas então nesse momento dessas reuniões das plenárias é pra discutir o Proinf tem uma interação entre essas instituições pra realizar uma cooperação para que esses objetos eles sejam escolhidos?

Marcos: É:: tem que promover um debate um estudo do que que é vai ser::: discutido pra ser aprovado lá na hora lá não é ser aleatório não () tudo tem que ter muito estudo em cima do objeto todas as instituição que tão lá vai da sua parcela de contribuição pra pensar pra discutir.

Vanessa: E aí como é que se realiza essa cooperação entre as instituições?

Marcos: (Eu ia ta na reunião se ainda tivesse lá).

Vanessa: Aí tu sabe me dizer por exemplo é::: a participação do sindicato é setenta por cento é das associações tantos por cento.

Marcos: Eu não sei te dizer essa relação aí de porcentagem.

Vanessa: Mais tu não tem maios ou menos uma média?

Marcos: Não